

ALESSANDRA SOARES SANTOS

**AFONSO ARINOS HISTORIADOR
UMA IDENTIDADE PARA AS ELITES BRASILEIRAS**

Dissertação orientada pelo Prof. Dr. José Carlos Reis e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE – 2006**

RESUMO

Esta dissertação procurou adentrar o campo da história da historiografia brasileira, entre as décadas de 1930 a 1970, através da leitura de um autor pouco conhecido como historiador: Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). As questões fundamentais que direcionaram a nossa análise de suas obras foram: como Afonso Arinos concebia a ciência histórica e, a partir desta representação, como ele interpretou o Brasil? Como ele articulou a experiência brasileira passada às expectativas de futuro do seu presente?

ABSTRACT

This thesis has intended to get into the field of Brazilian historiography history from the 1930's to 1970's by reading an author unknown as historian: Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). The basic questions that direct our analysis of his work are: how did Afonso Arinos comprehend historical science and for this matter how did he interpret Brazil? How did he articulate the past Brazilian experience with the expectations for the future of his present?

AGRADECIMENTOS

Ao prof. José Carlos Reis, minha profunda gratidão, respeito e admiração. Sem a sua confiança e orientação criteriosa e dedicada nestes cinco anos de trabalho, desde a iniciação científica, jamais teria me arriscado no campo da teoria e da história da historiografia brasileira.

À prof^a Eliana Dutra, sou grata pelo estímulo, pela oportunidade de participar do grupo de pesquisa *Coleção Brasileira*, durante a graduação, o que foi muito importante para a minha formação acadêmica, e pelas questões formuladas durante o exame de qualificação.

À prof^a Kátia Baggio, agradeço a atenção com que leu o texto apresentado no exame de qualificação e as excelentes sugestões oferecidas nesta oportunidade.

À prof^a Berenice Cavalcante, sou grata pela gentileza com a qual me recebeu e disponibilizou as cópias de seus artigos sobre Afonso Arinos.

À Irene Moutinho e demais funcionários do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras e do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, agradeço a presteza e o profissionalismo com os quais me atenderam.

Ao CNPq, sou grata não só pelo financiamento parcial deste trabalho, mas também pelas bolsas de iniciação científica e apoio técnico recebidas durante a graduação e que foram fundamentais para a elaboração do pré-projeto desta pesquisa.

À Dorothy Neiva, agradeço a compreensão e o carinho; à Mariza Guerra, as “conversações” e palavras de incentivo; e à Júnia Santos, o apoio moral e material.

Aos meus amigos, em especial ao Edmar, Carolina, Priscila, Raphael, Pedro, Luísa, Fred, Ismael, Camila e Daniel, sou grata por compartilharem comigo suas experiências, por fomentarem discussões e pelos momentos de descontração.

À Débora Pedrosa, sou grata pela pesquisa na Biblioteca do Senado, em Brasília, e, principalmente, por sua amizade fraterna e apoio nos momentos-chave.

Aos meus pais, Geraldo e Ilce, agradeço a confiança em minhas escolhas, o apoio incondicional e o entusiasmo com que sempre reagiram aos meus resultados acadêmicos.

Ao Charly, fico devendo as minhas melhores palavras para agradecer a sua presença e o tempo que me dedicou. O seu companheirismo, paciência e tranquilidade foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho.

Agradeço e dedico esta dissertação aos meus avós, Lila e Benedito Santos, Mílcia e Henrique Soares, que sempre desconfiaram das versões elitistas das histórias que lhes foram contadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	
<i>Afonso Arinos por Afonso Arinos: um projeto de construção da sua imagem pública</i>	
- O “ <i>espaço auto biográfico</i> ” de Afonso Arinos	19
- Afonso Arinos por ele mesmo	35
- Entre o cinismo e a sinceridade	43
- <i>A ilusão autobiográfica como ilusão coletiva</i>	47
CAPÍTULO II	
<i>A face escondida: determinismo racial, autoritarismo e desapareço pela cultura brasileira</i>	
- Afonso Arinos e os anos 1930: a <i>jeunesse dorée</i> do antigo regime brasileiro	55
- Tempo e verdade histórica de um <i>historiador-cientista</i>	71
- Categorias de análise histórica: raça e civilização	79
- Os <i>resíduos afro-indígenas</i> como ameaça às elites aristocráticas	91
CAPÍTULO III	
<i>Do intelectual ao político: uma revisão da História</i>	
- Afonso Arinos e os anos 1940/50: um político profissional	102
- Tempo e verdade histórica de um <i>historiador-militante</i>	111
- Afonso Arinos interlocutor de Sérgio Buarque	117
- Afrânio de Melo Franco e a conciliação entre as elites	126
CAPÍTULO IV	
<i>A marcha para o povo, contra o povo</i>	
- Afonso Arinos e os anos 1960/70: a “falência das elites” e a evasão da História	143
- Tempo e verdade histórica de um <i>historiador-literato</i>	156
- Categorias de análise histórica: povo e nação	160
- Rodrigues Alves e a “conciliação” das elites com o povo	164
CONCLUSÃO	178
FONTES	
OBRAS DE AFONSO ARINOS	184
Outras obras de Afonso Arinos consultadas	184
Depoimentos, entrevistas e discursos de Afonso Arinos	185
Artigos	185
CORRESPONDÊNCIAS	185
ARTIGOS SOBRE AFONSO ARINOS PUBLICADOS EM JORNAIS	186
BIBLIOGRAFIA	
Bibliografia sobre Afonso Arinos	192
Bibliografia Geral	194

*Eu quis construir um barco salvador
Que me libertasse do isolamento da ilha
deserta,
Da minha ilha árida, cercada de águas violentas.*

*Aos poucos fiz crescer sobre a areia virgem
O casco possante,
A proa alta, orgulhosa como ave migradora.*

*Dei-lhe remos que furassem o ventre das ondas.
Dei-lhe velas,
As grandes velas brancas que o fizessem deslizar...*

*Oh! O desejo de abandonar para sempre a
solidão impenetrável
E fugir livremente nas águas largas e azuis!*

*Só depois de ter gasto todo o meu esforço
Foi que vi que meu barco era enorme, pesado,
E que eu nunca conseguiria arrastá-lo até o mar.*

Afonso Arinos de Melo Franco
“Robinson Crusoe”

INTRODUÇÃO

A pesquisa da história da historiografia já foi apontada por inúmeros autores como crucial para explicitar a especificidade do discurso historiográfico. O conhecimento das estratégias narrativas e do uso de conceitos e categorias históricas pelos historiadores, pode enriquecer a compreensão do papel desempenhado pelo conhecimento histórico em diferentes culturas e ajudar no aprofundamento da questão do significado da historicidade e da temporalidade nas sociedades. No entanto, este é um conhecimento relativamente pouco explorado como um ramo legítimo do conhecimento histórico, criticado por lhe faltar o caráter de “história positiva”, “documental”. Argumenta-se que este tipo de investigação não é história, não tem compromisso com o “concreto”. Para Arno Wehling de fato não o é: trata-se de epistemologia ou metodologia da história.¹ Mas, o que é e o que não é concreto? A linguagem e o discurso não são, eles mesmos, uma instância do concreto? A “teoria” é também documental e histórica. Nesse sentido, o “pensar sobre a história” e o “fazer” não são práticas dicotômicas.

Para Benedetto Croce, a historiografia é um dos meios mais ricos para se conhecer as sociedades passadas, pois ela corresponde sempre às experiências do tempo presente, é a expressão de uma época e de uma cultura. As obras históricas são, elas próprias, um documento do presente em que elas foram geradas, são fatos documentados de seu tempo. Elas são o resultado compreensivo dos problemas que

¹ WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. pp. 147-169.

surtem na vida prática e a condição indispensável para superá-los. É esta *historicidade* da obra de história que deve ser levada em conta numa crítica historiográfica, segundo este autor. O historiador só a compreenderá se tornar a fazer presente em seu espírito as exigências que ela satisfaz.²

Contra a história da historiografia argumenta-se, ainda, que a dificuldade em se trabalhar neste campo é imensa, na medida em que falta estabelecer parâmetros precisos para o conceito de historiografia.³ Esta precariedade conceitual e a falta de pressupostos e objetivos claros nesta área, no que concerne aos empreendimentos brasileiros, já foram demonstrados pelos estudos de Jurandir Malerba.⁴ Convém, portanto, explicitar nossos pressupostos teóricos para não incorrerem nos mesmos erros.

Nesta dissertação, nos dedicamos à investigação tanto das condições de produção do conhecimento histórico quanto do próprio conhecimento, por isso adotamos o conceito de “historiografia” em seu duplo caráter operacional: como objeto e fonte histórica.⁵ Enquanto objeto, nos interessou analisar cada uma das obras selecionadas examinando a sua linguagem, seu método, seus conceitos, suas técnicas narrativas, sua organização interna estrutural, suas referências historiográficas. Enquanto fonte histórica, o estudo dessas obras nos possibilitou conhecer o quadro geral das idéias, da cultura histórica e dos projetos de futuro que figuravam no Brasil no momento da sua produção. Para Reinhart Koselleck, conhecer um mundo histórico é determinar a diferença entre passado e futuro em um presente. A narrativa histórica,

² CROCE, Benedetto. *A história pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

³ MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 27, Jul./2002. pp. 27-47; NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In MORAES, R. *et alii*. *Inteligência Brasileira*. SP: Brasiliense, 1986. pp. 9-26.

⁴ MALERBA, op. cit.

⁵ MALERBA, op. cit.; RICOEUR, Paul. A Tríplice Mimese. In *Tempo e Narrativa*, Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994. pp. 85-131. KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia” y “Horizonte de expectativa”, dos categorías históricas. In *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993. pp. 333-357. CROCE, op. cit.

conceitual e documental, é que reconstrói esta distinção através da articulação entre um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas” em sua época.⁶ Esta pesquisa tem, portanto, um duplo desdobramento: na auto-reflexão do conhecimento histórico, já que buscamos conhecer e avaliar métodos, narrativas, linguagens, conceitos, que fizeram parte da cultura historiográfica brasileira; e no conhecimento do panorama histórico-cultural da sociedade brasileira.

Com esta perspectiva, pretendemos contribuir para a dissolução da divisão entre uma história “interna” e “externa” da ciência, na medida em que não tomamos as idéias e os conceitos da ciência histórica por eles mesmos, mas na relação com os seus determinantes culturais. O estudo do discurso historiográfico através do tempo, ou a história da historiografia que pretendemos configurar aqui, buscou articular os problemas de estrutura “interna” às suas condições “externas”, rompendo com antigos limites disciplinares, já que a nossa proposta visa inserir o estudo das idéias e das atitudes científicas no conjunto das práticas sociais, não perdendo de vista, portanto, a própria história.

Mas, os discursos, as idéias e as representações não foram tratados apenas como produtos da prática social, mas também como produtores desta prática, pois é a partir de uma narrativa, de uma determinada “configuração” temporal que o autor oferece ao leitor, que este último “refigura” o seu tempo e age.⁷ É a correlação existente entre o passado, o tempo vivido, a experiência brasileira acumulada e a narrativa, a intriga, a síntese configurada que nos interessou investigar. Um autor não apenas agencia os fatos do passado em sucessão, mas oferece um sentido a eles. Quando um historiador se

⁶ KOSELLECK, op. cit.

⁷ RICOEUR, op. cit..

debruça sobre o passado brasileiro, sobre o nosso “espaço de experiência”, conforma-o com um determinado “horizonte de expectativas” do seu presente. A investigação desse sentido atribuído pelo autor à experiência brasileira é o que nos permite inferir a singularidade da sua representação da história do Brasil.

Foi com esta perspectiva que buscamos percorrer os caminhos da cultura historiográfica brasileira, entre os anos de 1930 a 1970,⁸ a partir da leitura de um autor que é um ilustre desconhecido do público acadêmico: Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Reconhecido como parlamentar, cientista político e ministro das Relações Exteriores, o “Afonso Arinos historiador” é um personagem ainda pouco estudado, mesmo tendo publicado mais de 20 obras de história e ter obtido reconhecimento como historiador em sua época. Além de produzir obras de história, Afonso Arinos escreveu também ensaios políticos, tratados jurídicos, poesias e críticas literárias. A história representa, entretanto, no conjunto de suas publicações, o centro da sua preocupação e curiosidade. Em muitos de seus estudos jurídicos, políticos e literários o teor histórico reponta com maior força, deixando explícita a sua preferência pessoal. Para Venâncio Filho, a presença da história se encontra em toda a atividade intelectual de Afonso Arinos. Das memórias às obras de direito constitucional, ele esteve sempre preocupado com a análise histórica das instituições políticas, da sociedade, da cultura.⁹

Mas, existe um desconhecimento do pensamento histórico de Afonso Arinos pela produção acadêmica, da sua atitude perante a história e da sua compreensão do processo histórico brasileiro. A bibliografia sobre a sua historiografia é escassa. Faltam trabalhos que valorizem e recuperem suas representações da História, que são significativas no

⁸ Período no qual se concentraram as publicações de caráter historiográfico de Afonso Arinos.

⁹ VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990. pp. 151-160.

âmbito da cultura historiográfica brasileira, pois foram obras referenciais em suas épocas: repercutiram no conhecimento e na “produção” da vida brasileira, formando os novos pesquisadores e letrados em geral e os instrumentalizando para a ação. É nesta lacuna que este trabalho busca se inserir.¹⁰

O conhecimento da historiografia produzida por Afonso Arinos, além de contribuir para a reflexão teórica acerca da própria disciplina, é fundamental para a compreensão histórica e poliédrica das visões de Brasil. Afonso Arinos é detentor de uma conformação da identidade brasileira que, por ser hegemônica, recebeu pouca atenção dos analistas. A universidade relegou suas obras a um segundo plano no cenário historiográfico brasileiro, classificando-as, pejorativamente, como as de um “bacharel”. Mas, se queremos conhecer a fundo a historiografia brasileira, se o nosso objetivo é repensar o Brasil, não podemos continuar indiferentes à produção deste autor. Parafraseando um ensaio de Ortega y Gasset sobre a história da filosofia, Francisco Iglesias afirmou que a história da historiografia não é feita só de cumes ou picos,

¹⁰ O percurso intelectual de Afonso Arinos tem sido objeto de alguns estudos desenvolvidos tanto por cientistas políticos quanto por teóricos literários. As abordagens adotadas têm privilegiado as relações do intelectual com o político, a análise dos discursos parlamentares e das obras memorialísticas. Nesse conjunto de trabalhos merecem destaque os de Aspásia Camargo (CAMARGO, A. *et alli. O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; RJ: CPDOC/FGV, 1983), Verena Alberti (ALBERTI, V. Idéias e fatos na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco. In FERREIRA, M. (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ: FGV, 1994) e Fernando Lattman-Weltman (LATTMAN-WELTMAN, F. *A Política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. RJ: FGV, 2005). Estes estudos, entretanto, deixaram num plano secundário os aspectos específicos do pensamento histórico do autor. Os trabalhos de Francisco de Assis Barbosa (BARBOSA, F. Afonso Arinos, historiador da República. In *Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates*. Brasília, 1981) e Alberto Venâncio Filho (VENÂNCIO FILHO, A. A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*. RJ, vol. 3, nº 6, 1990), embora importantes na sistematização da produção historiográfica de Afonso Arinos, pecaram pelo preciosismo exacerbado e pela ausência de problematização das obras. Ambos mantiveram com o autor um relacionamento de estreita amizade e a necessidade do elogio comprometeu a crítica. Berenice Cavalcante (CAVALCANTE, B. Roteiro Lírico de Ouro Preto: memórias de viagem e metáforas da nação. *Letterature D'america, Roma-Italia*, n. 75-76, 2000) e José Carlos Reis (REIS, J. C. Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do “Monstro da Lagoa brasileira”. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 9, nº 2, 2003) foram os primeiros que, trabalhando no campo específico da história e fora do círculo intelectual de Afonso Arinos, se dedicaram a traçar os contornos do seu perfil historiador.

referindo-se aos autores exaustivamente analisados, mas também de planícies e até depressões, chamando a atenção para os autores desconhecidos ou negados.¹¹ As obras de Afonso Arinos refletem momentos vividos pelo Brasil em uma certa época e por isso não podem continuar desconhecidas.

Ao visitar a historiografia deste intelectual estaremos recompondo uma parte importante do diálogo historiográfico das elites brasileiras. Embora não fosse um filósofo denso, Afonso Arinos possuía uma concepção de história que fundamentou a sua interpretação do Brasil e repercutiu em sua época. A questão fundamental que norteia a nossa análise de suas obras é: como Afonso Arinos concebia a ciência histórica e, a partir desta representação, como ele interpretou o Brasil? Como ele articulou a experiência brasileira passada às expectativas de futuro do seu presente? O discurso historiográfico configurado por ele e pela elite aristocrática que ele representava foi responsável pela pouca estima dedicada à população brasileira, vista como incapaz de sustentar a vida democrática. Estes discursos usaram a história dita científica para legitimar os interesses particulares e a manutenção dos privilégios da elite tradicional brasileira.

O estudo da história destes discursos, entretanto, esbarra na ausência de consenso a respeito do que se entende por “elites”, quem são e o que as caracteriza. O termo “elite” se utiliza para classificar os “dirigentes”, “influentes”, “abastados” e “privilegiados” que não necessitam justificar a sua posição, uma vez que o seu poder e o seu discurso se impõem sem maiores explicações. Para Flávio Heinz, se em outros momentos a imprecisão teórica e conceitual do termo foi percebida pelos cientistas sociais e historiadores como uma deficiência, hoje ela é vista como cômoda e

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. RJ: Nova Fronteira, BH: UFMG, 2000.

instrumental. Isto porque a noção de elite pode ser o caminho para se estudar grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade, cujo poder, influência e privilégios são inacessíveis à maioria.¹²

Nesta dissertação, trabalhamos com a noção mais recorrente do termo “elite”, ou seja, a que está associada à idéia de uma minoria que detém o poder político. São aqueles chamados “políticos profissionais” que, em diferentes contextos, tiveram sua ação remetida a interesses econômicos, ao monopólio do poder e às orientações culturais na vida de um grupo. A hipótese central deste trabalho é que a configuração do tempo histórico brasileiro feita por Afonso Arinos deu identidade a uma elite política que, entre os anos de 1930 e 1970, procurava legitimar e perpetuar a sua inserção na história através de diferentes estratégias de ação. Para localizar esta elite a quem Afonso Arinos deu voz e identidade, nos apoiamos nos estudos prosopográficos mais recentes acerca das elites nacionais e regionais do Brasil, desde os anos 1930 até o fim do regime militar imposto em 1964, realizados por Joseph L. Love e Bert J. Barickman, e Michael L. Conniff.¹³ Baseamo-nos também no estudo clássico realizado por José Murilo de Carvalho acerca da elite política imperial, publicado na década de 1980.¹⁴

Consideramos que, embora as elites políticas brasileiras não representassem um grupo monolítico, e que transformações importantes tenham acontecido ao longo do período em questão, elas obedeceram a um mesmo desiderato: o afastamento da maioria da população das decisões que afetavam a coletividade. Se, durante o Império, as elites se caracterizaram pela total não representatividade da população brasileira¹⁵, após 1889

¹² HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹³ LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert. J. Elites regionais. In HEINZ, op. cit. pp. 77-97. CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In HEINZ, op. cit. pp. 99-121.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

¹⁵ CARVALHO, op. cit.

e o predomínio dos republicanos “adesistas” sobre os “históricos”, o poder político continuou sendo exercido pelos conservadores desde o início do novo regime.¹⁶ Durante a Primeira República, o apadrinhamento caracterizava a seleção das elites políticas. Entre estas e as classes populares, a intermediação se fazia através da distribuição de favores ou pela força. Os coronéis e seus aliados urbanos (chamados de “doutores”) falsificavam as eleições e aprofundavam ainda mais o fosso entre as elites e a massa da população.¹⁷ A política era o território das exclusões e o lugar privilegiado para a ação de bandos de criminosos e contraventores que, mais tarde, se transformariam nos “empresários de eleições” e garantiriam com elas a sua imunidade.

Para se chegar ao poder depois de 1930, era preciso apresentar as “credenciais revolucionárias” que garantiam a participação do político no movimento que levou Getúlio Vargas à presidência. Apesar do novo Código Eleitoral promulgado em 1932, o acesso à elite política se dava mais comumente pela via da burocracia federal do que pela via das máquinas partidárias estaduais.¹⁸ Com o Estado Novo, a população foi definitivamente excluída de qualquer poder de decisão política. Em lugar do fosso, a elite política ditatorial construiu um muro intransponível entre o Estado e o povo.

O período entre 1945 e 1964 foi denominado por alguns historiadores de “experimento em democracia”¹⁹, pois as eleições eram freqüentes. Mas, a sorte de *lobbies* e acordos interelites, via partidos, garantia a permanência de uma elite política que continuava protegendo os ricos e os grandes proprietários, não tolerando ameaças à

¹⁶ Segundo Love e Barickman, depois da proclamação da República, apenas 42% dos membros das elites políticas eram republicanos “históricos”. Os outros 58% eram “adesistas” que se converteram ao republicanismo para continuarem se habilitando aos postos políticos.

¹⁷ CONNIFF, op. cit.

¹⁸ *ibidem*.

¹⁹ Ver, por exemplo, SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. New York: Oxford University Press, 1967.

ordem estabelecida.²⁰ Entretanto, quando as divisões existentes no interior das elites se tornaram resistentes aos procedimentos de acomodação de grupos divergentes, e as manifestações sociais começaram a sair da estrutura “democrática” montada pelas elites, foram impostas restrições ainda mais drásticas do que as convencionais para controlar o acesso à classe dirigente. O regime militar instituído em 1964 controlava as nomeações e as eleições aos cargos públicos e restringia o Executivo federal ao alto-comando do Exército. A elite política continuava existindo, mas ela mudou de composição e não controlava mais o acesso e o grau de poder exercido.²¹

A recuperação de uma historiografia que buscou dar uma identidade a esta elite política excludente e não representativa dos interesses populares, mostra as estratégias de legitimação do poder com as quais esta minoria pôde perpetuar a sua presença no espaço político brasileiro. Durante os 40 anos em que Afonso Arinos se dedicou a contar a história do Brasil a partir deste ponto de vista elitista, entre 1933 e 1973, não surpreende que o país tenha vivido o terror de duas ditaduras que, juntas, contabilizaram quase 30 anos de segregação total entre o Estado e a população. Portanto, quando nos propomos a investigar, em perspectiva histórica, as obras de um dos agentes desta elite política e, além disso, a imagem que este mesmo agente elaborou a respeito da sua própria experiência, objetivamos lançar luz sobre um discurso que, mesmo quando inclui o “povo” e se diz “democrático”, está carregado das ambigüidades oportunistas que caracterizam as nossas elites políticas mais tradicionais.

²⁰ CONNIFF, op. cit.

²¹ *ibidem*.

O testemunho, a história e a comemoração são alguns tipos de discursos que organizam os vestígios do passado que se mantêm no presente. A incursão que fizemos ao território historiográfico de Afonso Arinos exigiu uma reflexão acerca destes diferentes discursos, pois sua vida e sua obra foram objeto do seu próprio testemunho e de comemorações, mas pouco se fez referência a ela no campo da história. Estes discursos cercaram, e por vezes nublaram, a compreensão histórica da trajetória deste *doublé* de político e intelectual. Como testemunha de sua própria existência, Afonso Arinos convocou suas lembranças para dar um sentido à sua vida e construir a sua identidade. Sua imagem foi levantada omitindo certos acontecimentos e retendo outros. Embora este trabalho tenha se alimentado de documentos, a imagem que fazemos de nós mesmos é independente dos dados objetivos. É o interesse do indivíduo que comanda a construção desta imagem e, em certo sentido, “*nossas lembranças são irrefutáveis, pois valem por sua própria existência, e não pela realidade à qual remetem*”.²² Mas, quando a testemunha pressupõe que as suas lembranças merecem entrar para a esfera pública, pois seriam úteis à orientação dos outros, ela produz um “depoimento” que pode entrar em concorrência com o discurso histórico, especialmente junto ao grande público.

Por isso, a hipótese que desenvolveremos no **primeiro capítulo** desta dissertação é que Afonso Arinos realizou um projeto de construção da sua imagem pública através dos inúmeros testemunhos, entrevistas e depoimentos que ele deu sobre a sua própria vida. Nestas representações, inauguradas no momento em que ele iniciava a sua carreira política, ele reiterou sempre o perfil de um liberal-democrata destinado a

²² TODOROV, Tzvetan. Testemunhas, historiadores, comemoradores. In *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002. p. 151.

exercer as mais importantes funções públicas. Esta imagem homogênea e constante contrasta, como veremos nos capítulos seguintes, com os três momentos díspares que identificamos na sua percepção da história e da cultura brasileira. Estes momentos revelam as suas diferentes estratégias para inserir a si mesmo e às elites políticas tradicionais na história brasileira.

A primeira fase da sua historiografia é aquela das suas primeiras publicações, na década de 1930. Neste momento inicial, que estudaremos no **segundo capítulo**, Afonso Arinos se deixou fotografar em sua pose mais reacionária. Ele escreveu *Introdução à realidade brasileira* (1933); *Preparação ao nacionalismo* (1934); *Conceito de civilização brasileira* (1936); *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* (1937) e *Terra do Brasil* (1939) a partir dos seus conceitos de “raça” e “civilização”. Estas obras revelam, privilegiadamente, o compromisso do autor com o passado aristocrático da sua família. Ele quis preservar a base agrária da economia e as práticas sociais e políticas das elites imperiais. A sua busca por um “conceito científico de Brasil” serviu para legitimar esta tradição. Ele demonstrou um despreço profundo pela cultura brasileira e formulou soluções autoritárias, de inspiração fascista, para impedir que os mestiços ocupassem os cargos públicos na República. O Estado Novo atendeu parcialmente o seu anseio por mudanças, pois conseguiu afastar, através da força, os “impulsos subversivos” que emanavam do povo.

O marco principal entre o primeiro e o segundo momento é o ano de 1944. Um ano após encabeçar o *Manifesto dos Mineiros* e entrar efetivamente para o mundo político, Afonso Arinos deu início ao seu projeto de construção da sua imagem pública, com *Meu depoimento*, publicado na obra *Testamento de uma geração*, organizada por Edgard Cavalheiro. Neste mesmo ano, ele publicou duas importantes obras históricas:

Desenvolvimento da civilização material no Brasil e Homens e temas do Brasil; e começou a escrever a biografia de seu pai recém-falecido, *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Estas obras, analisadas no **terceiro capítulo** da dissertação, demonstram que Afonso Arinos reinterpretou a história brasileira sob um ponto de vista mais otimista. Sua historiografia não se prendeu à contemplação do passado, como nos anos 1930, mas quis propor caminhos para a construção do futuro. Ele reconheceu a importância que os negros e os índios tiveram para a formação do Brasil, e percebeu que a urbanização e a industrialização, com os seus novos sujeitos históricos, poderiam trazer uma mentalidade mais democrática para a elite política. Ele não negou a sua origem aristocrática, mas tentou rever a sua interpretação da história brasileira e propor estratégias de ação mais condizentes com o momento democrático em que se vivia.

Com as obras publicadas nas décadas de 1960 e 1970 – *História do povo brasileiro* (1967) e *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973) – pretendemos avaliar o alcance e os limites da revisão historiográfica de Afonso Arinos. Com a ditadura militar, ele foi afastado da política e este contexto influenciou a sua percepção do tempo histórico brasileiro. Aquela história dita “científica” dos anos 1930, foi substituída pela “imaginação criadora” do artista. Ele passou a produzir a partir de novas categorias, tentando incorporar o povo à sua análise histórica. Afonso Arinos propôs que as elites se concilhassem com o povo. Mas, este novo momento parece ter ultrapassado a sua capacidade de se reinventar: o seu discurso ficou marcado pela ambigüidade. Nossa pergunta no **quarto capítulo** da dissertação é sobre o impacto desta nova perspectiva da história para a sua interpretação da cultura brasileira.

Entre 1930 e 1970, portanto, Afonso Arinos buscou adequar o seu discurso à realidade histórica brasileira. Ele esteve atento aos processos de mudança que o país atravessava, o que o fez reinventar a sua historiografia e se tornar uma liderança política importante. Neste trabalho, tentamos interpretá-lo à luz da história brasileira. Ele foi capaz de reformular e articular a leitura do passado/futuro de acordo com as exigências que o presente lhe impunha. Ele soube acompanhar as intensas transformações que caracterizaram a sua época. Consideramos que este movimento de revisão historiográfica efetuado por Afonso Arinos, foi uma readequação ao seu presente e ao devir das elites políticas. As mudanças na sua historiografia coincidiram com a própria reestruturação da classe dirigente brasileira que, diante de uma nova conformação da realidade nacional, se viu obrigada a alterar o seu discurso, mascarando o despreço pela cultura brasileira e a indiferença em relação ao povo brasileiro com o véu do patriotismo democrático, humanista e liberal.

CAPÍTULO I

AFONSO ARINOS POR AFONSO ARINOS: UM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA SUA IMAGEM PÚBLICA

*Os que nos engrandecem (a mim acima da minha medida possível) fazem de nós o que desejaríamos que fôssemos. O indivíduo que somos se desindividualiza, nossa mediocridade despe-se do acessório e adquire uma fisionomia impessoal, que não é propriamente falsa, mas mítica, no sentido de ideal. E poderá haver algo de mais honroso para alguém do que esta **grande ilusão coletiva**? O homem deixa de ser quem é para transformar-se naquilo de que outros homens precisam.*

Afonso Arinos, 1975.

O “espaço autobiográfico” de Afonso Arinos

Muitos foram os intelectuais brasileiros que deixaram indicações sobre as representações que eles mesmos faziam de seu empreendimento e sobre aquilo que, aos seus próprios olhos, os distinguiam de seus contemporâneos e de seus predecessores. Mas, poucos foram os intelectuais que fizeram uma representação tão consciente e eficaz da sua própria trajetória como Afonso Arinos. Consciente, pois ele ofereceu uma imagem homogênea e constante da sua experiência de vida fragmentada em todos os

depoimentos. Eficaz, pois houve uma correspondência entre o que ele pretendeu ser e aquilo que ele foi na visão da maioria de seus contemporâneos.

A profusão extraordinária de depoimentos, entrevistas e testemunhos que Afonso Arinos deu sobre si mesmo ajudou-o a edificar um “monumento de si”, um “mito pessoal”, no qual se reconheceu e desejou ver-se reconhecido. Os “*strip-teases* biográfico-sentimentais”, como ele mesmo chamava estes depoimentos, foram constantes desde o início da sua vida pública, na década de 1940. Embora os considerasse “*desagradáveis*”, com um certo “*ar fúnebre*”, pois a sensação de registrar a sua história de vida o levava a refletir sobre a sua própria morte, ele sabia da importância e do alcance dos seus testemunhos para a construção de uma memória sobre si mesmo.²³ Por um lado, havia um interesse do próprio Afonso Arinos em forjar a sua imagem pública. Como um político constantemente exposto à opinião e à crítica, ele tratou de desenvolver uma reflexão articulada sobre a sua própria vida, seu pensamento e ação, convertendo o testemunho e o depoimento sobre si mesmo em um instrumento de poder na arena política. Mas, havia também uma demanda por parte do grupo social e político no qual ele estava inserido, o das elites aristocráticas do passado, que reclamava uma nova identidade que lhe permitisse agir em um contexto histórico de democratização.

A finalidade das suas representações autobiográficas, portanto, deve ser compreendida no interior de um contexto de mudança da sua perspectiva histórica.

Embora ele valorizasse a sua “ilustre genealogia” e se preocupasse com suas “raízes

²³ “... isso é tão penoso, tão difícil, tão comovente para mim, porque representa uma sorte de testemunho que eu sei que não é para já... Então, eu fico pensando: quando eu tiver morrido, todos vocês, na maior alegria, o grande cenário, e aparece Afonso Arinos, colorido, dizendo o que ele foi e o que ele fez. Desagradável!” (Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates*. Brasília, 1981. pp. 65-66).

nobiliárquicas”, seu esforço era realçar a sua face progressista, pois seu objetivo era fornecer elementos exemplares para a modernização da elite política de sua época. As auto-representações de Afonso Arinos têm início em 1944, um momento de necessidade de afirmação da democracia e de extensão da participação e da cidadania política. A discussão sobre o fim do Estado Novo e a garantia das liberdades individuais impunha-se como central. Isso levava políticos e partidos a aderirem às novas regras do jogo democrático, lançando-se em luta pelo voto. Esta imposição de uma nova legitimidade política obrigava até aqueles mais reticentes a declararem publicamente sua fidelidade à democracia (à versão elitista da democracia).

Mas, as idéias e os valores tradicionais ainda eram bastante fortes, pois havia vínculos evidentes entre os novos agentes políticos e a aristocracia rural que até então detinha o poder. Muitos vinham das elites regionais, oligárquicas, e teriam que articular interesses opostos. Afonso Arinos se posicionou nesse lugar de articulação das necessidades divergentes: *“Quase mil discursos, centenas de pareceres. Não foram dados por uma pessoa, foram dados por aquele homem a quem os outros incumbiam de fazer aquilo. E os outros o incumbiam de fazer aquilo porque ele era o centro de uma série de correntes”*.²⁴ Ele era um representante da aristocracia rural (seus familiares eram grandes fazendeiros em Paracatu, descendentes de colonos portugueses)²⁵, mas não se limitou ao ambiente agrário. Urbanizou-se, estudou na Europa, foi civilizado, aculturado. Era um herdeiro da política violenta das elites do passado, mas quis oferecer

²⁴ op. cit. pp. 78-79.

²⁵ Ulysses Guimarães chegou a afirmar que Paracatu era o *“feudo dos Mello Franco”* e que *“Arinos tinha muito o espírito de clã, o sentimento de tribo, peculiares aos Melo Franco”*. Ele lembrou uma conhecida *boutade* do escritor Georges Bernamos em relação a essa “devoção à casta” do amigo: *“Há três instituições inabaláveis no Brasil, estão sempre por cima, resistem a revoluções, eleições e abalos sociais: o Itamaraty, o Banco do Brasil e a família Mello Franco”* (GUIMARÃES, Ulysses. Afonso Arinos: alguns testemunhos. *Folha de S. Paulo*. SP, 23/09/1990, seção Tendências e Debates, p. 3).

a elas (e a si mesmo) uma identidade intelectual, moderna e democrática para que continuassem ativas em seu tempo.

As diversas formas de narração do eu empreendidas por Afonso Arinos revelam um espaço de auto-reflexão decisivo para a construção da sua identidade. Elas nos remetem a um universo de gêneros discursivos consagrados (memórias e correspondências), mas também aos testemunhos presentes nas entrevistas midiáticas e acadêmicas, nos discursos, nos perfis e auto-retratos, nas histórias de vida etc. Do testemunho escrito ao audiovisual, a preocupação com o registro da sua memória não poupou meios de representação. Consideramos que estas diversas narrativas demandam um espaço comum de intelecção – um *espaço autobiográfico* – que, sem ignorar as especificidades de cada representação, possa nos informar sobre os deslocamentos, as semelhanças, as mutações de forma e significado que elas adquiriram em conjunto e, além disso, integrar compreensivamente o amplo horizonte da sua narrativa vivencial. A expressão “espaço autobiográfico” foi tomada de empréstimo de Philippe Lejeune, mas seu sentido nos aproxima da proposta de Leonor Arfuch: o que une os variados gêneros discursivos, o que identifica as formas canonizadas dos relatos autobiográficos com os produtos estereotipados da cultura de massas é a consideração de um espaço autobiográfico como princípio ordenador da multiplicidade de formas de subjetivação do eu. É *“una espacialización donde confluían en un momento dado formas disímiles, susceptibles de ser consideradas en una interdisciplinaridad sintomática, de por sí significativa, pero sin renuncia a una temporalización, a la búsqueda de herencias y genealogías, a postular diversas relaciones en presencia y en ausencia”*.²⁶ Este espaço

²⁶ ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002. p.22.

não é um mero repertório de ocorrências auto-referenciais, mas um lugar de confluência e circulação do eu que possibilita a sua articulação no horizonte analítico.

As narrativas do eu são documentos de cunho retrospectivo que não apenas fornecem informações sobre as ações passadas, mas são elas mesmas um conjunto de ações que visam determinados efeitos. Elas constituem tanto “relatos de ações” como “ações” propriamente ditas. O pesquisador pode se deter sobre os contextos variados nos quais as práticas de narração do eu acontecem e percebê-las como respostas às motivações de cada presente. Mas, pode também (e esta será a nossa atitude neste capítulo) apreendê-las em seu conjunto, buscando perceber aquilo que elas têm em comum e que denotam uma articulação consciente – pois parte de um projeto de construção da própria imagem – da primeira à última representação de si.

O ato de contar a própria vida, seja através da escrita ou do testemunho oral, possibilitou a Afonso Arinos realizar este projeto, na medida em que ele elaborou conscientemente uma coerência e um significado para a sua experiência de vida fragmentada e a tornou inteligível para os outros.²⁷ Para conhecermos o teor deste projeto, consideramos necessário organizar um *corpus* de análise dos seus testemunhos a partir do tipo de suporte em questão. Privilegiamos as publicações em livro dos principais depoimentos e entrevistas do autor dados ao longo da vida, além do conjunto de suas memórias. Estas fontes selecionadas são representativas do projeto de construção da sua imagem pública, pois, elaboradas em diferentes momentos históricos, reiteram uma imagem uniforme da sua vida e personalidade. Assim, nossas fontes

²⁷ Para o antropólogo Gilberto Velho, a noção de “projeto” diz respeito à tentativa consciente de dar um sentido ou uma coerência à experiência de vida fragmentadora do sujeito. A dimensão consciente desta ação foi enfatizada por Velho na medida em que o sujeito possui objetivos bem definidos para o seu projeto, mas sem abolir as determinações sócio-culturais deste empreendimento. (VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981).

principais neste capítulo são o seu depoimento publicado no livro *Testamento de uma Geração*, em 1944; seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, publicado no jornal *O Globo*, em 1959; as suas memórias, *A alma do tempo* (1961) e *Alto-mar, maralto* (1976), e seus últimos testemunhos, na década de 1980: a conferência *Afonso Arinos por ele mesmo*, proferida em um seminário em sua homenagem na Universidade de Brasília e publicada em 1981; e as entrevistas gravadas em 30 fitas cassete para o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, organizadas e publicadas por Aspásia Camargo, em 1984.

Toda vez que era solicitado a depor sobre a sua vida ou que o fazia de forma espontânea, Afonso Arinos se esforçava para mostrar uma determinada imagem de si, adequada ao meio político no qual passou a agir a partir da década de 1940. As bases deste projeto de construção da sua imagem foram fundadas sob um aparato cênico que, no palco da política, lhe possibilitava representar sempre o mesmo papel. Sua imagem de homem público se revestiu do aspecto de uma “armadura moral” que serviu para dar autoridade e legitimação à sua presença no “cenário” político brasileiro. Preparada de maneira cuidadosa, a “personagem” que Afonso Arinos encenou nestas narrativas correspondeu aos quesitos estéticos que as elites tradicionais consideravam necessário empunhar no momento em que a legitimidade do seu poder estava sendo questionada. A sua imagem criada era a de um defensor intransigente dos valores democráticos, humanistas e liberais.

A síntese do eu operada pelos testemunhos de Afonso Arinos envolveu omissões e a seleção de acontecimentos, na medida em que buscou fixar um sentido e uma

significação para a sua trajetória.²⁸ Suas múltiplas faces – Pedro Nava chegou a nomeá-lo *poliedro humano* – se circunscreveram no espaço do mesmo, na construção de uma “*memória operadora do mesmo*”.²⁹ Em todos eles, o autor nunca perdeu a direção do seu argumento e reiterou sempre uma representação homogênea do seu equilíbrio e moderação frente aos antagonismos políticos, e do seu apego aos valores modernos da democracia e do liberalismo. Foi na renovação destas características que se fundou o estratagema para a edificação da sua imagem pública. O lado violento, racista e autoritário que ele mostrou na década de 1930, e que veremos no segundo capítulo, ficou estrategicamente escondido. Era o lado cruento das elites que se apagava e renascia numa perspectiva democratizante e liberal.³⁰

Um dos primeiros registros do testemunho de Afonso Arinos aconteceu em 1944, um ano após a sua entrada efetiva na política com a idealização do *Manifesto dos Mineiros*. Sob o título de *Meu depoimento*, ele narrou a sua vida para compor a obra *Testamento de uma geração*, organizada por Edgard Cavalheiro. Naqueles meses de tristes perspectivas, os homens de quarenta e poucos anos se perguntavam o que viria

²⁸ Em projetos deste tipo há o agenciamento dos fatos discordantes da trajetória do indivíduo numa configuração concordante. Acontece o que Paul Ricoeur (RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991) chamou de “*síntese do heterogêneo*” e Pierre Bourdieu (BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996) chamou de “*ilusão biográfica*”. A narração biográfica faz da vida fragmentada uma unidade coerente, harmonizando elementos contraditórios e dando-lhes um sentido. Ela faz com que a personalidade do protagonista apareça com retidão e coerência, pois oferece uma identidade moral invariável que faz com que as mudanças ocasionadas pela passagem do tempo sejam “mudanças fracas”, que ameaçam, mas não destroem a identidade do indivíduo.

²⁹ A expressão é de Wander Melo Miranda (MIRANDA, W. M. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. SP: Edusp; BH: UFMG, 1992).

³⁰ As ambigüidades do discurso democrático e liberal das elites já foram objeto de estudo de diversos cientistas políticos e historiadores. Citamos, como referência, a clássica discussão sobre as “idéias fora do lugar”, entre Roberto Schwarz, Maria Silvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique Cardoso e, além destes, BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. TRINDADE, Hégio. *Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária*. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

depois da guerra. A enquete de Cavaleiro se dirigia àqueles que saíram da “noite negra” representada pela guerra de 1914-1918 e que, em 1944, conformavam um espírito ou consciência de geração. Seu objetivo era saber “*como chegaram até aqui e no que ainda acreditam, isto é, no que restou de todas as crenças e idéias forjadas nos contatos com a vida e com os livros*”.³¹ No seu depoimento, Afonso Arinos revelou a consciência profunda desse empreendimento: falar de si mesmo era, para ele, um “*exercício imprudente*”, pois quando somos solicitados a nos abrir ficamos tolhidos pela “*pose fotográfica*”, pelo “*desejo de avantajar o nosso porte, de compor a nossa fisionomia moral*”.³² Ele lembrou as críticas que Jean-Jacques Rousseau dirigiu a Montaigne, acusando-o de só dar de si o que poderia ser amável para a sua memória, e saiu em defesa do autor dos *Ensaio*s: “*Sua astúcia, se é que existe, foi a de não querer dizer tudo o que podia. É uma contingência. Outra – e é para ela que pretendo chamar a atenção dos leitores – é a de se não poder dizer tudo o que se quer. Fique aqui a minha discreta advertência, para os que me lêem, e também para os possíveis leitores futuros*”.³³ Ele sabia que precisava omitir o seu perfil obscuro – o racismo, a violência do seu autoritarismo, as influências fascistas do seu pensamento - para garantir uma imagem pública moralizadora.

Desde o seu primeiro depoimento, portanto, Afonso Arinos demonstrou o conhecimento da dificuldade e, ao mesmo tempo, da importância de falar de si: não se pode falar tudo o que se quer sobre si mesmo, seja por temor dos equívocos ou das incompreensões, seja por motivos mais nobres, como o pudor ou a modéstia. Mas o exercício é fundamental, pois responde aos anseios do presente e marca a fisionomia

³¹ CAVALHEIRO, Edgar . *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1944. p.8.

³² Meu depoimento. In CAVALHEIRO, op. cit. p. 41.

³³ op. cit. p. 42.

moral do personagem para os leitores do futuro. Afonso Arinos esperava que a sua vida despertasse um interesse póstumo e desejava controlar a maneira como os outros o perceberiam. Além da escrita de si propriamente dita, ele realizou “*atos biográficos*”³⁴ diversos que comprovam esta preocupação: guardou toda a documentação referente à história de sua família e publicou todos os seus discursos, aulas e conferências, mesmo quando feitos de improviso. Ainda jovem ele pedia à noiva que escrevesse suas cartas sobre uma superfície plana, para evitar que as letras muito apagadas desaparecessem com o tempo. Parecia prever, em 1926, a publicação das cartas do casal em 1979.³⁵

A preocupação com a preservação da sua imagem no tempo, esta “*ilusão de eternidade*” que acompanha toda a objetivação da experiência vivida, é sintomática das estratégias utilizadas pelo autor para se auto-representar. Afonso Arinos fazia uma “pose fotográfica” moderna, liberal e democrata, diante das elites dirigentes das décadas de 1940 e 1950, pois era preciso fazer conciliar os grupos oligárquicos e rurais do passado com os novos agentes urbanos e industriais que estavam em disputa pelo poder após o fim do Estado Novo. A partir dos anos 1960, ele aderiu ao modelo nacional-popular então em voga e posou também para a população brasileira. Seu projeto político propunha harmonizar os interesses elitistas com as reformas sociais que o povo exigia. O autor empenhou-se em edificar uma determinada imagem de si, manipulando os dados do passado a serviço do apreço presente e da sua legitimação em um futuro hipotético. Em escritos desse tipo, há um “*seqüestro da memória*”, pois o autor faz uma

³⁴ Para Angela de Castro Gomes (GOMES, A. *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004), os atos biográficos são entendidos como englobando um diversificado conjunto de ações como o recolhimento de objetos materiais (fotografias, cartões-postais ou objetos de uso cotidiano) que transformam o espaço privado em “teatro da memória”.

³⁵ FRANCO, A. A. *Diário de bolso seguido de Retrato de noiva*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

análise racional que não se prende, em princípio, nem mesmo à memória involuntária provocada pelo indivíduo pensante.³⁶

Em *Meu depoimento*, Afonso Arinos inaugurou uma estrutura narrativa que se repetiu em outros testemunhos. A sua **vocação intelectual e literária** aparecia em primeiro plano: ela não foi, segundo ele, “*uma procura, uma descoberta, uma conquista*”, mas “*um destino quase inevitável, com o qual me ajustei sem resistência nem surpresa*”. Em suas lembranças “*mais remotas*” ele se vê com um livro na mão, pois “*antes de poder ler já vivia com eles às voltas, vendo as estampas, virando com desembaraço as grandes páginas coloridas*”. A família, sua **ilustre genealogia**, “*as irremovíveis e antigas heranças brasileiras de meu sangue*”, aparece aqui como a grande responsável por sua vocação: “*não concebia uma casa sem livros, pois tanto meu pai como meu avô, tinham boas bibliotecas, das maiores da nossa cidade*”. Dentre as suas qualidades pessoais, o **equilíbrio** e a **moderação** surgiam em destaque: “*Chegado ao Brasil eu me senti solicitado pelo dilema aberto diante da minha geração. Direita ou esquerda? O equilíbrio mental – creio ser esta a minha qualidade mais forte – pôde ainda superar a crise de dúvida*”. Ao olhar para si mesmo, Afonso Arinos fez questão de focalizar as características que ele considerava que deveriam compor o conjunto de atributos das elites políticas brasileiras. Estas características teriam aumentado o préstimo com a sua **formação humanista e liberal** conseguida nas principais instituições de ensino do Brasil e da Europa. Ele acreditava que pôde diferenciar-se do perfil de outros jovens brasileiros da sua geração: “*A minha geração, não sei se por demasiado orgulho ou por excessiva modéstia, descreu completamente no homem como fator histórico preponderante (...) e isto foi a sua ingenuidade*”. Em

³⁶ ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

suas narrativas, ele aparece como o porta-voz das elites aristocráticas do passado e, era em nome delas e em consonância com o reconhecimento da necessidade da sua modernização, que ele apontava a sua tendência política voltada para a **democracia**: *“Entre o comunismo e o fascismo eu optava claramente, em nome dos intelectuais, pela democracia”*.

O ritual de consagração da sua vocação intelectual e literária aconteceu quinze anos depois deste primeiro depoimento, com a sua entrada para a Academia Brasileira de Letras, em 1959. Na disputa pela vaga deixada por Graciliano Ramos, entretanto, o seu viés político deve ter falado mais alto, pois ele conseguiu vencer Guimarães Rosa! Em seu discurso de posse, ele fez um retrospecto de sua vida e repetiu a mesma imagem vocacional: *“não forcei o meu destino, nem o conquistei: cumpri-o; mediocrementemente, é certo, mas com naturalidade (...) não o escolhi, senão que o encontrei aberto diante de mim”*. Por isso ele não se surpreendeu com a eleição para compor o rol dos imortais: *“é, portanto, sem surpresa, embora com profundo reconhecimento, que, de agora em diante, passarei a repartir a vida entre a minha casa (...) e esta, onde neste momento falo”*. Mesmo as suas lembranças *“mais remotas”* não são involuntárias e se repetem: *“não consigo rememorar conversas caseiras que não versassem sobre livros e autores”*. Neste relato, a família e sua *“ilustre progênie”* também aparecem como as responsáveis por sua vocação, foi ela que lhe impôs este destino. Mas, diferentemente do testemunho de 1944, o seu destino intelectual aparece atrelado ao **destino político**: *“de velhos sangues provinciais herdei, com efeito, o duplo destino da política e das letras (...) bebi, desde onde alcança a minha memória, o leite da literatura e da*

política”.³⁷ Na época da preparação deste discurso, ele completava o seu terceiro mandato como deputado federal por Minas Gerais e tinha sido eleito senador pelo Rio de Janeiro. A sua carreira política se consolidava e ele já podia olhar para si mesmo como destinado a ela.³⁸

O objetivo de Afonso Arinos ao falar da sua infância e juventude não era confrontar as suas lembranças com o presente, mas eternizar o passado em uma imagem única. Seus testemunhos se reduziram a um panorama com dimensões reguladas, suas reminiscências passaram por uma disciplina. Há um fio articulador que faz repetir as vivências que comprovam as imagens que se quer gravar. Estas vivências se superpõem ao presente da escrita e do tempo da sua produção. Os testemunhos se repetem, se entrelaçam num esquema artificialmente construído. A lembrança do passado não é vivida contemporaneamente com o presente histórico. O passado retorna como “*o relicário ou o patrimônio paralisante de um eu mumificado*”³⁹, que reprime a história e reforça a imagem elitista do autor.

Em *A alma do tempo*, livro autobiográfico e de memórias publicado em 1961, o autor fixa a sua identidade política e moral com as mesmas características dos relatos anteriores. A memória involuntária ou não premeditada não aparece. Para Cançado, Afonso Arinos “*jamaiz perde a direção da sua sonda. Como se lembrasse apenas o que quer lembrar. Não há nenhuma situação, cena ou passagem na qual o sujeito da*

³⁷ Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1959.

³⁸ Em entrevista à Aspásia Camargo, quando perguntado se a sua presença na política era um sinal de que estava tomando o bastão da família, Afonso Arinos respondeu: “*Virgílio é que me disse isso, porque ele é que foi o líder político da família depois de 1930. Ele me falava, com uma grande simplicidade: ‘Eu não sou orador, você é. Sempre um de nós deve estar na Câmara, e agora é preciso que seja você’*”. Camargo concluiu que, com a morte de seu irmão Virgílio, Afonso Arinos tomou a si o dever de ocupar o lugar deixado por seu pai e por seu irmão, já que este período coincide com o início da sua carreira política (CAMARGO, op. cit. pp. 125-126).

³⁹ MIRANDA, op. cit. p. 156. Miranda contrasta essa imagem memorial com a de Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*, obra na qual o passado é revisto em função da sua atualidade.

memória indique perder o controle do significado, da forma e dos objetivos da sua matéria".⁴⁰ As suas memórias se confundem com o diário, a lembrança com a agenda, o passado com novos programas de ação, tudo amarrado como se não houvesse uma relação de alteridade ou de tensão entre si.

Em 1981, Afonso Arinos proferiu uma conferência na Universidade de Brasília intitulada *Afonso Arinos por ele mesmo*, como parte de um seminário de três dias sobre a sua vida e a sua obra. A estratégia utilizada neste depoimento foi a narrativa de si mesmo em terceira pessoa, o que revelou uma tentativa de favorecer a projeção objetivada do seu eu memorial. O eu do presente de composição se desdobrou e projetou o personagem como uma entidade destacada, revelando a tensão existente entre a impossibilidade da sua unidade e a intolerável divisão.⁴¹ Ele parecia tomar consciência de que havia se tornado prisioneiro de uma imagem que não correspondia à sua íntima personalidade. Por isso, o seu objetivo declarado foi o "apagamento" da idéia de pessoa em favor da concentração no auto-exame de sua vida e de sua obra:

"No que toca a mim, pessoalmente, eu considero que a pessoa tem um interesse muito moderado na apresentação desse complexo de idéias e sugestões. O que se procura perquirir, de fato, é o significado de uma determinada vida e de uma determinada obra como objeto de atenção, pelo que esta vida ou esta obra possam implicar como testemunho e como exemplo de interesse mais geral. Então, eu partiria pelo apagamento da idéia de pessoa e pela concentração no auto-exame de uma determinada vida e de uma determinada obra que se ligam a essa pessoa, mas sempre procurando, através dessa vida e

⁴⁰ CANÇADO, José Maria. *Memórias videntes do Brasil. A obra de Pedro Nava*. BH:UFMG, 2003. p.38.

⁴¹ LEJEUNE, Philippe. *Je est un autre. L'autobiographie de la littérature aux médias*. Paris: Seuil, 1980.

*dessa obra, oferecer resultados que excedam, que transponham os limites dessa pessoa e que possam servir de atenção para interesses mais gerais”.*⁴²

Afonso Arinos quis testemunhar a seu respeito como o faria sobre outra pessoa, quis olhar-se de fora como um espectador imparcial à procura de uma vida que era a expressão de um destino, de uma determinada cultura, de uma formação.⁴³ Ele se comparou a Winston Churchill e Charles De Gaulle, cujos destinos teriam sobrepujado suas personalidades.⁴⁴ Ele sabia que estava representando uma imagem exterior a si mesmo, que comprometia a sua identidade mais íntima. Mas, preferiu abrir mão da sua personalidade para se tornar o líder político do seu grupo social. Afonso Arinos queria ser para o Brasil como o foi Juscelino Kubitschek, que teria tido a fulguração de, de repente, descobrir o destino: *“Ninguém, daqui a 600 ou 700 anos, vai duvidar, quando se perguntar quem foi Juscelino Kubitschek e se responder: ‘Foi um sujeito, como Constantino, que fundou, de repente, uma cidade, num encontro entre dois vales, e criou uma civilização”*.⁴⁵

Mas, os diversos jogos de localização e de voz, movendo-se em diferentes perspectivas, a intromissão do narrador ao comentar ou analisar acontecimentos, bem como a utilização de diferentes pessoas gramaticais, são mecanismos que trazem a ilusão de restabelecimento da continuidade do vivido. Segundo Alberti, se nas

⁴² Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. 67.

⁴³ *“O destino é qualquer coisa que sai do mistério da vida, da combinação da oportunidade aproveitada com o acaso oferecido. O destino não é a conquista de uma pessoa, é o encontro dessa pessoa com situações que podem ser transformadas num fato de uma determinada vida. No fim de tudo, o que realmente sobrepuja é o destino, sobre a carreira e a vida”* (op. cit. pp. 67-68).

⁴⁴ *“É muito difícil encontrar personalidades mais poderosas, mais coloridas, mais vigorosas, mas expressivas de uma cultura, de uma formação, do que esses dois nomes que eu citei. E, no entanto, existiu neles esta chave misteriosa, essa decifração enigmática, essa revelação que parte da sombra e que é, de fato, a centelha do destino”* (op. cit. p. 68).

⁴⁵ op. cit. pp. 68-69.

narrativas em primeira pessoa a especificidade do discurso autobiográfico se localizava na identidade entre autor e narrador, utilizando a terceira pessoa gramatical esse mesmo narrador se vê impossibilitado de ser a expressão do autor em sua totalidade e deslocar-se para o plano da construção. Como o personagem, ele passa a ser uma imagem do autor, construída e gravada nas linhas do livro.⁴⁶ Afonso Arinos tinha consciência desse empreendimento, e a revelou através de uma advertência: “*eu vou dizer não o que eu fui, mas aquilo que eu pretendi ser*”.⁴⁷ Foi essa ambigüidade entre o que se “é” e o que se “queria ser” que levou a sua identidade criada a ganhar uma aparência de “realidade”.

Nesta conferência, o destino de Afonso Arinos, destacado da sua personalidade, é representado com as mesmas imagens gravadas quase quarenta anos antes, no depoimento de 1944: “*Ele vinha de gente das letras, ele vinha de gente das lutas políticas, ele vinha de gente das batalhas que antecederam e que precederam a Independência, ele vinha de gente que figura nos documentos da Inconfidência*” (vocação política e intelectual e ilustre genealogia); “*Esse brasileiro não se formou propriamente no estrangeiro, mas ele formou a parte especial de seu espírito no estrangeiro (...) ele não teve essa formação automática, do aprendizado da Língua, da descrição, da medida (...) A formação dele, por conseguinte, não é rara, mas não é comum (...) ele teve uma formação que lhe deu qualquer coisa que naquela geração não era muito comum*” (formação humanista); “*(...) a luta que ele manteve foi sempre a luta da mansuetude contra a veemência, da tolerância contra a violência, do ceticismo contra o fanatismo (...) Eles [os deputados] aceitavam aquela espécie de chá morno contra qualquer espécie de líquido demasiadamente quente, ou demasiadamente*

⁴⁶ ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1991. pp. 66-81.

⁴⁷ Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 66.

gelado” (equilíbrio e moderação); “*O que eu não aceito é que, a pretexto de se lutar contra a intervenção da direita, se queira processar uma intervenção ideológica maciça. Não aceito. Isto contraria toda a minha tradição pessoal de formação liberal (...) Eu fico com o pensamento democrático e com a tradição brasileira*” (valores liberais e democráticos).

Na série de entrevistas que Afonso Arinos prestou a Aspásia Camargo entre setembro de 1982 e outubro de 1983, a pesquisadora enfatizou a “naturalidade” do entrevistado, pois afastado da composição formal da obra escrita que tende a ofuscar o indivíduo. Salientando que a força da expressão oral improvisa a linguagem, Camargo quis “*descobrir a alma e, através dela, filtrar os cenários e eventos que a moldaram, para revelar os pontos comuns que fundem o homem, o intelectual e o político*”.⁴⁸ Entretanto, os mecanismos conscientes de construção do eu autobiográfico e da imagem pública de Afonso Arinos se mostraram muito eficientes. O *expert* da oratória não perdeu o seu foco e tornou explícito um elemento importante da sua auto-representação: uma certeza permanente de pertencimento à cultura e à História.

O que justificaria a abundância de impressões da sua própria trajetória ao longo da vida é que, para ele, a sua vida não era pessoal, mas “*produto de uma convergência de circunstâncias históricas que poderiam decifrar uma fase da existência brasileira*”.⁴⁹ Ele falava como o representante autorizado de uma elite política histórica, aristocrática, e que a partir da década de 1940 precisava garantir o seu lugar na direção dos acontecimentos nacionais mediante uma nova identidade. O seu projeto de construção da sua imagem pública se baseava numa indistinção entre a sua história de

⁴⁸ CAMARGO, op. cit. p. 15.

⁴⁹ Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 69.

vida e a história desta elite tradicional do passado brasileiro. Esta foi a marca crucial da sua atividade pública e de sua historiografia, cujo objetivo era atualizar uma certeza permanente de pertencimento à cultura e à história deste grupo social. Esta “*marca autobiográfica*”⁵⁰ levou-o a compreender cada detalhe do passado como um diário ilustrado da sua juventude, a dotar o mundo que o rodeava de significados especiais, relacionados com a sua própria vida.

Afonso Arinos por ele mesmo⁵¹

Nascido em Belo Horizonte em 1905, Afonso Arinos descreveu o seu processo de amadurecimento em comparação com o próprio desenvolvimento da cidade. Ele era um menino numa cidade que era também menina, ele tinha nascido quando a cidade também acabava de nascer. Ambos teriam acolhido o processo de uma lenta elaboração cultural e social: “*Essa cidade, que fervia, de repente, nos descampados da Serra do Curral, vinha de uma vagarosa elaboração cultural de séculos. E tinha criado obras fundamentais da cultura brasileira. Era uma cidade que herdava uma tradição que ela*

⁵⁰ Alberti chama de “*marca autobiográfica*” a estreita relação que Afonso Arinos estabelece entre autobiografia, história e tradição familiar. A autora cita trechos da sua entrevista ao CPDOC onde ele afirma: “*Em mim a história sempre foi um pouco existencial e autobiográfica. Os livros mais importantes de história que eu tenho – as duas biografias – são autobiografias (...) Porque a biografia de meu pai e a biografia do conselheiro Rodrigues Alves são também tipos de autobiografia. É autobiografia do ambiente vivido não só por mim como pelo avô da minha mulher e, portanto, muito ligados*” (ALBERTI, op. cit. p. 156).

⁵¹ Para oferecer a idéia mais aproximada da imagem de Afonso Arinos em seu projeto de construção do eu autobiográfico, apresentaremos a fase inicial da sua vida (do nascimento em 1905 até a década de 1930) conforme os registros do próprio autor. Vamos manter-nos próximos das narrativas originais, reproduzindo a sua linguagem e o encadeamento dos seus argumentos, citando passagens dos seus mais variados textos auto-referenciais. Esta estratégia poderá se mostrar eficiente na medida em que facilitará o cotejo com as imagens presentes tanto na bibliografia sobre ele, quanto na sua própria historiografia.

não era, aparentemente, muito digna de carregar". Mas, essa cidade recém construída, essa "cidade de tijolos, de lama de pedras, de árvores assim plantadas em fileiras hieráticas"⁵², pretendia ser o símbolo de um novo tempo. Qual tradição ela poderia carregar?

Belo Horizonte, a "cidade moderna" em sua arquitetura e em suas ruas largas e de traçado reto, herdava a cultura política de uma elite tradicional. Assim como a cidade, ele sentia que não parecia feito para herdar aquela cultura, porque os tempos eram outros, mas ele herdou:

"Ele nasceu, então, no meio das letras, nasceu no meio da política e nasceu no meio de uma autoridade displicente, uma autoridade que não tinha conhecimento de si mesma, e que era um hábito. Quer dizer, aquela gente que subia dos municípios do sertão e dos municípios da Zona da Mata, a terrível zona dos massacres, das violências, era uma gente que tinha, assim, uma modéstia muito grande, uma gente sem pompa, mas era uma gente que tinha um hábito, o hábito da autoridade (...) Eu me lembro de cartas que o pai recebia dizendo que tinham interceptado pessoas que haviam descido armadas e haviam atirado, e os tiros haviam atingido janelas... Coisas desse tipo, que faziam parte da vida dele".⁵³

Afonso Arinos trazia em seu "sangue" a herança dos homens acostumados à luta política, representantes de uma cultura que passou a ser a sua e que era também a de Belo Horizonte: "E essa pessoa, nascida naquela cidade, era o herdeiro desta cultura,

⁵² Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 69.

⁵³ op. cit. p. 70.

porque ele trazia no seu sangue essa cultura por séculos de existência na Capitania que era então o Estado de Minas Gerais".⁵⁴ Falando da cidade, ele falava de si mesmo.

Esta cultura herdada por Afonso Arinos, portanto, era uma cultura aristocrática, cujos representantes participavam da vida política brasileira desde o Império. Nas suas veias, ele acreditava, corria o sangue das *"irremovíveis e antigas heranças brasileiras"*.⁵⁵ Sua vaidade linhagista foi muito criticada por aqueles que o acusavam de sustentar uma ridícula preocupação nobiliárquica. Afonso Arinos negava: *"não pode haver orgulho linhagista em quem está certo de que, salvas duas ou três exceções, nenhuma família brasileira, além da imperial, descende comprovadamente de fidalgos europeus"*.⁵⁶ Mas, a pesquisa de sua própria genealogia era fator necessário, segundo ele, ao esclarecimento da complexa formação do povo e da cultura brasileira: *"quando escrevo que nasci de um casal de ilustre progênie, sei que estou enunciando uma verdade de genealogia brasileira"*.⁵⁷

Mas, o medo de ser mestiço aterrorizava o seu imaginário. Ao falar das *"duas teses impressionantes e salutares"* de seu tio bisavô, que dizia que *"em matéria de mulher, bastava uma mulata fornida, submissa e de bons dentes"*, e que *"não convinha seguir muito na trilha dos avós esquivos, porque se poderia dar na porta da cozinha ou na da senzala"*, Afonso Arinos supunha que estava valorizando o caldeamento das raças, mas não conseguia transpor os limites da sua visão machista e preconceituosa. Tendo exposto em tom irônico o pensamento do seu tio bisavô, ele fez questão de enfatizar que seu parente tinha *"olhos azuis e risonhos"* e era, portanto, europeu.⁵⁸

⁵⁴ op. cit. p. 69.

⁵⁵ Meu depoimento. In CAVALHEIRO, op. cit. p. 48.

⁵⁶ FRANCO, A. A. *A alma do tempo*; formação e mocidade. RJ: José Olympio, 1961. p. 8.

⁵⁷ ibidem.

⁵⁸ FRANCO, A. A. *A alma do tempo*... p. 8.

Mesmo tendo nascido naquele ambiente político e familiar violento e autoritário que caracterizou a Primeira República, Afonso Arinos acreditava que o seu “caráter liberal” era parte do seu legado familiar. Sua árvore genealógica era evocada para lembrar o “liberalismo congênito” dos Melo Franco. Na história da sua família ele registra, por exemplo, a condenação do médico Francisco de Melo Franco pela Inquisição portuguesa, quando se diplomava em medicina pela Universidade de Coimbra em meados do século XVIII. Ele registra também um grande número de deputados no Império, sempre eleitos pelo Partido Liberal. O avô, Virgílio, foi deputado federal no Império e senador estadual na República, entre 1901 e 1922. O pai, Afrânio, foi eleito para a Câmara Federal no governo Rodrigues Alves e, mais tarde, foi ministro de Delfim Moreira. As ambigüidades desta “tradição liberal” não foram por ele consideradas. Era quase como se o liberalismo fosse uma herança genética, como se as atitudes políticas de seus antepassados independessem do contexto no qual viviam, e sim apenas do “gene” liberal herdado.

Na sua casa discutia-se política “*sob o olhar experiente dos velhos retratos de família*”.⁵⁹ Nos quartos e na sala de jantar, debatia-se literatura e, não raras vezes, a moeda desta troca intelectual era o francês. Esta influência teria condicionado a formação de Afonso Arinos, pois, nele, a vida cultural desabrochou com a própria vida. Ele estava habituado à convivência de diplomatas, políticos, escritores e poetas na infância e na adolescência e estranhava a conversa sobre o que ele chamava de “*coisas frívolas*”: dinheiro, companhias, fábricas, plantações.⁶⁰ O cenário no qual ele estava envolvido era o das conversas de eleições, de urnas, de poetas e escritores. Ele “*não*

⁵⁹ Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1959.

⁶⁰ *ibidem*.

sabia o que era comércio, não sabia o que era banco, não sabia o que era economia”,⁶¹ pois não havia nada na sua infância que não fosse público, que não estivesse ligado ao Estado:

“Nossa gente, não tinha idéia sobre essas coisas. Nós vivíamos num outro mundo, no mundo das letras, no mundo da política, no mundo do Estado. Não havia vida particular no sentido profissional, no sentido econômico. No sentido profissional, quem era o particular? Nada. Havia o Estado! Aquela cidade era o Estado, aquela gente era o Estado!”

Mas, Afonso Arinos não podia omitir as grandes fazendas da família Melo Franco em Paracatu. Será que a sua concepção de Estado era tão patriarcal que não podia distinguir o público do privado?

Acostumado ao refinamento e à austeridade do seu ambiente familiar europeizado, Afonso Arinos sentiu-se chocado quando teve de enfrentar a *“vulgaridade da vida”* no Colégio “Brasileiro”. Ele deveria acreditar que o nome desta escola não poderia ser mais indicativo do ambiente que o caracterizava: as *“conversas obscenas”*, o *“padrão reles do ensino”*, as disputas infantis de bens materiais, fizeram do seu primeiro contato com o mundo real (que era o mundo brasileiro, afinal) uma experiência traumática.⁶² Ele não era como as outras crianças: não jogava futebol, não contava nem ria das anedotas vulgares. Já lia as *Mil e Uma Noites*, as *Poesias* de Gonçalves Dias, os livros de Andersen, de Dumas, de Verne. Ele queria acreditar que não foi “aculturado”,

⁶¹ Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 70.

⁶² Na entrevista à Aspásia Camargo, Afonso Arinos justificou a sua entrada neste colégio afirmando que seu pai era o líder do presidente Venceslau Brás na Câmara e que vivia muito ocupado. Por isso, seu pai não tinha podido escolher uma escola melhor para ele: *“Ele não tinha atingido uma posição em que a pessoa tem auxiliares para cuidar dessas coisas e já estava numa situação em que não tinha tempo para isso”* (Entrevista concedida a Aspásia Camargo. In CAMARGO, op. cit. p. 77).

mas era naturalmente “europeu”. O seu melhor presente de infância, ele conta, foi uma mesa de escrever: “*com tampo correção e quatro gavetas superpostas, toda forrada de pano-couro (...) um sonho, uma beleza*”. E conclui: “*Meu destino estava traçado. Era sentar e começar a escrever pelo resto da vida*”.⁶³

Afonso Arinos gostava de dizer que a sua vocação intelectual foi um destino quase inevitável, com o qual ele se ajustou sem resistência nem surpresa. Escrever livros não envolvia, para ele, as agruras de um trabalho. Era, ao contrário, um “*exercício natural da inteligência*”, uma “*maneira de ser*”.⁶⁴ Seus primeiros exercícios intelectuais foram no campo da história: em suas memórias, ele remonta ao ano de 1916 o início de seu interesse pela matéria. Foi quando ingressou no Colégio São Paulo, no Rio de Janeiro, e tomou aulas de História do Brasil com o professor João Batista de Melo e Sousa. Em um caderno de capa dura grosso, manuscrito com uma caligrafia cuidada, ele foi incentivado a produzir suas próprias anotações sobre os principais pontos da história brasileira. Além da leitura dos compêndios usuais, o menino já produzia suas próprias anotações sobre a História do Brasil, ilustrados pelo professor.⁶⁵ No internato do Colégio Pedro II, onde Afonso Arinos se matriculou em 1917, as aulas de História do Brasil ficavam a cargo do ilustre professor João Ribeiro. Em suas provas de História Universal e do Brasil, avaliadas pelo professor com distinção, ele já demonstrava seu incipiente talento de historiador e escritor ao discorrer com

⁶³ FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 8

⁶⁴ “*Às vezes me perguntam como pude, no meio de tantas ocupações e preocupações, escrever os meus últimos livros. Surpreendem-se os amigos do que pensam ser capacidade de trabalho. Enganam-se, porém. No fundo, reconheço que não sou trabalhador, que não tenho grande capacidade para trabalhar na tarefa obrigatória. Por isso mesmo faço distinção entre trabalho intelectual e exercício natural da inteligência*” (FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 71). É verdade que o volume de publicações de Afonso Arinos ultrapassa a média de outros autores. Só na década de 1930 foram sete livros, quase um por ano. Mas a sua explicação para tal feito é característica da imagem nobiliárquica que ele quer sustentar. Um nobre é avesso à idéia de trabalho, pois seria contraditória ao seu *ethos* aristocrático. Os nobres possuem, no máximo, “ocupações” e um “talento natural” para a atividade intelectual.

⁶⁵ *ibidem*.

desenvoltura e segurança sobre as antigas civilizações gregas ou sobre as primeiras explorações de Portugal no Brasil.

Sua passagem pela tradicional Faculdade de Direito do Rio de Janeiro despertou-lhe o interesse não só pela ciência jurídica, mas, sobretudo, pela literatura. No período em que frequentou o curso, o interesse dos alunos pela filosofia e pelas doutrinas do Direito era quase inexistente. A vida intelectual na Faculdade girava em torno da literatura e foi a ela que Afonso Arinos se entregou a partir de 1922. Seus versos, entretanto, não passaram pelo crivo da autocrítica: ele considerou a sua produção ruim e desautorizou de antemão a publicação de seus escritos literários depois de sua morte, pois *“a única coisa que neles interessa é a existência de uma sensibilidade fina”*.⁶⁶

No ano de 1924, Afonso Arinos interrompeu os estudos superiores na Faculdade de Direito para morar durante dois anos em Genebra. Instalou-se nos Alpes suíços para tratar uma doença nos pulmões que o acompanhou durante toda a juventude. Aproveitou o ócio forçado para realizar estudos críticos de autores clássicos franceses em um curso de Literatura e Estilística Francesa ministrado pelo Professor Séchaye, da Universidade local. Nesta oportunidade, estudou a fundo Montaigne e Rousseau e juntou ao seu interesse pelo passado e pela realidade brasileira a densidade da reflexão filosófica. As leituras de textos filosóficos e da ciência política, a explicação destes mesmos textos, ele dificilmente poderia fazer sozinho e muito dificilmente encontraria no Brasil. Sua formação cultural, por esta razão, se diferenciava do perfil intelectual do escritor

⁶⁶ op. cit. p. 81.

brasileiro da época.⁶⁷ Seu espírito científico se modelou no exterior, na efervescência das idéias européias que seriam exportadas para o Brasil.

O seu caráter humanista, Afonso Arinos o entendia como o resultado desta sua formação escolar inicial e dos estudos realizados na Europa. Ele valorizava o processo europeu de ensino de disciplinas culturais, não aplicadas diretamente à vida profissional. O caráter humanista da educação era, segundo ele, indispensável à formação de uma elite intelectual apta a governar a nação.⁶⁸ Para Pedro Nava, “*o que a Europa devolveu nessa ocasião ao Brasil foi um viajante tornado do mineiro ao latino, notavelmente preparado para o destino intelectual que já se traçara, que seria seu objetivo, que é a sua razão de ser e sua eterna curiosidade*”.⁶⁹

Durante toda a mocidade – conta-nos Afonso Arinos em suas memórias – ele agiu “*em prol do aprimoramento democrático das instituições políticas brasileiras*”.⁷⁰ Contra o presidencialismo ditatorial da Primeira República, sua ação teria sido “*tímida*”, mas “*inequívoca*” (não pudemos apurar a quais ações ele se refere, pois era muito jovem e vivia na esteira do pai, que prestou serviços para praticamente todos os governos deste período). Contra a projeção do caudilhismo de Getúlio Vargas ameaçando a autonomia de Minas Gerais, sua ação teria sido “*mais influente*”, através do jornalismo nos diários de Belo Horizonte (veremos no segundo capítulo como a fundação deste jornal não passou de uma mesquinha vingança pessoal contra o presidente). Contra o Estado Novo, sua ação foi “*clandestina*”, mas pertinaz (embora suas obras da década de 1930, como também veremos adiante, tenham legitimado a

⁶⁷ VENÂNCIO FILHO, Alberto. Introdução. In FRANCO, A. A. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. 1ª ed. 1937. RJ: Topbooks, 2000.

⁶⁸ FRANCO, A. A. op. cit. p. 17.

⁶⁹ NAVA, Pedro. Afonso. In: CAMARGO, Aspásia et alli. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal; RJ: CPDOC/Função Getúlio Vargas. 1983. p. 36.

⁷⁰ FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 332.

ditadura varguista) Recusou convites e ofertas, e fez “*tudo o que era possível pela libertação do Brasil*”.⁷¹

Afonso Arinos sempre achou razoável tudo o que aconteceu a ele, nunca teve surpresas. Seus companheiros diziam que se levassem para ele o Pão de Açúcar numa bandeja, ele iria protestar se não estivesse gelado! Mas, ele se justifica: “*Essa pessoa foi criada assim. Mas não é culpa dele. Ele não tinha razão para estranhar que a vida fosse assim*”.⁷² Sua visão de mundo se enraizava numa perspectiva elitista que justificava a sua posição social como recompensa por suas “qualidades intrínsecas” e que desconsiderava as contingências ligadas à estrutura da sociedade. Seu sentimento de superioridade lhe era reconfortante e advinha de uma fruição estética supostamente “natural”, usada como forma de construir sua distinção social. Esta é a identidade mais genuína das elites políticas brasileiras, e era em nome delas que Afonso Arinos atuava.

Entre o cinismo e a sinceridade

Os mecanismos conscientes da construção da imagem pública de Afonso Arinos permitem compreender a dimensão política do seu projeto, revelando como o imaginário pode ser objeto de controle. Ele se formou na arte da retórica e tinha consciência dos métodos pelos quais as pessoas podem ser manipuladas por meio de símbolos. Além disso, ele tinha interesse em controlar a idéia que os outros faziam dele

⁷¹ op. cit. p. 333.

⁷² Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 71.

e das situações nas quais ele se envolvia. Mas, para Peter Burke, os processos pelos quais as auto-imagens reforçam o poder são ainda mais eficazes por serem parcialmente inconscientes.⁷³ É possível que o próprio Afonso Arinos acreditasse na sua imagem idealizada, principalmente porque, como veremos adiante, em seu contexto, ela era uma criação coletiva que respondia a uma demanda, ainda que o público não tivesse consciência do que desejava.

Afonso Arinos construiu para si aquilo que Friedrich Nietzsche definiu como uma “*segunda natureza*”, um novo hábito, uma nova personalidade.⁷⁴ Ele tentou se dar um passado *a posteriori*, de onde ele gostaria de provir, em contraposição ao passado do qual ele provinha. Ele pretendeu disciplinar o que as elites brasileiras tinham sido (autoritárias, cruéis e mesquinhas) em favor daquilo que ele gostaria que elas fossem (democráticas, humanistas e liberais). A edificação da sua imagem pública fez parte desta tentativa de oferecer-lhes uma outra identidade.

A sua estratégia de redefinição da identidade das elites se deu em um momento em que as desigualdades políticas foram questionadas e o nivelamento social ameaçava o grupo dominante. Afonso Arinos acreditava que sempre haveria um grupo “naturalmente mais capacitado” que deteria os cargos de poder. A sua proposta democrática possuía bases antidemocráticas: as elites brasileiras deveriam encontrar novas estratégias para justificar a “superioridade” com a qual elas legitimam seus governos excludentes. As elites aristocráticas que ele representava se consideravam mais dignas do poder por estarem “destinadas” a ele, por terem “vocação” para exercê-

⁷³ BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. RJ: Jorge Zahar, 1994.

⁷⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

lo, por serem mais “bem educadas”, mais “cultas” e “civilizadas”. Assim, elas poderiam estabelecer uma distância cada vez maior entre o Estado e a população.

Para Irving Goffman, quando esta segunda natureza representa a concepção que formamos de nós mesmos, ela é o nosso mais verdadeiro eu, é aquilo que gostaríamos de ser e transforma-se em parte integral da nossa personalidade. Quando o “ator” está inteiramente compenetrado em seu próprio número, ele está convencido de que a impressão de realidade que ele encena é a verdadeira realidade. E, se o público também estiver inserido nesta atmosfera de “realidade”, somente o sociólogo ou uma pessoa socialmente descontente terá dúvidas sobre a “veracidade” do que é apresentado.⁷⁵ Para Nietzsche, toda primeira natureza foi algum dia uma segunda natureza e, toda segunda natureza vitoriosa se torna uma primeira natureza.⁷⁶

Mas, Afonso Arinos não acreditou realmente que a sua segunda natureza era o seu verdadeiro eu. Ele admitia “*não poder dizer tudo o que se quer*”. Ele dizia que se queremos ver um escritor revelar-se com franqueza é só pedir-lhe para que fale dos outros, ou do mundo, mas não dele próprio.⁷⁷ Entre a intenção de não revelar tudo e de ser fiel a si mesmo existe uma incompatibilidade que, no seu caso, pode ser explicada pela maneira consciente com a qual ele esculpia a sua imagem pública. Ele possuía uma tal percepção deste seu projeto que podemos duvidar da sua sinceridade. Ele dizia que para enfrentar todas as circunstâncias adversas à sua vida e à sua pessoa era preciso “*criar uma outra espécie de personalidade, uma superpersonalidade*”.⁷⁸ Para Goffman, quando o “ator” não está completamente imerso na sua própria prática, ele pode ser identificado como “cínico”.

⁷⁵ GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁷⁶ NIETZSCHE, op. cit.

⁷⁷ Meu depoimento. In CAVALHEIRO, op. cit.

⁷⁸ Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 68.

Afonso Arinos demonstrou em seus relatos não só uma consciência do empreendimento da sua imagem pública, como percebeu ter criado ao longo dos anos uma espécie de “*superpersonalidade*” que fugiu ao seu controle. Ele acreditava que aqueles que enalteceram seus valores humanistas, liberais e democráticos; que admiraram a sua vocação intelectual, o seu equilíbrio e moderação frente aos radicalismos políticos, “*viram em mim não o que sou, mas o que eles desejariam que eu fosse*”.⁷⁹ Segundo Nietzsche, as segundas naturezas são sempre mais fracas que as primeiras e podem resultar na “*estranha oposição entre uma interioridade à qual não corresponde nenhuma exterioridade e uma exterioridade à qual não corresponde nenhuma interioridade*”.⁸⁰ De fato, algumas vezes o seu projeto parecia lhe escapar:

“Milhões de palavras, algumas para milhões de pessoas graças ao rádio e à tevê. Palavras esquecidas que se foram sedimentando, confundindo-se com as dezenas de milhares de páginas escritas, o que tudo formou uma imagem de mim que não é mais minha, que me escapa totalmente, e que não sei bem qual será. Que sou? Quem sou? eu me pergunto. Que fiz da vida, ou melhor, o que a vida fez de mim?”.⁸¹

Mas, Afonso Arinos não queria ser tomado como cínico. Abandonar a sua imagem pública era, para ele, abandonar a própria sinceridade, ou pelo menos a sua forma herdada de ser sincero: “*Descobrir-me totalmente, como fazem alguns dos escritores que mais admiro na nova e na minha geração, seria paradoxalmente encobrir-me, tornar-me outro que não eu mesmo, quase diria inidentificável pelo*

⁷⁹ FRANCO, A. A. *Alto-mar, maralto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 148.

⁸⁰ NIETZSCHE, op. cit. p. 33.

⁸¹ op. cit. p.146-147.

excesso de luz”.⁸² A sua “segunda natureza” parece tê-lo apreendido de tal forma que ele se tornou seu prisioneiro.

Entretanto, consideramos que nem todos os “atores cínicos” estão interessados em “iludir” a sua platéia tendo por finalidade apenas o interesse pessoal. Um indivíduo cínico pode enganar o público pelo que julga ser o próprio bem deste, ou pelo bem da comunidade.⁸³ Afonso Arinos acreditava que as elites tradicionais que ele representava deveriam modernizar as suas estratégias de ação se quisessem permanecer ativas em seu tempo. Ele queria se libertar, e também a esta elite, daquela natureza hereditária violenta e inescrupulosa que a caracterizava, confrontando-a com as necessidades que o presente lhes impunha. A sua proposta, como veremos no terceiro capítulo, era que aquela elite tradicional se arregimentasse em torno de um partido político – a UDN – que conciliaria aos seus interesses os das novas elites emergentes, garantindo a sua permanência no poder.

A ilusão autobiográfica como ilusão coletiva

Quando buscamos refletir sobre as auto-representações de Afonso Arinos não estamos interessados na sua representação real em si mesma. Ninguém está ou é isento da característica de querer ser o que não é. Faz parte da nossa cultura multifacetar o que se é e/ou se pensa ser para se enquadrar nos eixos articulados por outras pessoas. O que

⁸² op. cit. p.145-146.

⁸³ GOFFMAN, op. cit. p. 26.

nos interessa investigar é o grupo social e político que credenciou Afonso Arinos a desempenhar o papel que ele se atribuía, a transformar sua individualidade numa “*fisionomia impessoal*”, “*mítica*”, “*ideal*”, e que participaram daquela “*grande ilusão coletiva*” de que fala a nossa epígrafe. Na cartografia da sua trajetória individual, podemos encontrar marcas coletivas, um modelo político a ser seguido, os exemplos sociais de realização pessoal, um modo de viver característico de seu grupo. O seu discurso sobre si mesmo repercutiu no espaço público e refletiu a imagem que as elites aristocráticas do passado brasileiro queriam dar de si mesmas.

As representações de Afonso Arinos puderam ser calculadas porque a tradição de seu grupo e a posição que ele ocupava requeria este tipo de expressão. Cada história que ele mesmo contava sobre a sua vida incorporava e exemplificava os valores oficialmente reconhecidos. Havia uma concordância superficial proporcionada pelo fato de cada um em seu grupo ocultar seus próprios desejos por trás de afirmações que apoiavam valores nos quais todos se sentiam obrigados a prestar homenagem. A democracia, o liberalismo, o Estado de direito, o interesse público acima do privado, a igualdade de oportunidades, identificavam Afonso Arinos com as necessidades que o presente impunha à classe dirigente brasileira. Este seria o modelo paradigmático do “estadista”, a direção política apregoada pelas “elites modernas”.

Portanto, a autoridade e a eficácia das representações de Afonso Arinos foram frutos da adequação entre a sua função política, enquanto líder da bancada da UDN, e seu discurso. A construção de uma imagem moderna de si foi um empreendimento não só discursivo, mas institucional. Ela consistiu na autoridade exterior de que ele gozava

como um “porta-voz autorizado”, pois sua fala concentrava o capital simbólico acumulado pelo grupo de quem ele era mandatário e do qual ele era procurador.⁸⁴

Consideramos, assim, que refletir sobre um projeto de construção de uma imagem pública como uma simples extensão expressiva do caráter do autor é uma concepção limitada. A projeção da auto-imagem é parte integrante de uma projeção alimentada e mantida pela íntima cooperação do grupo social. O papel que Afonso Arinos acreditava desempenhar para as elites brasileiras foi talhado de acordo com os papéis daqueles que também se identificavam com o *ethos* aristocrático sustentado por ele e que desejavam modernizar suas estratégias de ação para perpetuar o seu poder. Estes foram os seus leitores e ouvintes, aqueles que autorizaram e legitimaram a sua escrita auto-referencial.

Embora a partir da década de 1970 Afonso Arinos duvidasse da eficácia de suas auto-representações e as percebesse de forma inconclusa, elas foram duradouras e ganharam o *status* de uma obra acabada. O uso estratégico da narração de sua própria vivência não se manipulou no vazio. Se assim fosse, a própria manipulação seria um discurso sem lugar. Ela se serviu de um campo de experiência comum ao seu grupo social, de onde o autor colheu a matéria para a construção da sua imagem no presente. Sua identidade pessoal se consolidou no reflexo de uma identidade política e social. Assim, o “mito” que se criou em torno do seu personagem foi alimentado pelo próprio autor e pelo círculo político mais tradicional da UDN. Por esta razão as auto-representações de Afonso Arinos foram tão eficazes: para além da identidade individual, elas deram identidade às elites aristocráticas do passado que necessitavam garantir a sua

⁸⁴ Para Ruth Amossy (AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso*. SP: Contexto, 2005), o discurso assim compreendido deve ser tomado em uma dupla perspectiva: interacional (a eficácia discursiva não pode ser compreendida fora da troca entre os participantes) e institucional (essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo no qual atuam).

pertença contínua à história. Afonso Arinos era o “intelectual orgânico” destas elites. A sua proposta era adequar este grupo aos novos tempos para que ele continuasse ativo.

Se as imagens póstumas têm como função a recriação memorial da pessoa, no caso de Afonso Arinos não foi preciso reinventá-lo. Houve uma correspondência entre o que ele pretendeu ser e aquilo que ele foi na visão da maioria de seus contemporâneos. Seus epitáfios são recheados com as imagens que ele próprio criou. Como parlamentar nas décadas de 1940 e 1950, ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, embaixador, senador e constitucionalista; como poeta, ensaísta, crítico literário, historiador, cientista político e jornalista, autor de mais de 60 obras; como político e intelectual, Afonso Arinos se celebrizou como “*o defensor da Constituição*”, como “*o inimigo dos preconceitos de cor*”, como “*o último dos liberais*”, como “*o grande humanista*”, como “*o constitucionalista liberal-progressista*”, como “*o paladino dos valores da democracia*”. A construção póstuma da sua memória edificou-se através dos discursos e artigos por ocasião da sua morte e por perfis biográficos breves. Estas representações póstumas estiveram em sintonia com as representações que o próprio Afonso Arinos fez sobre si mesmo. O seu projeto de construção da sua imagem pública foi tão bem-sucedido que dispensou, até agora, a escrita da sua biografia.⁸⁵

⁸⁵ Em novembro de 2005, o Senado da República comemorou o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) realizando uma sessão especial em sua homenagem. Políticos, juristas, familiares e representantes do movimento negro se reuniram para lembrar a trajetória daquele que, como parlamentar em 1951, foi o autor da primeira lei brasileira contra a discriminação racial. Ao abrir a solenidade, o então presidente da casa, Renan Calheiros, destacou que Afonso Arinos foi um “*aristocrata de berço*” e, ao mesmo tempo, “*um inimigo dos preconceitos, das injustiças, um humanista e defensor do estado de direito*”. O ex-presidente e senador José Sarney disse que apesar de Afonso Arinos ter atuado em tantos campos diferentes, como a política externa, a história e a Academia Brasileira de Letras, o Senado é sua casa natural, pois sua memória permanece como “*o grande brasileiro que ensinou por sua obra e sua vida como se deve fazer política*”. O senador Marco Maciel definiu Afonso Arinos como um “*liberal da mais lídima tradição da política brasileira*”. Referiu-se a ele como um “*humanista provido de luz*” que, tendo a sua “*vocação intelectual e política*” despertada desde muito

A percepção da própria vida e de sua identidade como uma unidade apreensível e transmissível é necessária para a vida e a afirmação do eu. Mas, é a consciência da descontinuidade e de todas as ficções que atravessam uma narração sobre si mesmo que estabelece a necessária distância metodológica entre o uso “científico” ou “comemorativo” das auto-representações.⁸⁶ Enquanto suas imagens foram reproduzidas por aqueles que compunham o seu círculo de amigos e o seu grupo social, no calor da emoção provocada pela ausência, era natural que eles endossassem o discurso panegírico do próprio Afonso Arinos. Entretanto, houve uma tendência entre os demais analistas de suas obras de se deixar impingir por sua imagem pré-construída. Por um lado, essa tendência pode ser explicada tendo em vista a reconhecida oratória e a escrita envolvente do nosso autor. A arte de um grande orador, segundo Maurice Halbwachs, é justamente “*dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos*”.⁸⁷ Por outro lado, a obra de Afonso Arinos contou com poucos comentários críticos, levando alguns de seus analistas a recorrerem às imagens que ele próprio desenhou em seus perfis autobiográficos. Estes foram apanhados pela armadilha da “*ilusão biográfica*” do autor.

cedo, foi um “*homem de Estado probo e lúcido*”. O senador Antônio Carlos Magalhães destacou a atuação de Afonso Arinos no Congresso pois, segundo ele, foi no Legislativo que a sua “*postura democrática se tornou a bússola dos homens públicos deste país*”. Esta amostra ilustra bem o alcance da identidade criada por Afonso Arinos e comprova o quanto ela continua sustentando o discurso da nossa elite mais tradicional.

⁸⁶ Para Tzvetan Todorov, o discurso comemorativo simplifica o conhecimento do passado. Entre o historiador e o comemorador há uma diferença tanto de objetivos quanto de método, que dificilmente compatibiliza as posições deles. O comemorador beneficia-se da impessoalidade de seu discurso para dar-lhe uma aparência de objetividade e verdade. Seu objetivo é fornecer-nos ídolos a venerar, ou inimigos a abominar. A comemoração se alimenta de elementos trazidos pelas testemunhas e pelos historiadores, mas não se submete a nenhum teste de verdade, pois ela adapta o passado às necessidades do presente. As imagens piedosas que a comemoração evoca pode se congelar em formas imutáveis. Uma modificação que se efetue nestas imagens pode provocar acusações de desrespeito. Mas, como bem ressalta Todorov, “*o homo democraticus precisa de outra coisa que não imagens piedosas (...) Em nosso mundo, são os valores humanos que devem ser sacralizados, e não os monumentos*” (TODOROV, op. cit. p. 156).

⁸⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 47.

A título de ilustração, podemos evocar a tese de Berenice Cavalcante, para quem Afonso Arinos era o “*intelectual moderno de molde clássico*”. Na apresentação que faz da sua biografia, ela reitera as imagens forjadas pelo próprio Afonso Arinos: “*O amor pelas letras foi despertado desde a infância, pois na biblioteca de seu avô, Melo Franco, os ‘livros eram milhares’ e desde cedo ele habituara-se a folhear os ‘livros de estampas’. Posteriormente, no Colégio Pedro II (...) recebeu sólida formação humanista e assim, ainda muito jovem, Arinos descobriu que as ‘letras eram um assunto e não um divertimento que servisse apenas para ilustrar as conversas após o jantar na casa de seus pais’. Esse apreço pela literatura, pelo humanismo e pela cultura clássica aprofundou-se a partir de suas viagens à Europa*”.⁸⁸ Para a autora, Afonso Arinos abraçou com fidelidade esta concepção, que teria impregnado seus ideais na vida pública e privada. Ela destaca que ele internalizou um ideal de civilização humanista cultivado numa certa parte da Europa. Seu comportamento, segundo ela, se dava sob um padrão regrado, normatizado, afeito ao equilíbrio e à harmonia. Cavalcante chega mesmo a afirmar que, diversamente de alguns de seus contemporâneos, que acreditavam num certo “atraso” cultural do Brasil em relação à civilizada Europa, Afonso Arinos propôs versão oposta. Mas, veremos nesta dissertação que a historiografia de Afonso Arinos desmente tal interpretação.

Outro analista, Paulo Bonavides, em artigo na *Revista da Faculdade de Direito* da Universidade do Ceará, afirmou que Afonso Arinos “*mostrou-se refratário ao radicalismo das poderosas ideologias*” e possuía convicções arraigadas “*quanto ao equilíbrio de idéias e atitudes*”, pois “*o radicalismo sempre se lhe afigurou falso e*

⁸⁸ CAVALCANTE, Berenice. De volta para o futuro: História e Política em Afonso Arinos. *Varia História*, Belo Horizonte, 2002. p.165

nefasto”. Para fechar o retrato intelectual, político e moral de Afonso Arinos, Bonavides exalta a sua defesa do humanismo e da democracia, considerando-o “*um fiel seguidor dos princípios representativos, liberais e democráticos de configuração do poder*”.⁸⁹ Estas e outras chaves de leitura de Afonso Arinos, como se vê, não ultrapassaram os umbrais do castelo memorial edificado pelo próprio autor. Mas, enquanto forem tomadas como Afonso Arinos “pediu” para ser lido, suas obras resistirão ao deciframento.

Há, todavia, uma bibliografia crítica que resistiu ao seu “feitiço”. Guerreiro Ramos, na década de 1950, denunciou a ideologia da *jeunesse dorée* em *A crise do poder no Brasil* e suscitou uma inimizade célebre com Afonso Arinos.⁹⁰ Ele foi o seu mais severo opositor no campo intelectual brasileiro do período. Ramos chamou-o de “racista”, “monarquista”, “ignorante” e de “indigente técnico-científico”, e o acusou de transmitir estas posições retrógradas à sua participação na vida política do país. Dante Moreira Leite, em *O caráter nacional brasileiro* (1983), e José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil 2* (2006) restringiram suas análises à obra *Conceito de civilização brasileira*, publicada por Afonso Arinos em 1936. Leite o acusa de fazer uma “pregação fascista” contra negros e índios, e Reis o identifica com a proposta ultraconservadora das elites brasileiras dos anos 1930, que pretendiam ampliar ainda mais a distância entre o Estado e a sociedade civil através de uma “legalidade cínica”.

A nossa proposta visa ampliar o olhar sobre a historiografia produzida por Afonso Arinos: não queremos deixá-lo prisioneiro das suas obras da década de 1930, mas também pretendemos diferenciar a sua produção historiográfica da sua imagem

⁸⁹ BONAVIDES, Paulo. Afonso Arinos de Melo Franco, um liberal da segunda metade do século XX. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará*, vol. 31/32, nº 1/2, jan./dez. 1990/1991. p. 81.

⁹⁰ Desenvolveremos a tese de Ramos no segundo capítulo.

pública. Ele não foi o mesmo entre os anos de 1930 e 1970, pois teve “força plástica” para se ajustar ao presente. Se as suas auto-representações adquiriram um papel de “operadora do mesmo”, impondo a ele uma consciência ilusória de sua plenitude e harmonia, “*condenando-o a refazer o tecido da sua história sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado*”,⁹¹ suas obras historiográficas foram escritas com idéias e imagens do presente em que cada uma delas foi publicada. A experiência passada foi tecida em urdiduras sempre renovadas, refeitas, recriadas, revistas em consideração aos acontecimentos deste presente. Nestas representações esparsas, suas imagens foram repetidas em função da diferença, na constante tentativa de se re-adequar ao movimento da história. Elas revelam a sua personalidade complexa, os seus conflitos internos provocados pela divisão entre a tradição e a novidade. A historicidade de suas obras é latente, elas são um termômetro do seu lugar social e de seu próprio tempo. Elas revelam com muita clareza o seu esforço para reestruturar o discurso das elites entre as décadas de 1930 a 1970.

Portanto, Afonso Arinos soube redefinir a sua interpretação do passado brasileiro e os seus projetos de futuro para o país em função das necessidades cambiantes do seu presente. O desafio da sua historiografia foi o desafio da elite dirigente de sua época: incorporar as mudanças para conservar sua estabilidade social. Se essa readequação do projeto intelectual de Afonso Arinos ao seu presente refletiu apenas o lado exterior de suas obras ou se representou uma modificação das próprias idéias professadas por ele, eis a questão que orientará a nossa compreensão da sua visão da história e sua interpretação da cultura brasileira.

⁹¹ MIRANDA, op. cit. p. 120.

CAPÍTULO II

A FACE ESCONDIDA:

DETERMINISMO RACIAL, AUTORITARISMO E DESAPREÇO PELA CULTURA BRASILEIRA

O Estado brasileiro se baseará franca ou disfarçadamente, mas, em qualquer caso, exclusivamente na força. E isto pela simples razão de que, não possuindo mais um aparelho de contenção, político ou jurídico, capaz de sustar o impulso dos resíduos culturais afro-índios, orientados no sentido da legalidade baseada no terror, só resta à República o recurso de a eles se opor pela força, isto é, pela supressão de qualquer aparelho permanente do Estado.

Afonso Arinos, 1936.

Afonso Arinos e os anos 1930: a *jeunesse dorée* do antigo regime brasileiro

Foi como herdeiro de uma tradição secular e detentor de um saber socialmente valorizado que Afonso Arinos procurou afirmar o seu discurso sobre o passado e dar credibilidade à sua historiografia nos anos 1930. A fidelidade com a qual ele se debruçou sobre o passado brasileiro o fez cuidar do que ainda existia de antigo em sua época, com a intenção de preservá-lo para as futuras gerações. Sua obra se revestiu de um sentido histórico-antiquário, definido por Friedrich Nietzsche como uma *“habilidade para sentir o caminho que se encontra às suas costas e um sentido para perceber como as coisas eram, um faro para rastros quase apagados”*.⁹² Esta história

⁹² NIETZSCHE, op. cit. p. 26.

antiquária representou uma tensão com a “segunda natureza” por ele construída e que vimos no primeiro capítulo. Em suas auto-representações, foi preciso combater a sua natureza herdada e hereditária através de uma nova disciplina, implantando um novo hábito, um novo instinto que debilitasse e fizesse esquecer esta primeira natureza antiquária. Mas, o que haveria de tão grave nesta primeira natureza, revelada na sua historiografia dos anos 1930, para que ela fosse desprezada posteriormente? É o que veremos neste capítulo.

Selecionamos para análise nesta segunda parte as suas obras da década de 1930, *Introdução à realidade brasileira* (1933); *Preparação ao nacionalismo* (1934); *Conceito de civilização brasileira* (1936); *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* (1937) e *Terra do Brasil* (1938). Estas obras revelam o compromisso assumido por Afonso Arinos com a estabilidade da sua posição social, com um passado aristocrático, com o poder indisputado das elites e a rígida estratificação social. Elas exibem a face oculta do seu auto-retrato, são o seu reverso. Expressam o seu semblante anti-democrático, anti-liberal e anti-brasileiro. Aqui, ele se deixa fotografar em seu elitismo conservador e em sua tendência fascista. Resplandece a sua face reacionária, autoritária e racista. Através delas, conhecemos o Brasil que a elite política se propôs a construir nos anos 1930.

Até 1934, a participação de Afonso Arinos na política foi apenas indireta. Concorreram para isto o seu estado de saúde precário e o viés contemplativo do seu espírito juvenil. Enquanto seu pai e irmão atuaram efetivamente nos acontecimentos que levariam Getúlio Vargas à presidência, Afonso Arinos apoiou de longe esta movimentação, preferindo se dedicar ao estudo dos temas brasileiros. Após a formação do governo provisório, seu pai foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores e

seu irmão, Virgílio de Melo Franco, aguardava a indicação para a sucessão mineira. Em 1931, Afonso Arinos viajou para a Suíça para tratar sua tuberculose. Em Genebra, foi designado para atuar como secretário da delegação brasileira enviada à Conferência Internacional do Desarmamento, obtendo, por influência política paterna, sua primeira experiência diplomática. De volta ao Brasil em 1932, após a Revolução Constitucionalista, Afonso Arinos e a família Melo Franco se mantiveram ao lado de Vargas. Ele considerou o movimento paulista uma atitude mesquinha de separatistas inconseqüentes. Mas, em 1933, uma negativa do presidente viria mudar os rumos da posição política da família. Afonso Arinos passou a se opor a Vargas, porém, não por discordar dos rumos anti-democráticos do seu governo, mas devido à não indicação de seu irmão Virgílio para a interventoria em Minas Gerais. Em solidariedade ao filho, seu pai renunciou ao cargo de ministro neste mesmo ano.

Em julho de 1934, Afonso Arinos tentou buscar uma aproximação com a política do país. Ele e o irmão fundaram em Belo Horizonte a *Folha de Minas*, um jornal de oposição a Vargas que reuniu “os grupos mineiros desiludidos em 1933”, conforme apontou em suas memórias. Relendo-as, se torna claro que o que impulsionou a oposição a Vargas foi mesmo o interesse particular por um cargo político negado a Virgílio. Afonso Arinos afirma que “*esta situação [a negativa de Vargas] encontrava em nós, os amigos de Virgílio, intérpretes enérgicos e autorizados, o que vinha conferir interesse e prestígio à Folha de Minas*”.⁹³ A sua oposição a Vargas era uma vingança pessoal. Quando em 1935 o presidente impôs a censura à imprensa, sob o pretexto da intentona comunista, o jornal fechou suas portas. Oportunamente, a família cogitou uma reaproximação com Getúlio, comprovando que não eram as diferenças ideológicas que

⁹³ FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 340.

os separavam, mas foram “*orgulhosos demais*” para efetivá-la. A sua luta contra Getúlio era pessoal e familiar e se estendeu até 1954, quando pronunciou o derradeiro discurso que antecedeu o suicídio do presidente.⁹⁴

No primeiro ensaio histórico-político de Afonso Arinos, *Introdução à realidade brasileira*, publicado em 1933, ele afirmou que a República estava “desordenada” socialmente, politicamente e intelectualmente. Ele se assustou com a emergência dos novos sujeitos sociais, com a urbanização e a industrialização. Ele percebeu o seu mundo aristocrático se desmoronando, as elites agrárias perdendo o seu poder político e econômico. Foi contra a força das novas necessidades históricas que ele afirmou o seu discurso autoritário e racista. A sua historiografia nos anos 1930 pretendeu propor às elites aristocráticas e agrárias do passado uma solução para o drama em que elas se encontravam. O compromisso que ele assumiu com o passado o fez deslocar a idéia da necessidade da “organização nacional” – cujo apelo de Alberto Torres em 1915 havia encontrado uma enorme ressonância nos anos posteriores – para a urgência de uma “ordenação nacional”. O diagnóstico dos males do Brasil não era a sua desorganização, mas a sua “desordem”. “Organizar” a nação significava reconstruí-la sobre bases novas, exigia um “espírito renovador”, pois se supunha que a ordem social existente era fundada em princípios obsoletos. Mas, as “*leis básicas da vida social*”, os “*elementos da nossa íntima constituição*”, não necessitavam ser refeitos, somente re-arranjados, ordenados para continuar subsistindo:

“A desorganização de um regime implica no reconhecimento da sua inviabilidade e, portanto, na necessidade da sua substituição, ao passo que a

⁹⁴ Havia indícios, embora nunca tenha sido comprovado, que Getúlio Vargas foi o mandante do assassinato de Virgílio de Melo Franco que, após verem frustradas suas expectativas de assumir o governo de Minas, se tornou seu mais ferrenho opositor.

desordem, expressa apenas uma alteração contingente e passageira, que poderá ser resolvida com simples modificações externas, que não implicam na anulação das características estruturais do mesmo regime".⁹⁵

Entretanto, este deslocamento da idéia de “organização nacional” para “ordenação nacional” não representou uma ruptura com a essência autoritária do pensamento de Alberto Torres. Afonso Arinos sentia a “desordem social” do país com a frequência de greves, com as manifestações de rua, com os choques entre grupos políticos antagônicos e as constantes reivindicações das massas. Sua explicação para as causas desta agitação era o empobrecimento progressivo do poder de repressão da autoridade pública diante da sublevação dos extremismos. Aquela “baderna” só poderia ser controlada com a permanência de um governo forte, mesmo que isto significasse a supressão da democracia. Era mesmo este o discurso utilizado para justificar o Estado Novo, imposto poucos anos depois. Como os defensores da ditadura, ele considerava que o país atravessava uma crise de autoridade e de instabilidade política. O aparelho do Estado estava enfraquecido materialmente e moralmente. Demonstrando um radicalismo maior do que daqueles que acusava, ele considerou a ordem social estabelecida como intrínseca à formação brasileira. Ele invocou a “autoridade de mando” das “elites tradicionais” e a permanência do seu poder no tempo. Ele fez uma defesa da “autoridade” e da “tradição brasileira”.

Mas, a qual tradição brasileira Afonso Arinos se referia? Qual o “campo de experiência” da nossa história que ele quis preservar? Quais os agentes desta “elite tradicional”?

⁹⁵ FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933. p. 18.

Afonso Arinos se ressentia da ausência, nos anos 1930, da ordem social oligárquica e escravocrata do Império, politicamente organizada em torno de uma monarquia parlamentar e economicamente sustentada pela agro-pecuária. Ele representava uma aristocracia rural aculturada pelos estudos e as viagens que fazia a Europa. Esta elite teria legado à vida pública brasileira um “equilíbrio” e um “refinamento” que, por estarem na origem da nossa formação, constituiriam a nossa tradição.⁹⁶ O autor se referia aos direitos e privilégios inabaláveis desta elite educada nos padrões europeus, e que se diferia e oprimia a população brasileira. A elite surgida no período imediatamente posterior a 1822 era razoavelmente homogênea, devido ao seu treinamento em Coimbra, o que lhe permitia agir politicamente de modo coeso.⁹⁷ Esta conjuntura política e social firmada pelas aristocracias rurais após a Independência, e nostálgicamente defendida por Afonso Arinos nos anos 1930, foi chamada por Fernando Lattman-Weltman de “*antigo regime brasileiro*”.⁹⁸

“*A República*”, segundo Afonso Arinos, “*viria subverter esta linha tradicional da civilização brasileira*”.⁹⁹ Os primeiros republicanos, afortunadamente, “*vinham do Império e conservavam os hábitos do regime parlamentar, dentro do qual se tinham formado*”¹⁰⁰ mas, após 1930, as instituições republicanas começaram a funcionar sob a

⁹⁶ A antropóloga Regina Abreu (ABREU, R. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. RJ: Rocco, 1996) estabeleceu uma relação entre o estudo da nobreza européia e a reiteração de seus valores entre a chamada “*nobreza brasileira*”. Para a autora, a aristocracia brasileira imprimiu um estilo de vida e administração pública que não se dissolveu com a proclamação da República, sendo incorporado às mudanças que se efetivaram a partir de então. O que diferenciava a elite aristocrática de outros grupos sociais influentes era a tenacidade para conservar suas realizações na edificação de uma memória. Sua posição social não se justificava por um poder externo ou pela propriedade de bens materiais, mas pela constituição de um campo interno que envolvia os valores positivos acumulados, tais como o mérito, a distinção e o prestígio. Era a evocação do passado que conferia legitimidade e *status* às ações do presente.

⁹⁷ CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

⁹⁸ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁹⁹ FRANCO, A. A. *Conceito de Civilização Brasileira*. SP: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 192.

¹⁰⁰ op. cit. p. 223.

pressão direta das massas, cujas necessidades elas procuravam fazer ouvir pela voz da força, gerando o clima tumultuoso no qual o presente se encontrava. Mesmo superado historicamente, Afonso Arinos considerava que o “antigo regime brasileiro” poderia “fecundar o presente”, pois teria conseguido conter a influência popular nos rumos do governo da nação:

*“O Parlamento Imperial funcionava, não como a expressão do verdadeiro sentimento, e das verdadeiras tendências do povo brasileiro mas, ao contrário, como a negação desses sentimentos e tendências. Funcionava como o sistema jurídico e político que os grandes homens da época da Independência e início do Império, formados todos ao influxo das idéias européias (e, na sua maior parte, tendo estudado na Europa), foram pouco a pouco descobrindo, criando e erigindo em represa de contenção, com o apoio das elites mentais, para sustar o instinto primitivo e para suceder, nos novos tempos, à ação que os jesuítas exerceram nos antigos. Funcionava como o conceito de Estado legal, fundado na razão política, e oposto às tendências espontâneas da massa, fundadas no terror”.*¹⁰¹

Sustentando este ponto de vista anti-democrático e de desprezo pela população brasileira, considerada “primitiva”, o que demandava a sua “contenção” pela elite, não surpreende que Afonso Arinos tenha apoiado uma das medidas mais extremas adotada por Vargas: a Lei de Segurança Nacional, que definia os “crimes” contra a ordem política e social. Bem ao gosto do “jurista Afonso Arinos”, a lei serviu para racionalizar a autoridade e ocultar o discurso da violência sob o manto da justiça. Para Reis, esta

¹⁰¹ op. cit. pp. 218-219.

defesa do Estado de direito demonstrava a sua postura “cínica”. A lei deveria ser defendida porque era o escudo protetor das elites contra o povo. O Estado deveria se manter afastado da sociedade civil, controlando-a e reprimindo os seus “impulsos primitivos”.¹⁰²

Mas, a “verdadeira tradição” da nação brasileira só poderia ser autenticamente revivida caso fosse concedida aos legítimos herdeiros deste antigo regime, a *juventude dourada*, a oportunidade histórica de acesso ao poder. Guerreiro Ramos definiu a “*jeunesse dorée*” como um grupo de escritores dos anos 1930 oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastados das lutas políticas e preocupados quase exclusivamente com a vida intelectual. Eram intelectuais bem nascidos, sem dificuldades materiais e que, por sua própria condição existencial, “*são induzidos a um certo esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disso, pela concepção do homem e da sociedade em termos preponderantemente psicológicos*”.¹⁰³ Para Ramos, Afonso Arinos era uma das figuras mais representativas desta visão *dorée* do mundo.

O discurso da vocação para a elite dirigente foi comum entre os intelectuais dos anos 1920 e 1930, que buscaram reviver o prestígio das elites de Estado que caracterizou o período imperial. Eles concebiam as relações sociais como relações racionais que poderiam ser decifradas pela elite ilustrada. Esta elite detinha o saber legítimo necessário para “salvar” o país da “desordem” em que se encontrava, pois podia tocar a sua “realidade”. Para Daniel Pécaut, a reivindicação do poder sustentada

¹⁰² REIS, J.C. *As identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹⁰³ RAMOS, Guerreiro. A ideologia da “Jeunesse Dorée”. In *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. p. 153.

por esta geração só pode ser entendida à luz do papel desempenhado pela elite administrativa durante o Império. A burocracia imperial não era técnica, mas possuía uma formação múltipla, composta por magistrados, advogados e outros profissionais liberais influenciados pelas tradições portuguesas. O poder destes burocratas se afirmava não na representatividade, mas numa unidade ideológica notável.¹⁰⁴

Do alto da sua vaidade linhagista, Afonso Arinos considerava-se portador dessa herança imperial, saudoso de uma tradição onde o jogo político se desenrolava com mais “serenidade” e “constância”, sem a influência dos “impulsos populares primitivos”. Os valores imperiais foram tomados como um modelo regulatório e percebidos por ele de forma idealizada: na sua visão, os políticos do século XIX teriam uma capacidade de se colocar acima das paixões imediatistas, um espírito público e democrático, um desprendimento, um respeito aos valores humanos. Estes seriam os “verdadeiros valores históricos” da nação, aqueles responsáveis pela constituição do antigo regime.

Mas, neste antigo regime que ele rememora com tanta saudade, os negros eram escravos e não requeriam a cidadania (como falar em “respeito aos valores humanos” diante da escravidão?), a população analfabeta e de baixa renda sequer podia votar e o poder privado do latifundiário se estendia ao governo (onde estava o “espírito público e democrático?”), as revoltas populares eram contidas de forma violenta e os interesses mesquinhos dos governantes levaram à sangrenta Guerra do Paraguai (seriam estas atitudes a “capacidade de se colocar acima das paixões imediatistas” e o “desprendimento” de que fala o autor?). A direção do Brasil ficava a cargo de uma elite

¹⁰⁴ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. SP: Ática, 1990.

branca e aculturada, excludente e autoritária. Foi esta tradição que Afonso Arinos quis fazer renascer nos anos 1930.

O futuro que Afonso Arinos vislumbrava para garantir a permanência desta elite aristocrática no poder, o que estava no seu “horizonte de espera”, era o retorno às características daquela “tradição brasileira” através de uma revolução nacional-socialista aos moldes do fascismo europeu. Em *Preparação ao nacionalismo*, publicado em 1934, Afonso Arinos fez a defesa do fascismo italiano, do nazismo alemão e da ditadura stalinista, pois os considerava “*demasiadamente nacionais*”, doutrinas “*feitas sob medida para os povos que as praticaram*”.¹⁰⁵ A autêntica “revolução brasileira” não era a “*simples agitação brasileira a que estamos assistindo nos últimos anos*”,¹⁰⁶ ela deveria ser inspirada nestas experiências históricas: “*a adaptação de uma revolução fascista ou nacional-socialista, seria, no fundo, a construção de uma revolução brasileira*”.¹⁰⁷ Mas os “*políticos tímidos*” da década de 1930 não se mostraram dispostos a realizar tal revolução. Afonso Arinos reclamava um líder forte para o Brasil, tal qual foram Bonaparte para a França, Hitler para a Alemanha, Mussolini para a Itália e Stálin para a Rússia. Ao se dirigir aos “*moços de 1930*” (o subtítulo desta sua obra era *Carta aos que tem vinte anos*) ele afirmou que “*para escapar a esta necessidade árdua da criação, que representaria uma revolução nacionalista no Brasil, a exemplo da alemã ou da italiana, vocês procuram abrigo nas soluções antecipadas, nas receitas infalíveis e já prontas, da revolução internacionalista*”.¹⁰⁸ Afonso Arinos pretendia aliciar os jovens entusiastas do comunismo para a “revolução nacional socialista brasileira”. A sua proposta para o Brasil, portanto, não se afastava muito das idéias

¹⁰⁵ FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. pp. 20-21.

¹⁰⁶ op. cit. p. 22.

¹⁰⁷ ibidem.

¹⁰⁸ ibidem.

fascistas neste período. Profundamente reacionário, em 1934 ele clamava pelo que viria a partir de 1937.

Para Afonso Arinos, entretanto, a democracia não era impossível. Bastava abandonar o modelo democrático da Grécia antiga e diferenciar o “poder do povo” da “liberdade do povo”, tal qual o conceito clássico da democracia moderna desenvolvido por Montesquieu:

*“Abandonemos as pequenas democracias da antiga Grécia e fixemo-nos no conceito clássico da democracia moderna. Esta, segundo Montesquieu, existe quando o governo é exercido pelo povo, tomado na sua totalidade, e não por classes ou castas desse povo, como na aristocracia. Ora, a ditadura do proletariado é uma espécie de governo aristocrático. A classe que a exerce pretende representar uma ‘elite’ técnica e cultural”.*¹⁰⁹

A ameaça comunista representava, para Afonso Arinos, uma espécie de “aristocracia às avessas”. Ele pretendeu, com o seu discurso, atacar o socialismo e a ameaça comunista nos anos 1930, mas acabou acertando a própria democracia, denunciando como ilusória qualquer idéia de governo da maioria.

O Afonso Arinos dos anos 1930 contradisse Rousseau: as guerras civis e as agitações internas que, para o filósofo, caracterizam os governos democráticos e populares, só são inerentes às falsas democracias. Ele afirma que

“O mestre da democracia, na obra contraditória e confusa que passa por ser o Evangelho Democrático, considera, já, as lutas internas, como um destino dos governos fundados na soberania popular. A verdade,

¹⁰⁹ FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. op. cit. p. 252.

porém, é que essas lutas só são inerentes às falsas democracias, onde se burlam grosseiramente os princípios aplicáveis do ideal democrático”.¹¹⁰

O ideal democrático de Afonso Arinos nesta fase esteve longe de ser o modelo republicano brasileiro pois, segundo ele, a República cometeu o grave erro de tratar igualmente as pessoas desiguais. Este foi o resultado da influência das “*formulações utópicas e generalizadoras da Revolução Francesa, expressas nas palavras utópicas de ‘liberdade’ e ‘igualdade’*”.¹¹¹ Afonso Arinos conclamou os intelectuais a reconhecerem os malefícios de uma tal compreensão romântica da igualdade social. Ele afiançou que a desigualdade é “natural” e “eterna”, deixando revelar a definição mais simples do seu elitismo. O homem, segundo ele, não pode se transformar em outra coisa que modifique os dados essenciais do seu mundo moral, não pode se transformar em um outro animal com uma finalidade vital diferente, submetido a um sistema insano que ele mesmo construiu: “*Contrariando as leis naturais, ele estabelece uma orientação rígida, imutável, para o desenvolvimento da própria história (isto é, da própria vida), individual e coletiva*”.¹¹²

A crença na impossibilidade de uma organização social sem uma minoria dominante fez Afonso Arinos se filiar à teoria política das elites. A partir de Vilfredo Pareto esta teoria ganhou forma com a publicação do *Tratado de Sociologia Geral*, em 1916. Sua teoria procurava demonstrar, com bases supostamente científicas, que a dominação de uma elite era inevitável e, conseqüentemente, a democracia impossível. Esta elite seria definida por suas qualidades intrínsecas e se revelaria através de uma

¹¹⁰ op. cit. p. 228.

¹¹¹ op. cit. p. 219.

¹¹² op. cit. p. 245.

desigualdade natural entre os homens.¹¹³ Afonso Arinos era leitor de Pareto, pois o cita em *Conceito de civilização brasileira*. Vem dele, como veremos adiante, a inspiração para a noção de “resíduo” histórico, que Afonso Arinos utiliza para marcar a influência afro-indígena presente na civilização brasileira.

Assim como Pareto, Afonso Arinos também introduziu uma distinção essencial no seio da elite: a separação entre a elite governante, responsável por exercer o poder político, de outros tipos de minorias. Haveria em todas as sociedades uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos. Este conflito se dava entre elites, e não entre classes sociais, como acreditavam os marxistas. Por isso, Afonso Arinos considerava que uma revolução socialista não passava da substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Todo governo seria de uma minoria.

Mas, a República brasileira na década de 1930 estava numa “desordem política” decorrente da disponibilização do acesso a cargos públicos a indivíduos de outras classes. Se para muitos este fato significou um aumento do grau de democratização da sociedade brasileira, pois a liderança não se restringia mais a um pequeno número de pessoas, para o aristocrata Afonso Arinos esta era a própria decadência da República, pois “na República, por mais falsificada que seja a nossa democracia, a verdade é que a vontade popular influi muito mais poderosamente na direção dos governos” e a “concentração dos poderes nas mãos do executivo, aliado à circunstância de terem sido numerosas vezes mestiços de raça os chefes do Executivo brasileiro” teriam contribuído fortemente para a sua degeneração.¹¹⁴ O problema, portanto, não era apenas a emergência de outras classes, mas a emergência de outras “raças”.

¹¹³ MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 3, 2002.

¹¹⁴ FRANCO, A. A. *Conceito de civilização brasileira*. op. cit. p. 200.

As razões da “desordem intelectual” brasileira também foram encontradas no momento em que houve uma negação daqueles valores do passado. Afonso Arinos acusou o movimento modernista da década anterior de romper com a “tradição brasileira”. Mas, a proposta modernista era combinar as tendências artísticas européias com as raízes culturais brasileiras, com nossas cores próprias, com os temas, ritmos, costumes e o nosso modo peculiar de falar e agir. Longe de postularem uma ruptura com a “tradição brasileira”, os modernistas procuraram moldar a identidade nacional a partir da recuperação desta tradição. Entretanto, Afonso Arinos se referia a uma “outra” tradição, a tradição acadêmica e elitista que vinha desde o Império. Ele ficou escandalizado com a ousadia daqueles artistas, jovens como ele, e acusou-os de “*iconoclastas de pouco discernimento*”, responsáveis pela destruição do “*pouco que a inteligência brasileira tinha de bom*”, que eram os ídolos acadêmicos.¹¹⁵ Quando a historiadora Berenice Cavalcante afirma que “*Afonso Arinos realiza uma síntese clássico-romântica que aprofunda em seu espírito o gosto e o respeito pelo passado*” e o identifica com os modernistas de 1922, ela ignora estas diferentes tradições que os inspiraram.¹¹⁶

Decorridos mais de dez anos do movimento, Afonso Arinos constatava sua conseqüência desastrosa, a desconfiança nos prestígios e valores do passado: “*Facilitada a mistificação, aceita a insinceridade, os autores do primeiro impulso [modernista] sentam-se melancólicos sobre as ruínas do que destruíram e olham em*

¹¹⁵ FRANCO, A. A. *Introdução...* op. cit. p. 36. Esta depreciação do movimento modernista em suas obras da década de 1930 surpreende aqueles que conhecem Afonso Arinos somente através das suas auto-representações, a partir da segunda metade da década de 1940. Nelas, ele considera que a influência modernista “*foi tão positiva que não conseguiu ser desfeita por todas as tentativas posteriores de destruição*” (Entrevista concedida a Aspásia Camargo. In CAMARGO, op. cit. p. 94).

¹¹⁶ CAVALCANTE, Berenice. Roteiro Lírico de Ouro Preto: memórias de viagem e metáforas da nação. *Letterature D'america, Roma-Italia*, n. 75-76, p. 115-136, 2000. p. 118.

volta, incapazes de tentar qualquer reconstrução".¹¹⁷ Ele lamentou que esta elite intelectual tenha dispersado a sua ação e deixado de influenciar os intelectuais de outros setores e, indiretamente, de repercutir sobre as massas populares. O que Afonso Arinos ignorou é que as idéias modernistas frutificaram e ajudaram o Brasil a se conhecer, dando um novo rumo à cultura brasileira.

Em *Introdução à realidade brasileira*, publicado em 1933, ele procurou demonstrar que a desordem de que padecia o Brasil era, sobretudo, de fundo intelectual: a elite intelectual brasileira não teve senão uma parte mínima e secundária no exercício do poder republicano, e não pôde imprimir a sua marca de continuísmo em relação à posição que detinha no Império. A "tradição brasileira" não estava sendo preservada. Os intelectuais foram desprestigiados e substituídos por representantes de tendências populares não intelectualizadas. Durante a Primeira República, a "elite ilustrada" ainda coincidia com a elite política e conseguia propor soluções mais condizentes com a nossa experiência histórica. Mas, após a Revolução de 1930 a elite política ilustrada não conseguiu se sobrepor às outras. Então, "*as classes dirigentes da República pouco a pouco foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império*".¹¹⁸ Nesta época, segundo ele, o Brasil possuía uma certa ordem intelectual, pois seus dirigentes se formaram na tradição intelectual do antigo regime, e era dela que decorria a estabilidade da vida social. Mas, com a ascensão dos mestiços aos cargos administrativos do governo, instalou-se a desordem no Brasil. O seu remédio estaria na influência dos intelectuais no poder: "*Sim, o poder aos intelectuais, o*

¹¹⁷ FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. op. cit. p. 36.

¹¹⁸ op. cit. p. 45.

governo dos doutores, porque assim é que foram governados na antiguidade e que são governados, modernamente, os países bem governados”.¹¹⁹

Mas, quais são os intelectuais a que Afonso Arinos se refere? O predomínio de intelectuais no governo dos povos antigos ou modernos sempre foi escasso, quando muito eles ocuparam uma posição secundária nos grupos dirigentes. Para Ramos, a concepção de governo de Afonso Arinos é ingênua, chega mesmo a ser infantil. Ele confunde a classe dirigente com os intelectuais e ignora que a minoria que monopoliza o poder e desfruta de suas vantagens não é necessariamente constituída de intelectuais.¹²⁰

A nossa hipótese é que a historiografia de Afonso Arinos, durante os anos 1930, deu uma identidade “intelectual” àqueles políticos descendentes das famílias aristocráticas e oligárquicas do passado, advindos, sobretudo, do meio rural, que foram aculturados em suas viagens e estudos na Europa (o que lhes garantia esta capa de “intelectual”) e que procuraram revestir suas ações com o peso do continuísmo e da manutenção dos seus privilégios. Como um “intelectual orgânico” das elites aristocráticas do passado, uma elite avessa à população brasileira e que tinha uma repulsa cruel à nossa cultura, Afonso Arinos queria se tornar uma espécie de “vanguarda do retorno ao passado” para garantir a estabilidade social do seu grupo.

¹¹⁹ op. cit. p. 50.

¹²⁰ RAMOS, op. cit.

Tempo e verdade histórica de um *historiador-cientista*

Acreditando participar do rol dos intelectuais europeus, por sua formação franco-suíça, Afonso Arinos se posicionou acima dos intelectuais brasileiros.¹²¹ Ele se considerava capaz de estudar o Brasil com imparcialidade e neutralidade, de não transformar suas “verdades científicas” em “verdades políticas”.¹²² Ele acreditava que possuía uma “*inteira isenção de ânimo*” que o proporcionaria “*uma maior sinceridade, e, desta maior sinceridade uma maior lucidez, uma maior sagacidade na compreensão*”.¹²³ Presunçosamente e ingenuamente, Afonso Arinos acreditava que se mantinha distante do seu objeto, apreendendo-o tal como ele era. As suas reflexões históricas eram consideradas por ele neutras, imparciais, sem comprometimento político, sem nenhum *a priori*.¹²⁴ Ele defendia a imparcialidade na investigação histórica, a verdade, a objetividade e a crítica do método. Considerava-se capaz de se sobrepor às suas próprias paixões e interesses.

Talvez não seja necessário dizermos que não o tomaremos aqui como este “homem de ciência” que ele pretendia ser. Não estamos interessados no valor

¹²¹ Em *Preparação ao nacionalismo*, seu segundo ensaio histórico-político, ele afirmou logo na Introdução que “*durante algum tempo contentei-me com a solução pessoal do meu problema, certo de que os intelectuais brasileiros deveriam seguir o mesmo processo que segui. Depois comecei a pensar que alguns vivem em condições diferentes, impossibilitados materialmente de ver as coisas como elas são, e não como dizem ser. Achei, então, que lhe devia este ensaio*” (FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. op. cit. p. 7).

¹²² “*Colocando-me fora da zona de influência dos meus próprios sentimentos e convicções, procurei, apenas, olhar o Brasil com olhos lúcidos, recolhendo da lição do passado e da experiência do presente, elementos para induzir o futuro. Concatenei dados existentes, a vista de todo mundo. Tirei deles conclusões imperativas, para uso dos intelectuais da minha geração*” (FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. op. cit. p. 6).

¹²³ FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. op. cit. p. 140.

¹²⁴ “*A inteligência, como a beleza, não ri nem chora. Não dispõe de afetividade nem de interesse estranho ao círculo das suas preocupações. Os seus olhos são lúcidos, plácidos, incapazes de refletir as paixões do amor, da cobiça, do ódio ou do medo*” (FRANCO, *Conceito de civilização brasileira*. op. cit. p. 11).

propriamente científico de sua obra, mesmo porque ela não o possuía. Afonso Arinos usou o discurso científico para dar credibilidade ao pensamento autoritário e racista de seu círculo social. Se nos propomos a analisar as suas concepções de tempo e verdade histórica é porque elas ajudam a revelar a visão do Brasil que esta elite aristocrática possuía nos anos 1930.

Inspirado pelo historiador e filósofo alemão Johann Gustav Droysen, ainda que este não seja citado, Afonso Arinos acreditava que não bastava repetir o que os documentos transmitiam, mas era necessário penetrar fundo em seu interior para compreender a totalidade das ações das quais eles eram testemunho. Droysen, que foi discípulo de Leopold von Ranke, separou dois momentos consecutivos da mesma etapa crítica, a análise crítica do documento e a sua interpretação, e destacou a importância do segundo, pois para ele só com a interpretação se poderia reviver os feitos passados em sua totalidade coerente. Não se tratava de ver uma cadeia de acontecimentos associados linearmente, mas percebê-los em sua relação intrínseca através da interpretação.¹²⁵

Foi justamente este segundo momento do método histórico que Afonso Arinos procurou enfatizar: o conhecimento do aspecto linear e descritivo dos fenômenos históricos não lhe era suficiente, era necessário chegar às conclusões históricas remotas e profundas que se impunham; era necessário dar um sentido interpretativo para o fato econômico, social, cultural e político:

“Não há dúvida que a História se faz sobre a observação fiel do fato concreto, sobre o aproveitamento honesto do documento idôneo. Mas, existe um trabalho de organização e de filtragem desses elementos materiais,

¹²⁵ RIZO, Gabriela. Da compreensão histórica: idéias de interpretação em Droysen, Buckhardt e Weber. *Locus*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 107-119, 2001.

*que é um trabalho puramente intelectual, único capaz de atribuir um sentido humano àquela reunião indiferente de elementos; único capaz de dar uma vida orgânica e centralizadora às revelações que nos trazem aqueles papéis mortos”.*¹²⁶

Afonso Arinos admirava a obra do historiador oficial do Império, “o maior historiador do Brasil e um dos maiores da América”, pois ele “narra com inteligência e segurança inexcusáveis os fatos”, entretanto, ele lamentava que Varnhagen “não se preocupa em interpretá-los nem em estudar-lhes as causas”.¹²⁷ Na avaliação que Afonso Arinos fez da produção historiográfica brasileira até os anos 1930, a história do Brasil estava ainda por se escrever, pois faltavam os trabalhos de interpretação da abundante documentação. Em *Terra do Brasil*, título sob o qual se publicou o seu trabalho conhecido como *Síntese de história econômica do Brasil*, ao analisar a história da criação de gado, ele comenta que

“Desde Gândavo, no século XVI, que é o autor da primeira História do Brasil, até Rocha Pitta, que escreveu, no século XVIII, a sua famosa ‘História da América Portuguesa’, os livros antigos, em geral, narram o progressivo desenvolvimento das estâncias de criação. Mas todos esses autores – inclusive o benemérito inglês Southey, que lhes é posterior – consideram a criação do gado apenas no seu aspecto linear, descritivo, e não tiram do fenômeno econômico-social as conclusões históricas remotas e profundas que se impõem. Os ilustres viajantes que percorreram o interior brasileiro em zonas pastoris, como Martius, Pohl ou Saint-Hilaire, em princípios do

¹²⁶ FRANCO, A. A. *Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 4.

¹²⁷ op. cit. pp. 122-123.

*século passado, também não se demoram com a interpretação do fato econômico. Só recentemente, já neste século, escritores como Alberto Lamago, Capistrano de Abreu, Lemos de Brito, Roberto Simonsen ou Eugênio de Castro se preocupam em estudar a questão com sentido interpretativo”.*¹²⁸

Afonso Arinos supunha seguir um método histórico seguro, confiável, objetivo e empírico. Ele acreditava que a sua interpretação dos acontecimentos não comportava um sentido filosófico *a priori*. Ele quis ser científico, quis referir-se ao real enquanto tal, quis descobrir a verdade dos eventos passados. A história efetiva (que para Afonso Arinos era apenas as ações no tempo) transformava-se em história-conhecimento (História, em síntese) na medida em que esta última interpreta e compreende totalmente aquelas ações. O real é mais adequadamente apreendido na medida em que se submete à síntese interpretativa. Esta passagem do fato real à síntese interpretativa era a própria transformação da vida em conhecimento da vida. Em outras palavras, era a transformação do Tempo em História:

“A vida das Nações e dos Estados são coisas no Tempo. As vicissitudes de vária espécie que os povos atravessam, não são, porém, atos gratuitos do destino ou de Deus, e, muito menos do homem, este joguete frágil nas mãos da divindade ou da fortuna. A História é a mestra aguda, penetrante, desapaixonada, oportuna, que sabe retirar do labirinto dos fatos díspares da vida social este nexo interno, este fio de Ariadne que nos leva à luz da compreensão. A transformação do Tempo em História é, pois, o trabalho de organização da vida dos povos dentro

¹²⁸ op. cit. p. 148.

dos limites clarificadores da interpretação e da compreensão".¹²⁹

Tendo em vista esta concepção, Afonso Arinos conclui que a História é uma "super-ciência", de método dedutivo e objetivista. Segundo ele

"Os amigos dos laboratórios, das estatísticas nuas, das observações e pesquisas científicas, das verificações instrumentais, todos esses namorados da verdade experimental costumam levantar displicentemente os ombros quando aludem à história: contestam que ela seja uma ciência. E, de fato, não o é. Mas, no sentido que aqui lhe atribuímos, é mais que uma ciência, é uma super ciência, porque é uma concepção do mundo".¹³⁰

A organização dos eventos proposta por Afonso Arinos não seria feita pelas grandes narrativas filosóficas. A direção e o sentido da história seriam dados pela "interpretação profunda da documentação", e não por uma teoria tomada de antemão. Em *Preparação ao nacionalismo*, ele afirmou que a postura interpretativa nos trabalhos de história do Brasil deveria ser feita "sob o ângulo da preocupação político-sociológica desinteressada".¹³¹

Mas, o que Afonso Arinos classificava de "desinteresse" era a conveniência de se colocar o domínio dos conhecimentos capazes de "salvar a nação" nas mãos de uma elite que supostamente estaria acima das "paixões imediatistas" e dos "interesses mesquinhos". Esta elite se identificava pela posse de um legado de lembranças comuns e o desejo sempre renovado de continuar a fazer valer os valores antigos. Em outras

¹²⁹ op. cit. p. 230.

¹³⁰ op. cit. p. 231.

¹³¹ FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira...* op. cit. p. 29.

palavras, a elite que manteria a ordem social rigidamente estratificada em nome dos interesses do grupo. O seu capital social era o culto dos ancestrais e de seu “passado heróico” durante o Império. A sua temporalidade era a da permanência, da resistência às mudanças.

Ao analisar o *Roteiro Lírico de Ouro Preto*, publicado por Afonso Arinos em 1937, Cavalcante observa que ele representou a sua viagem como um re-encontro com aqueles valores “éticos”, “morais” e “culturais” do passado. Ouro Preto representaria, para ele, a história de lutas de sua família e a própria história do país:

“Em Ouro Preto estaria presente um passado que uniria as tradições literária e política do país e, ainda, as tradições da própria família Melo Franco. Assim, o Roteiro, combina passagens de memória histórica e de memória pessoal, entrelaçando as duas tradições e entrecruzando os níveis público e privado num mesmo passado”.¹³²

Nesse sentido, a idéia de progresso é por ele recusada com severidade. Ele faz o elogio das “referências tradicionais” até quando admira o fato de os nomes dos logradouros permanecerem os mesmos. A sua resistência à mudança é também ilustrada por um depoimento que relata

“a reação que tivera ao ouvir de um industrial comentários favoráveis às ‘iniciativas’ que se faziam necessárias naquele momento no panorama econômico-político do país. Identificando a defesa de tais ‘iniciativas’ com ‘novidades’ e, por extensão, como uma apologia do progresso, Arinos confessa que desejara a morte do interlocutor”.¹³³

¹³² CAVALCANTE, op. cit. p. 133.

¹³³ op. cit. p. 127.

Afonso Arinos propôs um retorno sentimental ao passado e defendeu as velhas instituições imperiais do “antigo regime brasileiro”, consideradas dignas de serem conservadas ou restabelecidas em seu vigor. O passado ao qual dirigia seus sentimentos e que constituía o modelo a ser seguido era o passado que as idéias iluministas e as revoluções haviam combatido e abatido. Em várias de suas obras da década de 1930 ele reagiu contra a atitude de desprezo pela tradição que teria caracterizado as idéias iluministas.

Em *Preparação ao nacionalismo* ele afirmou que o lema da Revolução Francesa foi o resumo de um sortilégio “*que derruíram um Estado e convulsionaram um povo: liberdade, igualdade e fraternidade*”.¹³⁴ Para Afonso Arinos, estas palavras eram usadas em prejuízo de todas as desigualdades, o que as tornavam desprezíveis. Em *O índio Brasileiro e a Revolução Francesa* estas idéias contrárias aos ideais que sustentaram a Revolução seriam novamente retomadas. Ele lamentou profundamente que a promoção destes conceitos tenham resultado no fim do Antigo Regime europeu:

“Já se tem dito e repetido que as três idéias, nascidas dentro do humanismo da Renascença, criadas à sombra do racionalismo do tempo de Luís XIV e consubstanciadas, no século da Grande Revolução, dentro das três palavras mágicas ‘liberdade’, ‘igualdade’ e ‘fraternidade’, são três sonhos, três mentiras cuja existência nunca pôde ser comprovada e cuja aplicação nunca poderá ser conseguida. No entanto, ao brilho sedutor dessas três imagens, ao ribombo tonitruante desses três vocábulos, alvoroçou-se a inteligência européia e americana; uma grande nação afundou-se, durante anos em luta torva e furiosa, banhando-se

¹³⁴ FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. op. cit. p. 53.

*tragicamente no sangue; ruíram velhos edifícios culturais e políticos; formaram-se Estados independentes e um novo sol de esperança despontou no horizonte do mundo. Sol que, seja dito de passagem, já descamba do zênite para o ocaso”.*¹³⁵

Sérgio Paulo Rouanet observa que nos anos 1930 o Iluminismo francês estava sendo atacado por todos os lados: a esquerda o acusava de ser a simples expressão de uma ideologia de classe, e a direita o percebia como um conjunto de idéias subversivas sem nenhum fundamento na realidade. Como um “*fiel sismógrafo de sua época*”, Afonso Arinos “*denunciou os ‘ideólogos’ do movimento enciclopedista com frases que poderiam ter saído da pena de Maurras*”.¹³⁶ O autor não deixa de perceber, entretanto, que o contra-Iluminismo de Afonso Arinos não era tão diferente daquele dos anos 1990: “*muitos conservadores de hoje aprovariam as opiniões que Arinos sustentava nessa época, o que significa que Arinos é atual mesmo quando parece ultrapassado*”.¹³⁷

Para Afonso Arinos, as idéias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade não tinham nenhum fundamento “natural”. Ele sugere que os jovens “*desconfiem das construções que prescindem do realismo da natureza*”. Afonso Arinos se referia à própria “*substância nacional*”, revelada através dos estudos históricos e que não deveria ser desconsiderada na proposta de soluções para os problemas brasileiros. Por isso ele propunha que “*devemos afastar predeterminadamente, com a maior violência, aqueles que quiserem resolver o nosso caso com a simples aplicação de doutrinas que prescindem da cooperação primordial do elemento brasileiro, do fato brasileiro, da*

¹³⁵ FRANCO, A. A. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da bondade natural*. 1ª ed. 1937. RJ: Topbooks, 2000. p. 222.

¹³⁶ ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio: O índio e a revolução. In FRANCO, A. A. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa...* op. cit. p. 14.

¹³⁷ *ibidem*.

verdade brasileira".¹³⁸ Afonso Arinos propunha uma história nacionalista, cujo sentido se poderia inferir a partir da análise científica do seu passado e da interpretação honesta dos testemunhos documentais.

Mas, as “conclusões científicas” de Afonso Arinos sobre o Brasil não eram propriamente imparciais e objetivas. Elas carregavam um forte traço ideológico. O caráter objetivo que ele se esforçou para imprimir em sua obra, a crítica do método e a defesa da imparcialidade, revelavam uma concepção moderna de verdade e tempo histórico. No entanto, na medida em que seu cuidado em preservar a racionalidade da prática científica se dava em defesa dos valores da elite política e intelectual do “antigo regime” do qual ele fazia parte, que precisariam ser preservados nas ações decorrentes de uma conclusão científica, revelava-se o caráter conservador e as orientações ideológicas de seu trabalho. A sua interpretação do Brasil reverenciava o passado e menosprezava a cultura brasileira. Ele pregava uma “revolução nacional socialista” que garantisse a continuidade da autoridade das elites aristocráticas no processo de desenvolvimento do país.

Categorias de análise histórica: raça e civilização

Com esta concepção do tempo e da verdade histórica, Afonso Arinos acreditou que a historicidade dos povos estava justamente na conservação, na revivência e na apreciação da existência de seus antepassados. A historicidade não estava no ritmo acelerado das suas mudanças ou na originalidade das suas instituições. Tendo como

¹³⁸ FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. op. cit. p. 16.

parâmetro este “grau” de autoconsciência das civilizações, ele analisou o passado brasileiro a partir de duas categorias-chave para a interpretação da nossa cultura: raça e civilização. Os projetos de futuro da humanidade eram definidos a partir da consciência que ela toma de seu passado e da sua capacidade de fazê-lo renascer.

Embora Afonso Arinos tenha se dedicado à leitura dos clássicos do pensamento francês durante toda a juventude (o que o tornou um anti-iluminista convicto), a sua atitude filosófica se alinhou à dos alemães, nos anos 1930. Citando de Kant a Spengler, passando por Alfred Weber e Leo Frobenius, Afonso Arinos deixou explícita a sua posição teórica. *Conceito de civilização brasileira* é o seu livro mais “alemão”.¹³⁹ Nesta obra publicada em 1936, ele utilizou os conceitos de “cultura” e “civilização” exaustivamente debatidos tanto por franceses quanto por alemães, inspirado principalmente por estes últimos, sobretudo Oswald Spengler e Alfred Weber.

A civilização foi concebida por ele no contraste com a cultura. Esta diferenciação ele buscou na teoria de Spengler. A cultura seria uma configuração da vida em busca do domínio da natureza a partir de uma crença comum em uma hierarquia de valores. A cultura seria o resultado das experiências humanas no domínio da natureza, a interpretação e o domínio do mundo através do conhecimento dele. Ela limitaria os instintos naturais e os impulsos individuais primários para atender às necessidades da vida coletiva. A civilização, por sua vez, realizaria os valores culturais através da técnica. Esta seria o fator de diferenciação entre cultura e civilização. Mas, Afonso Arinos se afasta do pensamento de Spengler na medida em que este último vê a civilização como o processo de destruição das culturas. Por isso o autor alemão fala da

¹³⁹ CARVALHO, José Murilo. Prefácio à 3ª edição. In: FRANCO, A. A. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

“decadência do Ocidente”. Afonso Arinos, agora mais próximo da teoria de Alfred Weber, que concebe a civilização como uma “cultura de alta classe”, vê na cultura a força propulsora da civilização, em constante renovação, já que para ele a capacidade humana de reelaborar o conhecimento e interpretar o mundo nunca se esgotam. Esta capacidade, entretanto, dependeria de três elementos básicos: o espaço, o tempo e a raça.

No Brasil dos anos 1930, as teorias raciológicas do século XIX começavam a dar espaço às concepções culturalistas na interpretação do Brasil. Em lugar do conceito de “raça”, utilizava-se o de “cultura”. Esta mudança permitiu não só um maior distanciamento entre o biológico e o social, como também uma análise mais rica da sociedade brasileira. No entanto, esta nova fase do desenvolvimento do pensamento brasileiro não representou uma ruptura total com o discurso raciológico dos anos anteriores. A obra historiográfica de Afonso Arinos faz parte desse período de transição. A cultura ainda era uma sorte de consciência coletiva da vida, determinada historicamente pela “raça”.

Tendo como parâmetro de medição do grau de autoconsciência das civilizações o conceito de raça, Afonso Arinos classificou-as como mais ou menos livres, atrasadas ou avançadas, superiores ou inferiores, de acordo com o nível de sangue branco, índio, negro e judeu que corria em suas veias. Sua verdade histórica científica foi, na realidade, política e imoral! As civilizações que possuíam um maior coeficiente de sangue branco e, por conseqüência, um elevado grau de autoconsciência – as nações européias – exerciam o poder e a violência contra os povos mais atrasados em nome da “libertação” destes povos. A história “científica” de Afonso Arinos possuía uma eficácia política. Ela era a expressão da vontade do Estado e da elite aristocrática que compunha

seus quadros. Seu discurso cientificista sobre a história estava marcado pela ideologização. Como “historiador-cientista”, ele estava a serviço do poder e era racista.

Em *Preparação ao nacionalismo*, Afonso Arinos explica as doutrinas internacionalistas (entre as quais ele inclui a democracia) como uma herança da “raça hebraica”.¹⁴⁰ Assim se desenvolve o seu argumento: sendo o povo judeu uma nação sem Estado e sem território, a raça hebraica perdeu a comunicação com o solo, com a terra, que garantiria o sentimento nacional. Esta característica possuiria, na formação psicológica desse povo, uma influência imediata e decisiva: “o judeu é um animal urbano”.¹⁴¹ Repugna-lhe as atividades agrícolas, pois ele vive do comércio. E, sendo o capital comercial essencialmente móvel (“sobretudo o comércio de dinheiro, que é o que pratica de preferência o judeu”, enfatiza), o judeu seria levado ao internacionalismo para proteger o seu bem, constantemente ameaçado. A “*alma judia*” seguiu o seu destino e revelou “a falta de apego do judeu pela terra”.¹⁴²

O determinismo racial de Afonso Arinos não o permitiu considerar os aspectos mais elementares da história do povo judeu: a invasão romana à Palestina e o início da diáspora; o movimento sionista no final do século XIX, que pregava o retorno do povo judeu à sua terra original; sem mencionar, ainda, a intensificação do conflito com os palestinos pela terra, após a Primeira Guerra Mundial. Por trás do seu discurso

¹⁴⁰ “Os internacionalistas são levados, inconscientemente, às convicções que professam, pela voz obscura do sangue, que determina os movimentos da vocação ou da eleição do espírito; pela penumbra criadora do subconsciente, que fornece alimento à estreita restea luminosa da razão, na fixação das suas diretrizes. Eles escolhem a doutrina que condiz com o seu sentimento, e que lhes aparece verdadeira como a própria verdade, clara como a própria claridade” (FRANCO, A. *Preparação...* op. cit. p. 103).

¹⁴¹ op. cit. p. 36.

¹⁴² op. cit. p. 38.

supostamente científico¹⁴³, o autor revelou a face anti-semita do seu pensamento, mantendo relações íntimas com o discurso fascista.

Leitor atento de *Mein Kampf*, a autobiografia de Adolf Hitler lançada dois anos antes e citada em *Preparação ao nacionalismo*, Afonso Arinos considerava o povo judeu “fraco”, “preguiçoso”, “sanguinário”, “charlatão”, “paranóico”, “covarde”, detentor de uma “alma atormentada” e de um “complexo de inferioridade” por trás do sentimento de “raça eleita”. A sua compreensão do processo histórico alemão, além disso, esteve claramente influenciada pela interpretação oferecida pelo próprio Hitler. Vejamos: para Afonso Arinos, a explosão anti-semita do nacionalismo alemão tinha uma razão de existir e era compreensível, tratava-se de uma “luta de morte entre duas tendências que são manifestações necessárias de duas raças distintas, de duas almas diferentes: o internacionalismo judeu e o nacionalismo germânico”.¹⁴⁴ A interpretação da perseguição dos nazistas aos judeus é feita com tanta naturalidade que poderia mesmo endossar a tragédia promovida poucos anos depois, o holocausto:

“O semitismo, lançando mão dos seus processos atávicos e habituais, lutou pela defesa dos seus interesses, contrariando o germanismo, cujos propósitos eram necessariamente opostos. Até que este, usando, igualmente, dos seus processos habituais e atávicos, conseguiu se impor, fazer-se senhor do terreno, e procura, agora, exterminar o inimigo”.¹⁴⁵

¹⁴³ “Encaro o problema judeu como um fato, isto é, por uma forma puramente objetiva” (op. cit. p. 29). “Não sou contra os judeus. Sou a favor das idéias. O fenômeno judeu entra aqui como uma pura base de raciocínio, um elemento colaborador na explicação racional de certas doutrinas” (op. cit. p. 30). “Serenamente, honestamente, intelectualmente, sem nenhum objetivo político preconcebido, eu me filio aos que consideram o movimento das doutrinas internacionalistas como uma consequência natural da atividade hebraica no campo das idéias políticas” (op. cit. p. 33).

¹⁴⁴ op. cit. p. 77.

¹⁴⁵ op. cit. p. 78.

O nazismo, tanto para Adolf Hitler quanto para Afonso Arinos, era uma manifestação autêntica da “*psicologia política*” do povo alemão, era a realização da sua cultura. A República de Weimar era um “*regime alienígena*”, conduzido por uma “*raça estranha*” e colidia com as tradições da formação alemã, dos seus gostos, da sua verdade histórica. “*Por que desabou a construção teórica de Weimar? Porque estava em desacordo com o espírito germânico, porque a república de 1918 não era uma república alemã: era obra do socialismo judeu*”.¹⁴⁶ A sua ruína foi promovida por um homem que ousou empunhar o “*gládio da reação*”, um “*patriota fanático, bravo, sincero, gritador*”.¹⁴⁷ Baseando-se no *Mein Kampf*, Afonso Arinos afirma que esta não é apenas a compreensão apaixonada de Hitler, mas a “*interpretação autêntica*” do processo.¹⁴⁸

Em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt procura compreender como alguns aspectos do anti-semitismo contribuíram para a gênese e o funcionamento do totalitarismo. Nesta obra, ela desenvolve os conceitos de anti-semitismo tradicional e anti-semitismo moderno. O padrão tradicional de anti-semitismo esteve carregado de conteúdo econômico e religioso. Entre a tolerância, provocada pela idéia de serem eles exemplos vivos da verdade do cristianismo, e a exclusão, pois viviam à margem da produção e eram vistos como um embrião monetário numa economia pré-capitalista, os judeus podiam viver em uma sociedade não-judia, mas não pertenciam a ela. A partir do século XVIII se desenvolve um segundo padrão de anti-semitismo, essencialmente político, o anti-semitismo moderno. Este culminou com a elaboração pela polícia czarista dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, no início do século XX, e que se

¹⁴⁶ op. cit. p. 82.

¹⁴⁷ op. cit. p. 88.

¹⁴⁸ op. cit. p. 82.

transformou no grande mito da conspiração mundial judaica. A inserção dos judeus na sociedade se tornou mais complexa, devido às tensões cada vez mais significativas entre a sociedade civil e o Estado. Além disso, os judeus se tornaram um ponto vulnerável de insatisfações advindas da dissolução da sociedade tradicional e do surgimento do processo de modernização. O anti-semitismo moderno acusou os judeus de organizarem sociedades secretas que se articulavam internacionalmente e serem os responsáveis pelos principais conflitos do mundo, pois criadores do Iluminismo, do capitalismo, da manipulação dos governos e das massas, do socialismo e do comunismo. A única solução possível para acabar com males de todas as sociedades, segundo este padrão de anti-semitismo, seria a eliminação dos judeus.¹⁴⁹

Afonso Arinos utiliza todos estes elementos do anti-semitismo moderno, de que fala Arendt, em *Preparação ao nacionalismo*. Ele acusa os judeus de terem inaugurado as sociedades secretas como a maçonaria, ignorando os seus indícios no cenário cultural de outros povos, como os egípcios, os gregos e os romanos:

*“Pode-se ter por certo que a maçonaria, com os seus mistérios, os seus ritos secretos, as suas preocupações moralizantes e políticas, é uma instituição originalmente hebraica. As sociedades secretas sempre foram do agrado dos judeus (...) A prova mais evidente da influência judia na maçonaria é, além do caráter secreto, místico e internacional desta, a formação dos termos convencionais, ou sagrados, do uso dos maçons, que são quase que totalmente de origem hebraica”.*¹⁵⁰

¹⁴⁹ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

¹⁵⁰ FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. op. cit. p. 56.

As idéias iluministas também seriam obra dos judeus. Ele afirmava claramente que “*é considerável a influência do raciocínio judeu na filosofia de libertação do século dezoito*”.¹⁵¹ Além de divulgarem as tendências libertárias como “*fanáticos apóstolos*” através da maçonaria, teriam sido judeus os principais teóricos iluministas, mesmo que, para comprovar tal fato, Afonso Arinos lance mão de argumentos que beiram o ridículo: “*Que Jean-Jacques [Rousseau] era de origem hebraica, não parece haver dúvidas. A sua alma atormentada, messiânica, a sua vida errante, a sua dupla nacionalidade não enganam*”.¹⁵² Após esboçar a árvore genealógica de Rousseau, sem qualquer outra informação além dos nomes de seus ascendentes, ele afirma categórico: “*Filho de um Isaac e de uma Suzana, neto de David, bisneto de um Samuel, Jean-Jacques não engana. Corre-lhe, nas veias inquietas, o sangue incendiado e tumultuoso, que tanto sangue tem feito derramar à humanidade*”.¹⁵³ Afonso Arinos repete duas vezes o verbo “enganar”, como se a falta de indícios para comprovar a sua tese fizesse parte de uma trama de Rousseau para esconder suas origens. E, em nota no final do livro acrescenta: “*o próprio nome ‘Jacques’ equivale a ‘Jacob’, e é ‘Jacob’ que está escrito no ataúde do grande pensador, exumado em fins do século passado para verificações históricas. ‘Johnis-Jacobi-Rousseau’, eis o que se lê, gravado no caixão*”.¹⁵⁴

Numa carta enviada a Afonso Arinos em 22 de fevereiro de 1934, apenas dois dias depois do término da impressão de *Preparação ao nacionalismo*, Ribeiro Couto, que trabalhava na editora Civilização Brasileira, se divertiu com as tendências anti-semitas do amigo: “*Tenho aconselhado diversas pessoas a escreverem contra v. Estou cavando um artigo violento de um rapaz judeu. Já fiz toda a intriga. V. vai ser o mais*

¹⁵¹ op. cit. p. 55.

¹⁵² op. cit. p. 57.

¹⁵³ op. cit. p. 59.

¹⁵⁴ op. cit. p. 202.

notável dos Melo Franco da hora. Rogo que subsista na glória e escreva outros livros tão faltos de solidariedade com a nossa raça (judaica) quanto esse".¹⁵⁵ Em outras cartas deste mesmo ano, ele debocha da preocupação de Afonso Arinos com os nomes judeus, se referindo ao amigo, jocosamente, como "Isaac de Melo Franco Goldsmith" e a si mesmo como "Jacó Rui Ribeiro Rosenberg".¹⁵⁶

São estas mesmas categorias de exemplos, frívolos, que vão atestar, na proposição de Afonso Arinos, as origens judias de outros personagens históricos responsáveis pela ruptura com o modelo de vida do antigo regime e a ascensão do modelo democrático: "*Robespierre, Marat, Danton, três nomes familiares a qualquer menino de colégio. Mas o que se conhece menos, quando se trata do triunvirato célebre da democracia, é a influência judaica sobre a formação desses três homens*".¹⁵⁷ Marat é visto como judeu pois "*leva a vida errante e peregrina, peculiar à sua raça*", já que abandonou o seu país natal "*impelido pela instabilidade da raça*".¹⁵⁸ Era "*charlatão, vendia panacéas infalíveis, sábio, filósofo, veterinário, pregador político: judeu, enfim*".¹⁵⁹ Em relação a Robespierre, Afonso Arinos hesita um pouco para lhe atribuir aquelas marcas que ele acredita serem dos judeus, pois ele era filho de um inglês que

¹⁵⁵ AFONSO ARINOS, filho. *Ribeiro Couto e Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999. p. 82.

¹⁵⁶ O determinismo racial de Afonso Arinos foi utilizado para atacar tanto a democracia, quanto a República, soluções políticas desprezadas por ele nos anos 1930: "*Os judeus parecem, de fato, ter sido os iniciadores da idéia democrática moderna (...) O regime que mais convém aos hebreus, para que eles possam desenvolver amplamente as qualidades nativas, é o que se resume no sortilégio das três palavras que derruíram um Estado e convulsionaram um povo: 'liberdade, igualdade e fraternidade' (...) O regime ainda hoje preferido pelos israelitas é a república democrática. Nesta forma de Estado leigo, policiado, igualitário quanto às possibilidades de esforços econômicos, conservador quanto ao acautelamento do trabalho e dos seus frutos, (como a propriedade privada), o judeu pode multiplicar a vontade a sua atividade febril de apreensão e acumulação, pode dar asas ao seu plástico engenho de se apoderar dos bens materiais, pelo qual o seu coração se inflama de comovente ternura*" (FRANCO, A. A. *Preparação ao nacionalismo*. op. cit. pp. 53-54).

¹⁵⁷ op. cit. p. 61.

¹⁵⁸ ibidem.

¹⁵⁹ op. cit. p. 62.

vivia na Alemanha. Mas, segundo ele, “*estas migrações e estes caldeamentos, dentro da Europa daquele tempo, já dão suficientemente o que pensar*”.¹⁶⁰

Mas, o que realmente comprovaria a “*psicologia hebraica*” do líder jacobino seria a “*tendência internacionalista de sua pregação política*”.¹⁶¹ Afonso Arinos critica o projeto de Constituição por ele apresentado à Convenção pois ela afirma que “*os homens de todos os países são irmãos*” e que “*aquele que oprime uma nação é inimigo de todas*” e, ainda, que “*o soberano da Terra é o gênero humano*”.¹⁶² Ele se ressentia tanto do sentimento nacional¹⁶³ quanto do sentimento de hierarquia entre os homens, da idéia da “*desigualdade natural*” que os acompanharia.

A família paterna de Danton fazia parte da média burguesia francesa, “*honesto, puro e dado à cultura do campo*”, por isso Afonso Arinos conclui que o seu sangue judeu vinha da mãe ou da avó paterna. Além do determinismo racial, o nosso autor demonstra a sua face machista, comum no período. Ele afirma que, por ter herdado o sangue judeu das mulheres, “*a sua atuação no desenvolvimento ideológico e doutrinário da grande convulsão foi menor do que a dos dois comparsas rivais que acima indiquei como judeus*”. Como uma mulher que, na suposição de Afonso Arinos, não possui idéias próprias e é guiada pelo marido, Danton agiu por uma ideologia “*definida pelos outros*”.¹⁶⁴

A Revolução Francesa só teria conquistado o seu caráter nacional com Napoleão Bonaparte, pois “*Bonaparte não era judeu. Por isto a sua formação psicológica não se curvava ao peso das suas taras imemorais de Israel: a crença nos esquemas teóricos,*

¹⁶⁰ op. cit. p. 63.

¹⁶¹ op. cit. p. 66.

¹⁶² ibidem.

¹⁶³ “*A Constituição apresentada pelos Girondinos era uma instituição francesa, e a Constituição apresentada pelos Montanheses, uma instituição universal. Leia-se internacional*” (op. cit. p. 68).

¹⁶⁴ op. cit. p. 69.

provinda do sentido profético da raça fraca, humilhada pelos fortes e a tendência internacionalista, decorrente da perda de contato da nação com a terra".¹⁶⁵ O processo revolucionário francês, visto sob o prisma anti-semita e anti-democrático de Afonso Arinos, foi o movimento do espírito internacionalista dos judeus, desde a Assembléia dos Estados Gerais até o Diretório, constrangido pelo sentido nacional de um líder de sangue puro, um ditador que implantou um governo autoritário, que calava a oposição à força e que se coroou imperador.¹⁶⁶

Outro aspecto do anti-semitismo moderno de que fala Hannah Arendt e que podemos identificar em *Preparação ao nacionalismo* é a acusação de que a criação do comunismo, que culminou com a Revolução Russa, teria sido obra do espírito "*socialista, igualitário e internacionalista*" dos judeus. Afonso Arinos chega a afirmar que "*Marx se não fosse judeu não seria Marx, isto é, não seria capaz de criar o marxismo*".¹⁶⁷ O internacionalismo marxista vinha do desejo consciente dos judeus de estabelecerem a sua hegemonia racial e, para ele, isto ficava claro no desenvolvimento da Revolução Russa: "*Staline, o georgiano sombrio e fanático, sintetiza a alma do povo russo. Trotsky, o demagogo internacional, resume a alma do povo judeu*".¹⁶⁸ Desta proposição vem a explicação de Afonso Arinos para a oposição entre eles:

"A luta sem solução entre a idéia da revolução permanente e a idéia do socialismo nacional, é simbólica e exhibe ao mundo, com deslumbrante claridade, a verdade eterna da oposição entre as tendências das raças que sofrem a ação da terra, e nela formam o seu sangue, e da

¹⁶⁵ op. cit. p. 73.

¹⁶⁶ "*Eis porque a Revolução, nascida de uma concepção filosófica e executada por uma doutrina política, ambas internacionalistas, terminou por se transformar num movimento reacionário e nacionalista, seguindo a orientação imperativa da realidade histórica*" (op. cit. p. 74).

¹⁶⁷ op. cit. p. 99.

¹⁶⁸ op. cit. p. 114.

raça que se desligou do solo, e que passeia o sangue inquieta através dos continentes”.¹⁶⁹

Afonso Arinos faz o elogio de Stálin pois este conseguiu, assim como Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, promover a revolução nacional na Rússia: *“não é surpresa que o russo Staline procure todos os pretextos, todas as possibilidades de adaptação, para amoldá-la [a doutrina marxista] à forma da terra em que nasceu e do povo de que trás o sangue nas veias”*.¹⁷⁰ Ele classifica o governo de Stálin de *“fascismo soviético”* e afirma: *“Que Staline e seus amigos estão realizando uma obra de nacional-socialismo, não sou eu quem o diz. São todos os observadores que não pertencem à facção dominante dos ‘soviets’ dentro da Rússia ou às filiais assalariadas ou fanáticas do estrangeiro”*.¹⁷¹

Os grandes ídolos políticos de Afonso Arinos nos anos 1930 foram aqueles líderes que souberam traduzir o *“espírito nacional”* de seus países. Bonaparte, Hitler, Mussolini e Stálin cumpriram seus papéis históricos na reação contra as idéias de Rousseau, Marx e Trotsky. Nos processos históricos em que eles se envolveram, o que se passou *“não foi nem uma substituição de homens, nem uma substituição de classes: foi uma substituição de raças”*.¹⁷² Se o Brasil ainda não compartilhava a *“questão judia”* com os países europeus, era porque a nossa história foi sempre *“desatenta”* e *“tolerante”* com as raças que participaram da nossa formação. Ele afirma que

“Seria profundamente desejável que algum pesquisador consciencioso e paciente fixasse com clareza e honestidade a participação e a influência dos judeus na

¹⁶⁹ ibidem.

¹⁷⁰ op. cit. p. 115.

¹⁷¹ op. cit. p. 119.

¹⁷² op. cit. p. 131.

*evolução histórica da nossa nacionalidade. Estou seguro de que se esclareceriam, assim, vários impulsos obscuros da nossa alma, e poderiam ser explicadas as razões, ainda indistintas, de várias influências intelectuais que sofrem as nossas elites de pensamento”.*¹⁷³

Embora a repressão anti-semita da legislação colonial não tenha encontrado eco “no meio da desordem tolerante da nossa sub-raça em formação”,¹⁷⁴ Afonso Arinos considerava possível e necessário reconhecer, localizar e isolar os traços da influência dos judeus na constituição da identidade brasileira.¹⁷⁵ Este apelo voltou a ser feito dois anos depois em *Conceito de civilização brasileira*, desta vez em relação à influência de negros e índios na nossa formação. Se o Brasil não encarava a “questão judia”, não poderia negar a “questão mestiça” em que estava envolvido. Nós também possuíamos uma “raça alienígena”, que cada vez mais ocupava os espaços e colidia com as “tradições” da formação aristocrática elitista.

Os resíduos afro-indígenas como ameaça às elites aristocráticas

Embora Afonso Arinos tenha procurado desvincular o seu papel como historiador de sua ação política, seus escritos estavam destinados a intervir ideológica e politicamente na vida brasileira. Em meio ao debate sobre a nossa identidade, ele

¹⁷³ op. cit. pp. 27-28.

¹⁷⁴ op. cit. p. 26.

¹⁷⁵ Na interpretação das causas da proclamação da República no Brasil, figura as determinações raciais e os judeus aparecem como os manipuladores das massas e da juventude militar: “A República, no seu sentido moderno, é o poder dos judeus. Seria realmente interessante, para nós, estudar a influência desse inquieto espírito racial, nas causas que determinaram a queda do Império do Brasil. Juro que o judaísmo apareceria na trama demagógica dos pregadores e missionários, que evangelizavam a massa inculta, ou que puseram cócegas salvadoras nos virgens espadins da mocidade militar” (op. cit. p. 54).

considerava que a cultura brasileira era “*inferior*”, “*atrasada*” em relação à européia, produto de um povo “*despreocupado das realidades*”, “*imprevidente*”, “*supersticioso*” e “*ineficaz*”. As características raciais legadas pelos povos negros e indígenas teriam determinado o afastamento do Brasil do modelo civilizatório europeu e a emergência destas características no cenário político brasileiro fez com que o país rompesse com os valores do “antigo regime”. O Brasil tornou-se irracional politicamente. Contra a diluição cega das características afro-indígenas na formação da nossa sociedade, seu objetivo era sublinhar esta marca para exorcizá-la. Para isso era necessário conhecê-la.

Afonso Arinos considerava que, nos anos 1930, uma parcela representativa da sociedade brasileira, a “*alta sociedade*”, ainda tinha dificuldade em aceitar a miscigenação, devido ao seu “*contato continuado com os círculos intelectuais dos Estados Unidos e da Europa*”. Ele parecia descrever o lugar de onde se posicionava e observava o Brasil. Ele representava esta parcela da sociedade aterrorizada pelo mestiço.

Em *Conceito de civilização brasileira*, Afonso Arinos utilizou a expressão “resíduo” tomada emprestada de Pareto. Ele afirmou que adaptou o significado sociológico que o autor italiano deu ao vocábulo à um processo de interpretação histórica: “*Chamo resíduo aqueles elementos, já assimilados, que, por traços distintivos identificáveis, traem, com mais segurança, as suas origens*”.¹⁷⁶ Os resíduos eram os elementos da cultura afro-indígena que foram assimilados pela civilização branca. Ele postulou a necessária consciência das influências culturais negra e índia na formação histórica do povo brasileiro. O seu objetivo era “*retirar da nossa civilização as suas características gerais e psicológicas mais importantes, formadas pela mestiçagem*

¹⁷⁶ FRANCO, A. A. *Conceito de civilização brasileira*. op. cit. p. 134.

étnica, e atribuí-las, sempre que possível, às suas influências originárias".¹⁷⁷ Sua análise da realidade brasileira procurou conhecer as especificidades da nossa formação social e psicológica, não para valorizá-la, mas superá-la. O avanço do método científico, segundo Afonso Arinos, permitiria inferir as características assimiladas de cada raça pelo brasileiro em formação.

A sua tese era que a formação da nação brasileira teria contado com a presença de duas culturas, uma indígena e outra negra, em confronto com uma civilização, a branca. O elemento branco tentou impôr às culturas primitivas sua concepção de vida e sua interpretação do mundo, através da força. No entanto, esta civilização branca não pôde se firmar completamente, pois não conseguiu extinguir a influência das culturas negra e índia. Estas, incapazes de resistir materialmente, pois que sua técnica era rudimentar, resistiram culturalmente, através de processos ideais, religiosos. Assim, marcaram a civilização brasileira com "*resíduos culturais*" que não puderam ser apagados pela civilização branca:

"É indispensável, para nós, se quisermos fazer uma idéia nítida da atual civilização brasileira, o conhecimento dos 'resíduos' dessas influências, para empregarmos, embora com significação diferente, a expressão técnica tão cara a Vilfredo Pareto. Isto é, devemos identificar, dentro do complexo brasileiro, qual a parte de responsabilidade que incumbe a cada um dos dois agentes étnicos cooperadores (o índio e o negro), na modificação do panorama da civilização branca".¹⁷⁸

¹⁷⁷ op. cit. p. 136.

¹⁷⁸ op. cit. p. 131.

Afonso Arinos considerou como um “valeroso trabalho” o contato sexual estabelecido entre os portugueses e as nativas, pois “*o homem português não tinha então, como não tem hoje, escrúpulo nem preconceito de se ligar a fêmeas de raça considerada inferior*”. O fim deste trabalho era “*filtrar e clarificar o sangue impuro dos indígenas*”,¹⁷⁹ mesmo que este não tenha sido realizado de propósito deliberado. Embora o sêmem do homem branco tenha sido o principal legado dos portugueses no primeiro século, eles acabaram por se deixar influenciar pelas culturas inferiores. A partir da terceira década do século XVI, o africano agrega-se ao panorama brasileiro e então o ponto de contato entre brancos, índios e negros não mais se reduzia ao plano sexual. Começava a interpenetração das culturas, “*começava as gerações de mulatos, de cafusos ou caburés, de curibocas e mamelucos. Começava o povo do Brasil*”.¹⁸⁰ As influências das culturas negra e índia passaram a figurar como sobrevivências modificadoras da civilização branca.

Na listagem das características legadas à civilização brasileira pelas culturas consideradas inferiores, estavam a imprevidência e a dissipação, o desapareço pela terra, a crença na salvação pelo acaso, o amor à ostentação e o desrespeito pela ordem legal. Estas características eram tidas como irracionais e, por isso, deveriam ser extirpadas do nosso ambiente social, político e econômico. O que importava, para Afonso Arinos, era reconhecer a continuidade desses hábitos psicológicos que refletem, projetam e repercutem na vida civil de cada cidadão e na vida coletiva da nação tomada como um todo. No estudo empreendido por ele, é principalmente a continuidade desses hábitos,

¹⁷⁹ op. cit. p. 106.

¹⁸⁰ op. cit. p. 108.

ou melhor, desses atributos raciais no organismo político e social que deveriam ser conhecidos e eliminados.

Para Afonso Arinos, a falta de poupança do brasileiro, a sua incapacidade de planejar o futuro, é decorrente do sangue indígena que corre em suas veias: *“Talvez seja este o característico do trabalho índio que mais funestamente se imprimiu na civilização brasileira: a falta de previsão, ou pelo menos, o desconhecimento da sua importância, como fator administrativo”*.¹⁸¹ Era culpa do índio o fato de o Brasil não controlar os gastos públicos e conduzir de forma imprevidente a sua economia. Os índios também foram responsabilizados pela falta de amor à terra que, segundo o autor, caracterizava os brasileiros. A vida em comunhão com a natureza, a exploração da terra conforme as necessidades, não valiam de nada. O índio não foi capaz de se tornar “proprietário da terra”. Por isso, o Brasil era latifundiário: nenhum camponês luta pela terra!¹⁸²

Marca distintiva tanto dos índios quanto dos negros era a “salvação pelo acaso”. A alma brasileira é “mágica”, “pré-lógica”, devido ao misticismo destas raças. Era culpa deles se o brasileiro perdia tudo no jogo e se enganava com as propostas políticas milagrosas. Se o brasileiro confiava no “herói milagreiro e salvador” era devido aos resquícios afro-indígenas de seu sangue impuro:

“Porque o povo espera sempre de habilidades secretas, de passes invisíveis, de poderes obscuros, a solução que a impaciência e a imprevisão da raça não querem encontrar

¹⁸¹ op. cit. p. 141.

¹⁸² Afonso Arinos afirmou que Prestes reconhecia as dificuldades de uma revolução agrária no Brasil devido a esta “característica psicológica singular e individual do nosso povo”: *“a revolução agrária no Brasil era difícil, e devia ser conduzida dentro de normas especiais, por isso que o problema da ocupação da terra pelo proprietário camponês, básico em outros países (inclusive na Rússia em que foi capital para a Revolução), não passava, no Brasil, de uma fórmula mais ou menos retórica”* (op. cit. pp. 146-147).

*na lentidão dos planos organizados. ‘Deus é brasileiro’, eis a palavra de ordem. E este Deus caboclo, amolecado, gingador, não deixará de, no momento oportuno, cofiar a barba de pureza imácula e, levantando a túnica com um brilho maroto nos olhos, ensinar aos governantes do Brasil o ‘pulo da onça’, que os tirará da dificuldade’.*¹⁸³

A “ostentação” também seria uma herança das “culturas primitivas” pois, para Afonso Arinos, o critério estético superior valoriza a simplicidade: “*O espírito primário é sempre inimigo da simplicidade. O encanto da discrição, da economia no adorno, é resultado de uma indiscutível superioridade intelectual*”.¹⁸⁴ Quando os mestiços assaltaram a administração pública, o Brasil deixou de valorizar a base econômica agrícola e se urbanizou, demonstrando todo o seu “espírito aparatoso”:

*“Tenho o desenvolvimento das cidades, típico da República (conforme já o demonstrei), como expressão daquele mesmo espírito ingênuo de ostentação e de amor ao brilhante, ao aparatoso que atribuo às raças de cor de que descendemos. É um outro e grande resíduo afro-índio. Haveria de fazer uma aproximação entre as grandes obras urbanas do Brasil e a mestiçagem dos seus empreitadores”.*¹⁸⁵

Aqui se encontrava o grande drama vivido pelas elites agrárias que Afonso Arinos defendia: a civilização rural brasileira estava em decadência (ele revelou que não superou o pessimismo spengleriano). Ele se orgulhava de ter sido o primeiro historiador, segundo ele mesmo, a dividir a economia brasileira em ciclos econômicos

¹⁸³ op. cit. p. 171.

¹⁸⁴ op. cit. p. 172.

¹⁸⁵ op. cit. p. 201.

rurais: o pau-brasil, o açúcar, o couro, o ouro (que não teria conseguido romper com as características rurais da civilização brasileira) e o café:

“Substituíam-se, dessa forma, os ciclos econômicos da nossa formação, sem a quebra do ritmo agrário que representava, por assim dizer, o fundo do nosso espírito colonial. Espírito subordinado diretamente aos interesses agrários e às influências de uma administração que não sofria a pressão opinativa da raça mestiça. A República, com a pressão direta do sentimento da massa, veio, porém, alterar lentamente, mas substancialmente, este estado de coisa. A nossa civilização foi tomando, aos poucos, o aspecto anti-agrário que hoje a vicia e marca, porque o espírito que preside a nova estrutura de Estado se origina no sentimento popular da raça mestiça, afeiçoada, como vimos ao luxo das aparências e profundamente desapegada da terra. Hostil, mesmo, à labuta do campo”.¹⁸⁶

Afonso Arinos temia que a industrialização desalojasse as elites agrárias do seu posto privilegiado: *“Mas a quem passará o café as suas insígnias de chefe? Não é fácil prever, mas é mais do que duvidoso, que seja a algum representante da agricultura”*.¹⁸⁷ E, a decadência desta civilização agrária, racialmente e culturalmente européia, significava a própria decadência da civilização brasileira.

Finalmente, as culturas afro-indígenas teriam legado ao Brasil o desrespeito à ordem legal. Elas não conheceram o Estado e a legitimidade do poder se dava através da força. Afonso Arinos argumenta como se a civilização ocidental e o seu próprio projeto

¹⁸⁶ op. cit. p. 203.

¹⁸⁷ op. cit. p. 207.

de futuro não lançasse mão deste “instrumento irracional”. A diferença era que a violência patrocinada pelo Ocidente e pelas elites “cultas” do Brasil se revestiu de um aspecto “legalista”. Como bacharel, Afonso Arinos sabia lidar muito bem com as artimanhas e as ambigüidades do discurso jurídico.

Em *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, publicado em 1937, o autor retomou a imagem depreciativa do índio brasileiro representada no *Conceito de civilização brasileira*. Com este ensaio histórico-filosófico, ele pretendia mostrar “a importância que o nosso país possui no campo da história das idéias”.¹⁸⁸ Debaixo desta perspectiva patriótica que via na origem das teorias sobre a bondade natural do homem a influência do índio brasileiro, estava o menosprezo pelo índio e pela cultura brasileira. O subtítulo desta obra, *As origens brasileiras da teoria da bondade natural*, deu margem a uma sorte de análises apressadas que concluíram, equivocadamente, que se tratava de um livro inaugural na inversão da forma pela qual era considerada a relação entre a cultura indígena e européia. Mas, tão importante quanto colocar o índio brasileiro na origem da teoria da bondade natural, era denunciar a deformação da sua representação. Neste estudo, Afonso Arinos percebeu que a representação que inspirou os teóricos da bondade natural humana não passava de uma visão romantizada do nosso indígena.

Para o autor, os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade que advieram desta teoria e que serviram de apoio à Revolução Francesa se baseavam numa falsa visão do modo de vida indígena. Na realidade, o índio brasileiro não vivia em liberdade absoluta. As tribos tinham sistemas jurídicos primitivos, leis e regras sociais estabelecidas. Eles não viviam em igualdade. Havia uma hierarquia que diferenciava os

¹⁸⁸ FRANCO, A. A. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa...* op. cit. p. 19.

membros de cada tribo. E, finalmente, não viviam em fraternidade, pois era sabida a violência inerente ao indígena, principalmente em se tratando dos canibais. Os indígenas possuíam um “*instinto rebelde*”, “*irracional*” e “*subversivo*” que não levava à liberdade romântica, mas à decadência da civilização. Afonso Arinos temia o caráter revolucionário, o sentido subversivo que estas idéias poderiam ainda despertar se continuassem vivas. Ele dirigia a sua crítica à Revolução Francesa por esta ser a responsável pelo rompimento com os valores aristocráticos do Antigo Regime.

O mérito indiscutível desta obra foi analisar o impacto da figura do índio brasileiro no imaginário europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII através das obras de grandes pensadores e escritores como Erasmo, Thomas Morus, Rabelais, Shakespeare, Montaigne, Grotius, Locke, Raynal, Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau. Mas, a uma leitura atenta não escapa o menosprezo com o qual Afonso Arinos percebia a cultura indígena e o tom de lamento ao concluir que a civilização brasileira estava atrasada em relação à européia.

Na sua interpretação da história brasileira, o “*instinto rebelde*” dos negros e indígenas contra a organização política branca sempre foi contido pelo Estado em exercício. Durante o antigo regime brasileiro, a ordem social aristocrática foi politicamente organizada em torno da monarquia constitucional no Império e da razão jurídica nos primeiros anos da República. Entretanto, a República representava o regime onde os *impulsos primitivos* eram menos combatidos, pois os mestiços compunham o seu corpo administrativo e se confundiam com a autoridade. Mesmo quando o poder do Estado não era exercido por eles, sofria a sua pressão direta. A solução encontrada por

Afonso Arinos era autoritária, uma “pregação fascista”¹⁸⁹: Afonso Arinos propôs a eliminação da cultura brasileira, de seus “resíduos” negros e indígenas, através de leis que protegessem as elites cultas do “barbarismo brasileiro”. O Estado assumiria o papel de reprimir os “impulsos primitivos” que impediriam o governo pleno das elites tradicionais, mesmo que para isso tivesse que fazer uso da força.¹⁹⁰ O projeto político de Afonso Arinos nos anos 1930 separava o Estado da sociedade civil, vendo negativamente qualquer aproximação entre o povo e o poder. O poder deveria ser privilégio de uma elite branca de corpo e alma. Segundo Reis, “*ele temia a emergência do monstro mestiço da nossa ‘lagoa’, um medo do (seu) imaginário escocês*”.¹⁹¹

Enquanto o poder das elites agrárias prevaleceu, seja através do poder português colonial, dos jesuítas, ou do poder moderador do Império, o “impulso primitivo” das massas mestiças foi contido pelo aparato artificial do Estado: “*Durante séculos esses impulsos elementares das massas mestiças foram limitados, detidos, sustados, por um complexo aparelho de Estado, que representava o regime da legalidade fundado na razão*”.¹⁹² A lei “pesava” e protegia as elites do “barbarismo brasileiro”. Agora que o Brasil se urbanizava, se industrializava, enfim, se modernizava, a única solução para garantir a permanência daquela tradição do “antigo regime brasileiro” era o uso da força:

“Pelo menos, enquanto não se criar um novo mito equivalente ao parlamentarismo ou ao legalismo (...), o Estado brasileiro se baseará franca ou disfarçadamente, mas, em qualquer caso, exclusivamente na força. E isto pela simples razão de que, não possuindo mais um

¹⁸⁹ LEITE, Dante Moreira. As raças e os mitos. In *O caráter nacional brasileiro*. SP: Pioneira, 1983.

¹⁹⁰ FRANCO, A. A. *Conceito de civilização brasileira*. op. cit.

¹⁹¹ REIS, op. cit. p. 121.

¹⁹² FRANCO, A. A. *Conceito de civilização brasileira*. op. cit. p. 212.

*aparelho de contenção, político ou jurídico, capaz de sustar o impulso dos resíduos culturais afro-índios, orientados no sentido da legalidade baseada no terror, só resta à República o recurso de a eles se opor pela força, isto é, pela supressão de qualquer aparelho permanente do Estado”.*¹⁹³

Em suas primeiras obras, portanto, Afonso Arinos esteve longe de ser o liberal democrata e humanista que pintou em seu auto-retrato. A sua face autoritária, racista, antiliberal e antidemocrática ficou estrategicamente escondida na sua imagem pública. As elites conservadoras foram vendo-se incapazes de continuar afirmando o seu discurso nesses termos. Ainda na década de 1930, seus críticos o acusaram de fazer de índios e negros *bodes expiatórios* dos males do Brasil. Miranda Reis, ainda em 1937, se perguntava assustado: “*será o sr. Afonso Arinos contra os direitos políticos dos mulatos?*”.¹⁹⁴ O seu conceito de civilização brasileira foi considerado falso e a sua teoria dos resíduos afro-índios foi tomada como uma especulação literária: “*Porque se há de explicar por esse pseudo-resíduo uma situação que não é, afinal de contas, exclusiva do Brasil, senão também e sobretudo européia? Porque hão de ser o negro e o índio, até nisto, os nossos bodes emissários?*”.¹⁹⁵ Afonso Arinos chegou a ser considerado um perigo para a cultura brasileira! Suas obras se basearam em um conjunto de teorias herdadas do século XIX e que já estavam perdendo credibilidade científica nos anos 1930. Seu presente o estimularia a buscar novas estratégias de inserção na História nos anos 1940 e 1950.

¹⁹³ op. cit. pp. 234-235.

¹⁹⁴ REIS, V. de Miranda. Bodes Expiatórios. *Boletim de Ariel*. Ano VI, nº 4, jan./1937. p. 104.

¹⁹⁵ *ibidem*.

CAPÍTULO III

DO INTELLECTUAL AO POLÍTICO, UMA REVISÃO DA HISTÓRIA

Há duas formas de se ser historiador. Há a maneira de se urdir ou de se restabelecer ou restaurar, na trama do conhecimento de cada geração, a interpretação e a restituição da verdade dos tempos passados e é, então, propriamente a tarefa dos historiadores. Mas, há uma outra forma de se fazer história, que esta, sim, é peculiar aos políticos, aos homens de Estado, àqueles que, de qualquer forma, partilham ou participam de uma atribuição do poder político. Esta forma é a de levantar não uma interpretação do passado porém uma visão do presente e uma construção para o futuro.

Afonso Arinos, 1958.

Afonso Arinos e os anos 1940/50: um político profissional

Se, por um lado, o fato de se inserir na História através da sua tradição familiar, da conservação do passado e do discurso competente deu autoridade ao empreendimento de Afonso Arinos junto às elites tradicionais do passado, por outro lado exigiu um esforço de atualização constante, principalmente porque a tendência do presente era de ruptura em relação a esse passado, era de democratização. Para continuar ativo em seu tempo, para obter o reconhecimento de seus pares e não parecer retrógrado, atrasado e reacionário, Afonso Arinos se viu forçado a rever suas estratégias

de engajamento na história e sua própria interpretação da cultura brasileira. Com a sua visão racista, inspirado pelo pensamento fascista derrotado após a Segunda Guerra Mundial, ele corria o risco de se isolar. O momento era de transformações e, segundo ele, o homem para tais momentos não é o jurista nem o pensador político, mas o político *tout court*.¹⁹⁶ Era preciso sair do seu estado de contemplação erudita da história para a ação efetiva. A sua historiografia refletiu este momento de transição nos anos 1940 e 1950. O seu pensamento e ação se dirigiram à construção de um futuro democrático e procuraram se mostrar conformados com a especificidade da cultura brasileira. Mas, como foi o decurso de um pensamento autoritário, racista e avesso à cultura brasileira para uma reflexão democrática e tolerante em relação à nossa cultura mestiça? Qual o alcance e os limites desta revisão processada por Afonso Arinos? É o que analisaremos neste capítulo.

Selecionamos para esta terceira parte suas principais obras publicadas nas décadas de 1940 e 1950, *Homens e temas do Brasil* (1944) *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* (1944, 2ª ed. de 1971); os três volumes de *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955), escritos entre 1944 e 1955, e alguns artigos avulsos escritos neste período para a revista *Digesto Econômico* e publicados, posteriormente, em *Estudos e Discursos* (1961). Estas obras demonstram, privilegiadamente, como Afonso Arinos teve habilidade e força plástica para mudar de posição de acordo com as necessidades de seu tempo. Como “homem de ação”, ele se diferenciou do intelectual autoritário e racista dos anos 1930 e isso se refletiu na sua historiografia. A experiência brasileira passada que ele procurou enfatizar não era mais

¹⁹⁶ FRANCO, A. A. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. RJ: José Olympio, 1955.

a do Estado português colonial ou a do Império, com a sua monarquia parlamentar autoritária, a escravidão, o ruralismo e o voto censitário. Agora, os temas históricos que melhor se articulavam com as expectativas de futuro modernizadoras do seu presente eram essencialmente republicanos e democráticos. A repulsa à mestiçagem foi ocultada pelo reconhecimento da importância que negros e índios tiveram para a construção da civilização brasileira. Afonso Arinos se apresentava mais otimista em relação ao nosso futuro. O seu programa político para o Brasil abandonou a tendência fascista e se alinhou ao projeto moderno iluminista e liberal. A sua historiografia deu identidade a uma elite política partidária, representada pela UDN (União Democrática Nacional).

Na década de 1940, a instabilidade provocada pela guerra mundial estimulou o surgimento de algumas produções que revelavam o lugar daqueles que viam a vida social e cultural da sua geração sepultada pelos escombros da Europa. Para Mário de Andrade, a sua geração era o “sorriso final”, o “quinto ato conclusivo” de um mundo representado pela degeneração aristocrática. A sensação de se viver o final de um “ciclo” cultural estava patente também no primeiro testemunho de Afonso Arinos publicado em 1944 no livro *Testamento de uma geração*. O sentimento que perpassa o seu depoimento é o de fim de período, de decadência da cultura. A sensação é de abandono, de crise, de fim de etapa.¹⁹⁷ Era o fim do “antigo regime brasileiro”, no qual Afonso Arinos se formou e pretendeu conservar nos anos 1930, e o início da inevitável transição para a ordem democrática, na qual deveriam se apoiar aqueles que pretendiam permanecer na vida pública.

¹⁹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. O “quinto ato conclusivo”: Testamento de uma Geração (1944). In *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978.

O ensaio geral desta passagem se deu com o *Manifesto dos Mineiros*. Embora não apresentasse qualquer proposta concreta para a derrubada de Getúlio Vargas e o fim dos Estado Novo, o *Manifesto dos Mineiros*, lançado em 24 de outubro de 1943, ficou marcado como um dos elementos decisivos para a queda do regime ditatorial. Os signatários pediam a volta da democracia, afirmando que “*se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente, não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam*”. Neste documento, os políticos mineiros afirmavam que estavam “*assumindo a responsabilidade de iniciar, no grave momento que atravessamos, a preparação do povo mineiro para o exercício das suas prerrogativas fundamentais*”. Afonso Arinos, ao colaborar na redação e assinar o *Manifesto*, posicionava-se como a vanguarda do movimento de democratização. Nada mal para alguém que, poucos anos antes, se encontrava entre aqueles que o *Manifesto* procurava atacar, “*os conservadores que aderiram à perigosa aventura de restauração das bastilhas do absolutismo e a financiaram, na ingênua suposição de que salvariam, por esse modo, anacrônicos privilégios*”.¹⁹⁸

Como um de seus principais idealizadores, Afonso Arinos sentiu, pela primeira vez, o resultado de sua força no círculo político de sua época.¹⁹⁹ Esta foi também a primeira manifestação ostensiva das “elites liberais”, até então ausentes de qualquer manifestação pública. Embora o *Manifesto* apresentasse um aspecto oportunista para recuperar a iniciativa política em face das pretensões democratizantes de Getúlio

¹⁹⁸ *Manifesto dos Mineiros*, 1943.

¹⁹⁹ Embora nenhum dos signatários tenha sofrido com as prisões e as violências físicas que caracterizaram a repressão aos opositores da classe trabalhadora e estudantil no governo de Getúlio Vargas, confirmando a situação privilegiada da elite, a adesão ao *Manifesto* custou o emprego de Afonso Arinos. Ele foi afastado do Banco do Brasil, onde prestava consultoria jurídica desde 1935.

Vargas, sendo um elemento sutil de luta pelo poder, ele atacava a máquina ditatorial que havia tomado conta da vida política do país. Ele defendia as liberdades individuais e a instauração de um Estado de bem estar, ao mesmo tempo em que reivindicava maior participação política para as próprias elites.²⁰⁰ Era esta a própria direção da revisão que Afonso Arinos procurou processar em seu pensamento e ação nos anos 1940 e 1950: contra a repressão policial e os privilégios de uma minoria, que ele próprio defendeu nos anos 1930, a defesa das liberdades individuais e do bem estar social. Começava, assim, um outro desafio para a nova geração da velha tradição aristocrática de políticos brasileiros, entre os quais Afonso Arinos não apenas se incluía, mas se posicionava como vanguarda.

Mas, é preciso reconhecer que o *Manifesto dos Mineiros* exprimiu a defesa puramente formal das liberdades democráticas. O documento foi sintomático das idéias, artifícios e fórmulas ativadas pela retórica comum à elite política do momento. Os problemas fundamentais que a nova democracia deveria enfrentar, como a ampliação da participação política da população – não foram mencionados. A ambigüidade da democratização proposta neste momento acompanhou a herança liberal herdada pela UDN, partido que Afonso Arinos ajudou a fundar. Segundo nos aponta Maria Victoria Benevides, na época da fundação do partido, ele surgiu como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. Das oligarquias depostas com a Revolução de 1930 aos grupos de esquerda de tendência socialista, diversos interesses antagônicos o compunham.²⁰¹ Afonso Arinos e a família Melo Franco se situaram entre aqueles antigos aliados de Getúlio que foram marginalizados logo após 1930: eles

²⁰⁰ BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp. 35-36.

²⁰¹ *ibidem*.

representavam o setor oligárquico excluído e que constituíam uma forte oposição nos estados. Neste “partido repartido” que a UDN representava, Afonso Arinos assumiu o papel de liderança do seu grupo. Suas ações demonstraram uma preocupação em modernizar as elites tradicionais do passado, através da UDN, para que elas pudessem permanecer ativas em seu tempo.

A UDN representou, para as elites desalojadas do poder, a solução mais viável para a crise, mesmo não havendo ainda um programa ou compromisso real de democratização do país. Após 1945, as eleições se tornaram o principal meio de acesso à elite política. Este período foi chamado de “experimento em democracia” ou “era liberal”. Mas, a elite política permanecia próxima ao centro moderado do espectro ideológico, protegendo os ricos e os grandes proprietários e não tolerando ameaças à ordem estabelecida, era a “democratização controlada”. A análise da conjuntura dos primeiros anos desta democratização feita por Benevides revelou

*“a participação efetiva da UDN no consenso elitário como uma alternativa de poder, mas não como uma opção política claramente ‘diferenciada’. A nível institucional comprova-se a omissão ou a passividade das elites udenistas diante da continuidade das estruturas do regime contra o qual se uniram (...); permanecem as máquinas das interventorias estaduais, o arcabouço do sindicalismo corporativista, as raízes da burocracia estatal e as mesmas fontes de uma ideologia autoritária”.*²⁰²

Apoiando-se em outros estudos, Benevides destaca ainda a falta de coesão da UDN nos trabalhos da Constituinte, dividida entre o seu papel de oposição liberal e as

²⁰² op. cit. p. 52.

suas raízes sociais elitistas e conservadoras. Foi neste contexto que Afonso Arinos exerceu um papel fundamental na tentativa de modernizar as antigas práticas políticas. Como relator da Comissão de Justiça encarregada de elaborar as leis complementares da Constituição de 1946, Afonso Arinos foi contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas e do registro do PCB, influenciando decisivamente nos debates internos da UDN. A sua atuação como parlamentar revelou o espírito modernizador, liberal e democrata que ele procurou imprimir a este grupo político. Quando, em 1948, o presidente Dutra propôs uma aproximação entre o PSD, a UDN e o PR através do Acordo Interpartidário, que garantiria a participação de todos no governo e isolaria a oposição do PCB, Afonso Arinos se opôs de forma intolerante a esta orientação, aceita pela maioria da UDN.²⁰³ Ele reconhecia que o partido representava mais uma resistência à ditadura varguista do que um compromisso com a liberdade e procurou compensar esta deficiência. Ele atuou na recomposição do quadro conturbado pela intransigência de alguns partidários da UDN em aderir aos novos tempos. Neste contexto, ele quis fundar uma nova tradição que, ao contrário daquela da década de 1930, defendia os valores republicanos, democráticos e do liberalismo político, embora permanecesse com seu viés elitista. O momento era mesmo propício para a defesa explícita destes valores, pois a Segunda Guerra Mundial colocava em discussão o futuro da democracia.

Afonso Arinos foi um espectador atento da guerra. Algumas de suas obras, artigos e conferências foram escritos em meio à tragédia europeia. Em certo sentido, a guerra desmistificou a crença na superioridade da Europa na direção dos destinos do

²⁰³ BELOCH, I.; ABREU, A. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. RJ: Forense-Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. p. 203-209.

mundo. Em *Homens e temas do Brasil*, livro que reúne oito trabalhos escritos para suas aulas e conferências sobre a história do Brasil, ele escreveu que

*“De nada valem os monumentos materiais e intelectuais, que cobrem as cidades e paisagens, que enchem as bibliotecas e centros científicos do Velho Mundo se, ao primeiro conflito de interesses, à primeira reação contra uma intolerável política de prestígio, as nações poderosas se atiram contra vizinhos débeis, numa tormenta de destruição e chacina”.*²⁰⁴

Nesse contexto, a América Latina e, especialmente, o Brasil representariam um papel ao mesmo tempo secundário e fundamental: o de “guardiões da razão”. A função do Brasil era devolver à Europa a lição por ela esquecida:

*“Nós seremos junto a elas como os pilotos jovens, a quem os velhos timoneiros cedem a roda do leme para a reconquista da rota perdida; como os discípulos atentos que conduzem o raciocínio já fatigado dos mestres, pondo-o na trilha da exata conclusão; como os filhos que amparam os pais vacilantes ou transviados, reintegrando-os na segurança do seu destino”.*²⁰⁵

De mestiços politicamente irracionais, nós passamos a “guardiões da razão”! Se, nos anos 1930, Afonso Arinos incitava os brasileiros a se espelharem no exemplo das revoluções “nacionalistas” da Europa e lamentava que os “resíduos afro-indígenas” tivessem desviado o Brasil do caminho civilizatório europeu, nos anos 1940 e 1950 ele,

²⁰⁴ FRANCO, A. A. *Homens e temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. p. 120.

²⁰⁵ op. cit. pp. 48-49.

demonstrando um otimismo inédito em relação à cultura brasileira, considerava que o Brasil possuía algo a ensinar ao Velho Mundo: o humanismo por ele esquecido.

Foi tomado por este novo ânimo que, em 1951, ele elaborou o projeto de lei que transformou em contravenção penal a prática resultante dos preconceitos de raça e de cor. A Lei Afonso Arinos (que os getulistas quiseram designar Lei Getúlio Vargas, sem sucesso) abriu uma fenda na história do racismo no Brasil. Revendo o seu próprio preconceito nas obras da década de 1930, Afonso Arinos procurou enfatizar com esta lei a solução formal, racional e moderna para lidar com os resquícios do passado. A lei representaria a ordem, a disciplina e a racionalidade necessárias à modernização e ao progresso do país, pois não comportaria o sentimento apaixonado e violento que orienta as ações discriminatórias. Ele reconhecia nela os defeitos técnicos de ordem criminalista e as dificuldades para a sua aplicação, já que o racismo era uma questão cultural, mas se orgulhava de ter sido o seu autor.

O esforço para se modernizar através do engajamento profundo em seu presente, que reclamava pela democratização, aliado ao talento natural do escritor, fez com que Afonso Arinos se tornasse um dos mais brilhantes oradores da tribuna parlamentar de sua época. Na década de 1950, ele foi o mais ardente orador contra Getúlio. O seu discurso de 13 de agosto de 1954, pedindo a renúncia do presidente, foi considerado por muitos a peça fundamental para o desfecho trágico da crise política. Para Ulysses Guimarães, o seu discurso “*não era uma oração, era o apocalipse*”.²⁰⁶ O discurso parlamentar, por viver do instante, do fulgor, da comoção, tem um objetivo pronto, imediato e preciso. Afonso Arinos soube traduzir tudo isso.

²⁰⁶ GUIMARÃES, Ulysses. Afonso Arinos: alguns testemunhos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/09/1990, seção Tendências e Debates, p. 3.

Nesta etapa de transição do seu pensamento político, portanto, a historiografia de Afonso Arinos teve o seu papel renovado: era preciso promover a modernização da elite dirigente brasileira. Com os olhos voltados para o futuro, ele previa a desestabilização social das elites aristocráticas do passado, que agora se fazia representar pela UDN, caso não houvesse uma mudança efetiva nas suas estratégias de ação e em seu discurso. Embora fosse avesso a mudanças mais sérias, ele se empenhou na modernização das elites tradicionais para impedir que houvesse rupturas mais radicais.

Tempo e verdade histórica de um *historiador-militante*

Nos anos 1930, Afonso Arinos foi oprimido pela lembrança do passado e contentou-se com a contemplação e a especulação sobre o futuro, pois a pressão do passado dificultava a sua ação em direção a uma nova vida. A sua historiografia da década de 1930 não permitiu a depuração das idéias dos seus antepassados; ela não superou o passado, mas o conservou. O presente no qual Afonso Arinos estava inserido nas décadas de 1940 e 1950, entretanto, exigia uma nova postura diante da História, menos contemplativa e mais ativa. Por outro lado, o passado é que trazia os valores necessários para garantir uma ação moral e eficaz em direção ao novo. A questão de Afonso Arinos era: como agir para criar uma nova vida pospondo o passado, mas sem romper com ele? A sua historiografia, bem como o projeto de construção da sua imagem pública que tem início neste momento, a sua “segunda natureza” que

analisamos no primeiro capítulo, adquiriu essa função catártica de superação e conservação simultânea do passado.

A partir dos anos 1940, Afonso Arinos vai aos poucos deixando de ver a história como um repositório de juízos morais sobre as escolhas dos homens, de lições empíricas para o uso prudente dos governantes. O passado deixa de ter valor por si mesmo. Ele agora o enfatizará não para restaurar os valores de seus ancestrais nem reiterá-lo no futuro, mas sim para atualizá-lo em função do presente. Em *Homens e temas do Brasil*, ele reconheceu que

“Quaisquer que sejam os caminhos que venha a percorrer o nosso destino, nunca nos levará ele a uma organização idêntica à que foi abandonada. Esta asserção não pretende envolver, de nossa parte, julgamento de valor ou confissão de preferência. Pouco nos interessa saber se o passado foi melhor ou pior do que está sendo o presente”.²⁰⁷

Diferentemente dos anos 1930, quando o seu objetivo era justamente fazer renascer as estruturas aristocráticas do “antigo regime brasileiro”, Afonso Arinos afirmava agora que não fazia juízo de valor do presente em relação ao passado, pois esta não seria uma atitude condizente com a posição de historiador: *“enternecermos sobre os encantos de uma era que não pode voltar é uma atitude literária e não crítica, ou objetiva. E o historiador não pode nunca perder o seu senso de crítica objetiva”*.²⁰⁸ Ele parece falar a si mesmo quando ratifica que *“o saudosismo encontra na evocação do que já foi uma forma de evasão, um eco de si mesmo. Encerrando-se num ambiente*

²⁰⁷ FRANCO, A. A. *Homens e temas do Brasil*. op. cit. pp. 72-73.

²⁰⁸ op. cit. p. 73.

morto, que a distância faz belo, procura contraditoriamente a vida numa espécie de suicídio”. O que ele procura agora é “estabelecer uma linha nítida de separação entre a ação e o devaneio romântico, e saudosista”.²⁰⁹ Falando aos indivíduos que, como ele mesmo, se propõem sair do mergulho numa vida que já se extinguiu para os embates terrenos, ele afirma que

“O homem de ação não tem em vista lamentar-se, nem mesmo comover-se na consideração do que já não é mais que eco e sombra. O seu propósito se limita a recolher da experiência lições de vida aplicáveis ao presente. Quer isto dizer que o passado, para o homem de ação, tem uma significação de certo modo contrária à que oferece ao simples contemplativo saudosista. Este só quer bem aos tempos antigos, na medida em que eles são irredutivelmente diversos do presente, isto é, só quer bem à parte morta do tempo. Não os atrai tanto o que precisamente mais atrai ao homem de ação, isto é, a explicação do presente e a parte viva que pode ele recolher dos ensinamentos dos que já se foram”.²¹⁰

No seu pensamento pós-1940, o sentido atribuído à história não se restringiria de modo algum a uma provável e simples revivência da noção clássica da *historia magistra vitae*. Para Lattman-Weltmann, a celebração dos valores éticos promovida por Afonso Arinos nesse período não se pretende resumida à reprodução de um sentido moralista estático, ou seja, de um conjunto atemporal de valores. Pelo contrário, ele “procura revesti-lo de qualidades cronológicas, quer dizer, relativas ao crivo discricionário da história acerca do que é velho e novo, do que é atrasado e o que é moderno. Nesse

²⁰⁹ *ibidem*.

²¹⁰ *op. cit.* p. 74.

*registro a idéia de progresso passa a coincidir com a própria noção de moralização: ser moral é, também, estar em sintonia com o avanço histórico”.*²¹¹

Foi na historiografia de Afonso Arinos produzida nas décadas de 1940 e 1950 que a sua leitura dos filósofos ilustrados se manifestou de forma mais positiva. A sua concepção de ciência histórica neste momento abarcava as duas expressões que definem a historiografia iluminista: era filosófica e pragmática. Filosófica, pois articulava a pesquisa de fatos fragmentados numa construção lógica encadeada pelo raciocínio causal. Pragmática, pois procurava fornecer elementos para o aperfeiçoamento do homem e da sociedade²¹². Sua perspectiva iluminista era evolutiva, progressista, gradualista.

Ao contrário dos anos 1930, em *Homens e temas do Brasil* Afonso Arinos fez o elogio dos ideais do Iluminismo traduzidos pela Revolução Francesa:

*“Liberdade, igualdade, fraternidade, a fórmula hoje esquecida e vilipendiada no próprio meio onde se gerou, não são três palavras de conteúdo puramente simbólico ou sentimental. São três conceitos subordinados, é certo, à relatividade das interpretações viciosas mas que, compreendidos na pureza da sua essência, significam alguns dos mais importantes atributos que distanciam o homem dos outros animais e o aproximam do seu Criador. Com efeito, conceituando o significado das três palavras consagradas teremos exprimido três idéias que estão acima da vida animal e dentro da órbita da idéia de Deus. É como se disséssemos dignidade, justiça, paz.”*²¹³

²¹¹ LATTMAN-WELTMAN, op. cit. p. 45.

²¹² WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

²¹³ FRANCO, A. A. *Homens e temas do Brasil*. op. cit. p. 30.

Antes, as palavras “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” foram tomadas como “três sonhos” e “três mentiras” que jamais poderiam ser aplicadas. Foram idéias que geraram o fim do tão estimado antigo regime. Agora, a perspectiva de Afonso Arinos é outra: estas são as palavras que “distanciam o homem dos outros animais”. Sob este novo ponto de vista, ele afirmou que o sentimento da “tradição” não era incompatível com o do “progresso”, e pareceu querer desculpar a si mesmo por haver sustentado uma posição política tão reacionária nos anos 1930 (e, mais ainda, por ter tido a coragem de assumi-la):

*“Todos nós, principalmente no transcurso da primeira mocidade, participamos mais ou menos desta errônea convicção. Está ela na lei da natureza e será, talvez, o mais constante fruto da inexperiência juvenil no campo do pensamento (...) Só um jovem é provido de bastante falta de juízo para asseverar cruamente coisas por vezes muito judiciosas, mas que o adulto não tem a franqueza de dizer (...) A franqueza é qualidade de certo modo decorrente da ingenuidade e diminui à proporção que se alteia a experiência, quer dizer, a malícia”.*²¹⁴

Seguindo a perspectiva iluminista, o conhecimento histórico foi compreendido por Afonso Arinos como a “*consciência crítica*” de uma época, de caráter reformista e discursivo. Com uma capa essencialmente moderna, Afonso Arinos apostava em um sentido histórico, onde a humanidade universal, unida e fraterna encontraria um futuro comum em liberdade. Por isso, ele adotava agora uma perspectiva contrária ao fascismo alemão:

²¹⁴ op. cit. pp. 83-84.

*“A explicação de que a liberdade do espírito é um vício que deve desaparecer para melhor solução das necessidades materiais do homem, já tem sido sugerida, mas nem merece resposta a sério. Na verdade a liberdade do espírito se confunde com a própria vida espiritual, e a afirmativa de que aquela deve desaparecer importa na conclusão de que esta também o deve”.*²¹⁵

Se a finalidade da história era a conquista da liberdade, quais seriam os sujeitos históricos desta emancipação? A postura de Afonso Arinos era contra-revolucionária. Ele não confiava na ação popular, pois descartava a aceleração do processo histórico provocada por uma revolução. O agente histórico privilegiado nessa perspectiva não é mais o “intelectual” das elites agrárias, mas o político em essência. A sua ação é mais autêntica e legítima se ele é capaz de revelar ao seu povo sua própria identidade. Foi o que Afonso Arinos procurou demonstrar ao escrever a biografia de seu pai, *Um Estadista da República*, e que analisaremos adiante. Aparece nesta obra a mais fundamental das virtudes de um político: *“o dom da presciência, sua capacidade de ‘engastar-se’ na história e ao mesmo tempo superá-la – mesmo que instintivamente –, seu dom de alçar-se acima do comum dos mortais e antever os sentidos da dinâmica histórica”.*²¹⁶ O “homem de ação” deve se encontrar com a vida e ser capaz de dominar o seu meio. Ele deve possuir as qualidades necessárias para ter *“aderência à realidade”*, mas sobretudo a virtude para saber com antecipação o que o futuro lhe reserva.

²¹⁵ op. cit. p. 31.

²¹⁶ LATTMAN-WELTMAN, op. cit. p. 46.

Afonso Arinos interlocutor de Sérgio Buarque

A revisão da sua própria postura diante da história permitiu a Afonso Arinos incorporar à sua argumentação histórica elementos que, no período anterior, teriam sido antagônicos. Suas obras das décadas de 1940 e 1950 revelam o esforço do autor em refletir sobre o Brasil mediante um novo ângulo, mais esperançoso em relação ao futuro. Uma obra característica desta virada no seu pensamento é *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, publicada em 1944. Este livro reúne uma série de cinco conferências proferidas por Afonso Arinos em 1941, em um curso oferecido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) aos seus funcionários.²¹⁷ O convite partiu do então diretor da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, primo do autor. Para José Murilo de Carvalho, esta obra é alheia às preocupações intelectuais dominantes no período, “*não se enquadrava na visão dorée do mundo (...) Era um livro destoante da produção dominante da década de 1930 e da própria obra de Afonso Arinos produzida até então e a produzir no futuro*”.²¹⁸ Mas o que tornava *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* uma obra tão particular?

²¹⁷ No Prefácio à 3ª edição desta obra, José Murilo de Carvalho afirma que o curso no SPHAN foi ofertado em 1938, mesmo ano de um outro curso oferecido pelo autor em Montevidéu. Mas, no Prefácio à 1ª edição, Rodrigo Melo Franco de Andrade data as palestras de Afonso Arinos nos meses de outubro e novembro de 1941. Acreditamos que o equívoco de Carvalho tenha se dado em razão do autor se basear unicamente nas informações dadas pelo próprio Afonso Arinos em seu livro de memórias. Em *A alma do tempo* (1961), Afonso Arinos afirma que *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* e *Síntese da história econômica do Brasil* (base do curso de Montevidéu e editado pelo Ministério da Educação em 1938 sob o título *Terra do Brasil*) foram resultado dos estudos feitos para a disciplina Civilização Brasileira ministrada por ele na Universidade do Distrito Federal, em 1936. Afonso Arinos omitiu o seu *Conceito de civilização Brasileira*, que foi publicado neste mesmo ano e serviu de base para suas aulas. Este livro representava, afinal, a face que ele queria esconder.

²¹⁸ CARVALHO, op. cit. pp. 12-13.

O conceito de patrimônio histórico e artístico que o SPHAN procurava passar aos seus funcionários era essencialmente material e Afonso Arinos soube traduzir esta orientação em um livro que oferecesse uma análise histórica das igrejas, casas, fortes, câmaras, ruas e demais criações urbanas. Ele se preocupou em interpretar as transformações materiais ocorridas no Brasil, sobretudo àquelas realizadas nas cidades, e que resultaram em uma nova feição dada à paisagem natural. Do exame da arquitetura e das técnicas de construção, a sua investigação avançou até a descrição do povoamento e da rede de estradas, caracterizando as atividades econômicas mais importantes da história do Brasil. A “civilização brasileira”, agora, não era mais aquela civilização rural que ele defendeu nos anos 1930, ela se urbanizava e industrializava, ela se modernizava.

Para Carvalho, entretanto, nesta obra ele não se afasta teoricamente daquela noção de “civilização” desenvolvido em *Conceito de civilização brasileira*. Se civilização, nesta obra de 1936, significava o domínio objetivo do mundo pela técnica, ou seja, as manifestações materializadas da cultura, então o conceito de “civilização material” seria uma redundância, uma vez que toda civilização seria, por definição, material. A hipótese de Carvalho é que o autor deve ter recorrido ao pleonasma por estar ciente que usava um conceito particular de civilização, estranho ao vocabulário comum.²¹⁹

Mas, acrescentamos que em *Conceito de civilização brasileira* Afonso Arinos diferenciou a técnica no campo material e no campo teórico. A primeira seria a capacidade do homem de se servir dos materiais tirados da natureza para empregá-los no aproveitamento da própria natureza. A segunda se referia à sistematização das ideologias e das investigações intelectuais para a sua transformação em regras de uso

²¹⁹ *ibidem*.

coletivo. Como as formigas que se servem de instrumentos da natureza para a construção de suas moradas, as “culturas inferiores” de africanos e indígenas se serviram de uma técnica elementar, essencialmente material, e construíram civilizações rudimentares, que não se afastaram muito das culturas primitivas que as geraram. Ao contrário, a “cultura superior” dos europeus levou ao desenvolvimento técnico no campo teórico, gerando uma civilização avançada. Por isso ele afirmava, nos anos 1930, que o Brasil tinha sido palco do encontro de duas culturas com uma civilização. A realização das culturas de africanos e indígenas através da técnica era tão insignificante, na sua interpretação, que não mereciam ser consideradas enquanto civilizações: eram culturas que precisavam ser exorcizadas, pois se mostravam alheias à “tradição” que se buscava preservar.

Portanto, quando Afonso Arinos fala em “civilização material” acreditamos que não se trata de um simples pleonasma. Embora a sua categoria de análise histórica não tenha ainda sofrido uma alteração substancial, o que interessa enfatizar é que ele tentou integrar a dinâmica das diferentes etnias que constituíram o Brasil. Se nos anos 1930 ele desprezou as realizações técnicas que os negros e os índios legaram à “civilização brasileira”, por se restringirem ao “campo material”, nos anos 1940 ele procurou englobar as suas contribuições através deste conceito de “civilização material”. É notável o seu esforço para ampliar as manifestações de civilização no Brasil e compensar a sua insensibilidade, característica dos anos 1930, para perceber a inequívoca contribuição das culturas africanas e indígenas na constituição do país.

Desenvolvimento da civilização material no Brasil é representativa desta segunda fase da historiografia de Afonso Arinos, pois ele abandonou o determinismo racial que caracterizou as suas obras dos anos 1930. Ele não mantém, por exemplo, o

conceito de “resíduo afro-indígena” para caracterizar os afastamentos da nossa civilização em relação à européia. Ele esclarece que “quando falamos em resíduos negros ou índios estamos lembrando as outras forças que vieram se juntar àquele complexo [luso], para impulsionarem a civilização brasileira”.²²⁰ Se antes negros e índios eram vistos como entraves à civilização, agora são tomados como seus impulsionadores. Ele chega mesmo a afirmar que “é possível que alguns traços incorporados ao conjunto da nossa civilização, e que supomos de origem negra ou índia, sejam herdados, como os demais, de Portugal”.²²¹ Mas que, em razão do processo dinâmico da fusão das culturas, é quase impossível distinguir elementos culturais em estado puro:

*“Observamos do ponto de vista da nossa psicologia social, uma presença forte do negro e, também, embora muito mais atenuada, no índio. Mas reconhecemos tais presenças em conjunto, na medida em que nos sentimos diferentes dos portugueses. São elementos enriquecedores e diferenciadores da nossa personalidade nacional. Do ponto de vista da nossa civilização material nem isto observamos; ou, mais precisamente, nada observamos de certo, porque os elementos que podem ser de origem negra ou índia, também podem ser de origem portuguesa”.*²²²

Agora, os antigos resíduos afro-indígenas, que antes eram vistos como “bodes expiatórios” do nosso fracasso como civilização, são tomados como “*elementos enriquecedores e diferenciadores da nossa personalidade nacional*” e não há,

²²⁰ FRANCO, A. A. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 1ª ed. 1944. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1971. p. 15.

²²¹ op. cit. p. 18.

²²² op. cit. p. 19.

aparentemente, uma hierarquia de valores entre estes e os elementos portugueses. Em relação à nossa civilização material, ele enfatiza a contribuição do negro africano na nossa arquitetura através do adobe e da taipa, e se surpreende com a organização do Quilombo dos Palmares, que já contava com cacimbas para águas, típicas da “civilização negra”, paliçadas externas de defesa, comuns entre os indígenas, e uma enorme quantidade de casas.²²³ Para Afonso Arinos, a civilização material do Brasil deve ser entendida no seu complexo português, africano e indígena, mas ele reconhece que “a sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura”, por isso seria tão difícil identificar, separadamente, os elementos negros e índios presentes na nossa civilização material.²²⁴

Tendo publicado *Conceito de civilização brasileira* em 1936, no mesmo ano, portanto, em que aparecia *Raízes do Brasil*, Afonso Arinos não teve tempo de debater o seu conceito com o clássico de Sérgio Buarque de Holanda. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, publicado em 1944, pode ser o resultado do diálogo tardio com a obra de Holanda. Em 1936, ambos concordaram com a “irracionalidade da alma brasileira”, aparente nos hábitos pessoais e na vida pública. Ambos descreveram o brasileiro quase da mesma forma: imprevidente, dissipador, aventureiro, desorganizado, indisciplinado e avesso à lei, incompetente para discernir o público do privado. Mas, para Holanda, esta situação não se devia aos resíduos históricos afro-indígenas, mas aos resíduos históricos portugueses. Além disso, Holanda não via a urbanização e a industrialização como um mal trazido pela República mestiça, mas como parte da “revolução brasileira”.

²²³ op. cit. p. 20.

²²⁴ op. cit. p. 24.

Provavelmente influenciado por Holanda, Afonso Arinos inverte o seu argumento: se antes se atribuiu ao índio o despreço pela terra, o que teria impossibilitado o Brasil de viabilizar qualquer projeto de superação da miséria pelo aumento da produção rural (onde havia mais sangue europeu, Afonso Arinos dizia em 1936, predominava a pequena propriedade), agora o autor nos surpreende com conclusões como estas:

*“Vivendo embora principalmente dos frutos da terra, o português tinha por ela um apego medíocre (...) Pouco amigo da terra, esforçando-se, mesmo, por libertar-se da sua sujeição, o português veria sempre na atividade agrícola uma espécie de espera, uma ocupação forçada pelo fato de não ter ainda encontrado o que ele mais procurava: o ouro e as pedras”.*²²⁵

Se antes Afonso Arinos atribuiu ao negro e ao índio o gosto da ostentação, que teria levado a República brasileira aos gastos suntuosos na urbanização das cidades e ao abandono do campo, agora esta característica é atribuída ao próprio português:

“Um característico psicológico do português, que deve ter entrado como força componente da nossa civilização material, é o gosto da ostentação (...) Desde cedo, em Portugal, talvez por contágio mouro, foi largo o uso dos metais preciosos nos utensílios domésticos (...) Com os primeiros sucessos marítimos no continente africano, as riquezas aumentaram e, com elas, o luxo. Nas vésperas do descobrimento do Brasil difundiam-se enormemente, não

²²⁵ op. cit. p. 13.

só na nobreza como também no povo, o gosto e o hábito da ostentação".²²⁶

Afonso Arinos buscava ser contemporâneo de sua própria época, política e intelectualmente. A tendência do seu presente era ser otimista em relação à República, pois a “revolução brasileira” era sobretudo uma ação democrática e republicana. Como Sérgio Buarque já havia apontado nos anos 1930, Afonso Arinos percebia agora que o Brasil vivia a plena mudança de uma sociedade rural, espontânea, marcada por privilégios familiares e de base agrária (a “sua” sociedade), para uma sociedade urbana, capitalista, industrial, mais regrada e artificial. Se nos anos 1930 ele resistiu a estas transformações e à mobilidade da vida, suas obras das décadas de 1940 e 1950 denotam que a superação da nossa cultura ibérica era um processo não só inevitável, mas necessário para avistarmos um futuro mais otimista em relação à incorporação dos novos contingentes da população à cidadania.

Tal qual Sérgio Buarque, Afonso Arinos encontrou no centro destas mudanças o desenvolvimento das cidades e na vinda da família real portuguesa para o Brasil a origem das transformações. Em 1808, a continuidade dos padrões coloniais viu-se ameaçada pela primeira vez: “*A estada da Corte no Rio de Janeiro foi a origem de uma transformação profunda da civilização do Brasil*”.²²⁷ Ele percebeu no crescimento dos centros urbanos a abertura de um novo horizonte para o Brasil, pois proporcionou “*o arejamento da mentalidade colonial*”, mesmo que o poder dos senhores rurais continuasse prevalecendo: “*Naturalmente, a evolução do modo colonial de pensar e*

²²⁶ op. cit. p. 22.

²²⁷ op. cit. p. 107.

*sentir resultou da vinda da Corte, mas num país da vastidão do Brasil as suas conseqüências não podiam ser rápidas”.*²²⁸

Sem citar *Raízes do Brasil*, Afonso Arinos percebeu na passagem da economia açucareira para a cafeicultura, sobretudo em São Paulo, a aceleração das transformações em direção ao aniquilamento das raízes ibéricas da nossa cultura. O cafeicultor paulista era morador da cidade e fazia da sua fazenda uma empresa agrícola industrial, substituindo a mão-de-obra escrava pelo imigrante livre. Em *Desenvolvimento da civilização material do Brasil* ele menciona tal fato como decisivo para o novo panorama que se firmava sem, no entanto, estendê-lo:

*“A civilização do café imperial foi a réplica meridional brilhante e o encerramento da era agrícola escravocrata e latifundiária brasileira, iniciada no século XVI com as plantações de cana no litoral nordestino. O café do fim do Império e da República, baseado, na zona de sua maior expansão, no trabalho do imigrante assalariado, se apresenta sob aspectos sociológicos completamente distintos e dá por isso origem a uma civilização material muito diversa (...) Mas o apogeu deste movimento, inclusive a transformação da cidade de São Paulo, em uma das grandes do mundo, escapa já ao século XIX e, portanto, ao nosso curso”.*²²⁹

É claro que para um intelectual orgânico das elites aristocráticas do passado, como o era Afonso Arinos, a constatação de que o seu mundo estava “morrendo” não poderia ser feita sem um indício de lástima, um sentimento de perda que a sua revisão da História não conseguiu superar. Mas a sua resistência, como bem previu Sérgio

²²⁸ op. cit. p. 110.

²²⁹ op. cit. p. 127.

Buarque ao supor que os portadores do passado ibérico certamente reagiriam à “revolução vertical” que os expurgaria, manifestou-se apenas como um fundo sentimental e místico, sem se traduzir diretamente “*em formas de expressão social capazes de restringir ou comprometer as esperanças de qualquer transformação profunda*”²³⁰, como Afonso Arinos tentou nos anos 1930. O seu esforço intelectual e político para modernizar as elites dirigentes do seu tempo, a partir dos anos 1940, foi notável e ele deve ser reconhecido por isso.

Afonso Arinos se define, nesta segunda fase, como um democrata liberal. Esta era a imagem que ele procurava construir publicamente e a marca das suas ações como político. Ele defendeu o princípio jurídico da neutralidade democrática e inspirou-se nas burguesias revolucionárias francesa e americana. Sua historiografia buscou adequar o seu pensamento ao tempo histórico brasileiro, e não europeu. Ele reinterpretou o passado e vislumbrou um novo futuro para o Brasil. Ele tentou se libertar do domínio do passado e da submissão aos determinismos sociais. A sociedade brasileira não estava mais condenada a repetir ou continuar o que o passado lhe legava.

As mudanças que Afonso Arinos avistava no horizonte de expectativas de sua época com a emergência das novas classes, de novos sujeitos históricos, com a urbanização cada vez mais acelerada, com o predomínio das grandes indústrias e com a emergência de um novo estilo de vida, provavelmente mais “americanizado”, não poderiam atropelar o presente sem que este estivesse preparado para recebê-las. Isto significava que as elites tradicionais brasileiras deveriam acompanhar o ritmo destas mudanças sem se opor a elas, mas garantindo a sua própria inclusão no processo. O seu

²³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1ª ed. 1936. SP: Companhia das Letras, 1995. p.181.

temor era que elas perdessem o “trem da História” e fossem definitivamente excluídas da política nacional caso permanecessem inflexíveis. Ele queria a conciliação: as elites tradicionais deveriam se aproximar das novas classes e o Estado deveria estar mais atento às necessidades da população. Revendo a sua solução autoritária e fascista dos anos 1930, Afonso Arinos se posicionou no lugar da transição do antigo regime aristocrático para a nova ordem democrática. Ele queria representar o seu grupo nesta transição e efetivar a sua “modernização”.

Mas, afinal, o que de concreto Afonso Arinos propunha para a atualização das elites aristocráticas do passado? O que significava, para ele, a sua “modernização”? A biografia de seu pai, que estudaremos no próximo tópico, propunha revelar uma proposta de ação para estas elites. Afrânio de Melo Franco representaria para o Brasil a perfeita tradução da mudança que as elites tradicionais deveriam realizar.

Afrânio de Melo Franco e a conciliação entre as elites

Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo foi escrito entre 1944 e 1955. Foi publicado pela Coleção Documentos Brasileiros exatamente 18 anos depois que esta mesma coleção lançou *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, em 1937, considerado um marco na carreira literária de Afonso Arinos. Para os editores da Livraria José Olympio, a publicação desta biografia foi a prova definitiva do espírito de historiador que sempre acompanhou o autor. A obra não trata apenas da vida de um personagem importante da política brasileira. Para os editores, a documentação copiosa,

em grande parte inédita, utilizada por Afonso Arinos, foi interpretada com argúcia e originalidade, permitindo a composição de um vasto painel da história brasileira.

De fato, é com esta obra que Afonso Arinos inscreve o seu nome entre os historiadores mais prestigiados do período, num tempo em que a biografia era considerada um caminho digno para a entrada no mundo das interpretações históricas. O “Afonso Arinos historiador” é reconhecido principalmente por sua obra biográfica. Nela estão presentes os fundamentos essenciais da ciência histórica da época em que cada livro foi escrito. Em *Um Estadista da República*, além da preocupação com as fontes, está explícita uma concepção do fazer histórico mais interpretativo que factual. A composição dos capítulos do livro comprova o esforço de Afonso Arinos nesse sentido. Os tópicos alternam a narração minuciosa dos episódios com a sua interpretação.

Uma biografia era apreciada, de acordo com a normatividade do gênero na década de 1950, se aliasse à análise de uma documentação abundante e à interpretação dos fatos com o critério histórico, a expressão da vida interna do biografado, manifestada numa necessária retórica literária. Não havia nesse jogo narrativo um conflito metodológico. A obra biográfica era histórica na sua essência, segundo a concepção dos críticos. Mas o gênero, por ser fundamentalmente a história de uma vida, permitia uma flexibilidade maior na análise do “fato interior” do biografado.

Em *Um Estadista da República* é possível notar como Afonso Arinos manteve um diálogo aberto com os recursos literários disponíveis, levando Pedro Nava a afirmar que na escrita biográfica do amigo estão as melhores páginas do seu estilo literário de “mestre da frase a um tempo clara e barroca, cristalina e suntuosa”.²³¹ Afonso Arinos não abriu mão da *imaginação criadora* na composição do livro e, em alguns momentos,

²³¹ NAVA, op. cit. p. 42.

nos deparamos com diálogos diretos entre os personagens. Este recurso foi muito utilizado nas biografias romanceadas dos anos anteriores e era uma estratégia útil para envolver o leitor na trama. A “imaginação criadora” do autor também está presente na descrição minuciosa dos cenários, do mobiliário, do vestuário, dos gestos e hábitos de comer, viajar e se portar.

Mas, este acesso à literatura não significou o trânsito livre em direção a uma narrativa romanceada ou ficcional. Para Afonso Arinos, uma biografia se faz com as técnicas da historiografia. Ela trabalha com normas, está presa à verdade documental dos depoimentos orais e também à memória. O debate em torno do método biográfico influenciou de alguma forma a sua produção. Ele fez uma “biografia histórica psicologizante”, mas utilizou a sua “arte de escrever” mais a favor da história que da literatura. Ele deixou transparecer um esforço em elevar o gênero biográfico à altura da “ciência histórica”. Isto está presente na sua preocupação com os arquivos, com os depoimentos, com a leitura de outras obras de caráter histórico e biográfico, enfim, com todo o aparato metodológico que garantiria à história o *status* de “científica”. Não foi sem razão que a sua primeira tarefa após a resolução de escrever a biografia foi ordenar a documentação pessoal do pai. Desconhecendo as técnicas arquivísticas, Afonso Arinos organizou por si mesmo os documentos, distribuindo-os cronologicamente e, dentro do tempo, separando-os por assuntos. É esta a própria estrutura do livro: sua organização é cronológica, mas subdividida por tópicos temáticos.

O que podemos inferir do método biográfico de Afonso Arinos também está presente nas suas referências às duas obras modelares, para ele paradigmáticas, que compõem o contexto pertinente do livro: *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*, de Joaquim Nabuco, publicada em 1897, e *Vida de*

Samuel Johnson, de James Boswell, publicada em 1791. A referência ao livro de Nabuco é direta, não só em razão do título, mas também por serem ambas “literaturas da paternidade” ou biografias de pais ilustres. A alusão ao livro de J. Boswell está presente na introdução de *Um Estadista da República*. Afonso Arinos afirma que *Vida de Samuel Johnson* é seu “exemplo insuperável” de biografia. O seu *Estadista da República* mantém uma relação estreita com estas duas obras.

Na concepção de biografia de Boswell, o biógrafo fica livre para avançar sobre a vida doméstica do biografado e realizar uma investigação íntima da sua trajetória. A apreensão da vida cotidiana do personagem se dá através de uma *rede de proximidades* tecida pelo biógrafo. Boswell era secretário de Samuel Johnson e o acompanhava em suas viagens e no dia-a-dia. Era capaz de perceber o impacto dos episódios na alma de Johnson, seu humor, seu espírito. A “fórmula boswelliana” poderia ser definida como “*fazer reviver, unir ao relato a descrição pitoresca, multiplicar as cenas para produzir a ilusão de movimento e a impressão da presença, tentar atingir a verdade total, não somente através da imparcialidade do ponto de vista, mas também através da riqueza documental e da extensão da camada verbal*”.²³²

Afonso Arinos apropriou-se do método de Boswell em sua biografia sobre seu pai. Na introdução da sua obra, ele defende a idéia de que a parcialidade é inerente ao gênero biográfico e confirma esta tese citando uma passagem da *Vida de Samuel Johnson* onde Boswell afirma que ninguém pode escrever a vida de um homem se não tiver comido, bebido e vivido com ele. Em várias oportunidades no livro Afonso Arinos faz o papel de “testemunha ocular” dos fatos narrados, enfatizando sua “rede de

²³² WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: a escrita das biografias de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1994. p. 44 (Tese de doutorado em Literatura Brasileira).

proximidade” com o personagem²³³. Ele esteve presente em importantes momentos da vida pública de Melo Franco, acompanhou-o em viagens, realizou trabalhos de secretário, testemunhou como a sua voz se transformava nos discursos, como era arrebatado por um descomedimento nervoso ao ser ferido ou desrespeitado, sabia o que o irritava e o que o emocionava. Na vida privada, sentiu com ele a morte dos familiares, compartilhou seus problemas e aflições. Enfim, “comeu, bebeu e viveu” com seu biografado.

Com o livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, a obra de Afonso Arinos também manteve um diálogo metodológico. Assim como Nabuco traçou um painel da política imperial brasileira ao mesmo tempo em que narrou a vida do pai, Afonso Arinos também pretendeu oferecer em sua obra “*um painel de narração, interpretação e crítica do primeiro meio século de vigência do regime republicano no Brasil*”.²³⁴ A obra de Joaquim Nabuco é uma referência tão fundamental para Afonso Arinos, que ele se apressa em justificar quando seu livro se afasta do modelo. Ao fazer os “retratos escritos” dos personagens políticos da época, ele lamenta não poder oferecer as “telas admiráveis”, os “fortes retratos humanos” que Joaquim Nabuco expõe no seu livro. Isso porque, Afonso Arinos justifica, ele tem de traçar o perfil de personalidades ainda vivas à época em que ele escrevia o livro, ao contrário de Nabuco, que se beneficiou dos traços definitivos e afastados de controvérsias e paixões, propiciados pela morte dos personagens. Por isso, ao tratar dos vivos, Afonso Arinos

²³³ Na introdução, Afonso Arinos afirma: “*Homem feito, casado, com filhos, tendo acrescentado às atividades literárias o estudo do Direito Constitucional, no preparo de um concurso de catedrático, fiquei mais próximo ao seu [de Melo Franco] campo habitual de preocupações, e era natural que nossos espíritos encontrassem novos laços de aproximação. Ele vinha sempre à minha casa – mais do que eu à sua, porque nunca fui muito de sair à noite, hábito que era seu – e conversávamos, às vezes, os dois, até horas tardias, ‘à batons rompus’, como dizem os franceses*” (FRANCO, A. A. *Um Estadista...* op. cit. p. XIX).

²³⁴ op. cit. p. XV.

adotou a estratégia de enfatizar mais a narrativa de episódios e menos a apreciação de personalidades. Mas ele lembra que, às vezes, os episódios vividos e provocados por um homem podem ser o elemento mais revelador da sua *psicologia*.

Na narrativa de Afonso Arinos, ele não só ordenou os inúmeros eventos da vida de seu biografado, dando unidade e coesão à sua trajetória e personalidade, como também configurou o seu mundo histórico. Ele partiu de um evento intelectual e individual para descobrir, no seu interior, um modelo de ação para as elites políticas de sua época. Como as elites tradicionais que Afonso Arinos se empenhava em amodernar, Afrânio de Melo Franco também agiu no interior da luta de duas épocas, em um contexto de formação das novas correntes políticas em Minas Gerais. Em seu tempo também colidiam duas tendências antagônicas: dos republicanos históricos e dos adesistas monárquicos.

Os republicanos históricos do final do século XIX representavam a zona agrícola do café, e os adesistas monárquicos se identificavam com a decadente mineração. Os primeiros lutavam por uma participação política condizente com seu poderio financeiro, os outros tentavam permanecer ativos politicamente, alheios ao próprio declínio econômico:

“A luta dos republicanos históricos contra os adesistas não passava, afinal, da luta entre duas regiões econômicas de Minas, pela supremacia política. A zona agrícola, fundada no café, tentava arrebatá-lo das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração, como de fato o fez, mais tarde. Ora, a Mata e o sul eram precisamente as zonas agrícolas

*novas, cuja expansão econômica estava exigindo poder político”.*²³⁵

Os republicanos históricos eram como os novos agentes industriais e urbanos que, na época de Afonso Arinos, reivindicavam maior influência nas decisões políticas, ao passo que os adesistas monárquicos poderiam ser comparados à velha elite aristocrática que resistia a abrir mão dos seus privilégios e do poder político.

Politicamente, Afrânio de Melo Franco era filho de um adesista monárquico: Cesário Alvim.²³⁶ Ambos compartilhavam um caráter dúbio, uma indefinição no modo de ser, decorrente do fato de representarem os interesses políticos da nova Minas agrícola e pecuarista, mas psicologicamente serem da tradição da Minas do ouro e das pedras (e era mesmo esta a posição de Afonso Arinos em sua época). Em relação a Alvim, esta característica foi explicada pelo duplo contexto político em que ele atuou, o da Monarquia e da República. Já Afrânio era natural de uma cidade que, segundo Afonso Arinos, teria participado de dois ambientes distintos desde o século XVIII: o da pecuária e o da mineração. Esta particularidade da cidade de Paracatu teria configurado a dupla atmosfera cultural em que nasceu o seu personagem: a da vida requintada e luxuosa da mineração e da formação social igualitária da criação. Eram estas influências formadoras e contrastantes que explicariam os traços psicológicos de Afrânio de Melo Franco.²³⁷

Entretanto, a plasticidade necessária para agir nos novos tempos os diferenciava. Embora Alvim tenha aderido à República no alvorecer do regime, sofria a pressão dos

²³⁵ op. cit. p. 230.

²³⁶ Cesário Alvim era sogro de Afrânio de Melo Franco. Era fazendeiro e foi deputado em quatro legislaturas durante o Império. Adesista de última hora aos ideais republicanos, foi governador de Minas Gerais por indicação de Deodoro da Fonseca.

²³⁷ op. cit. p. 14.

republicanos históricos. Ele foi obrigado a renunciar ao governo de Minas, acusado de ser um representante das velhas estruturas monárquicas e de ter traído a tradição mineira de defesa da liberdade. Segundo Afonso Arinos,

*“Alvim era um produto daquela mentalidade e daquela psicologia quixotesca, vivendo num tempo em que começavam a dominar as forças históricas geradoras do outro comportamento político. Daí o seu desajustamento de idealista, num meio dominado por novas realidades que ele representava mas não exprimia, nem talvez entendia”.*²³⁸

Quando Afrânio ingressou efetivamente na política como deputado estadual, em 1902, Cesário Alvim já estava afastado da política e suas relações se restringiam ao contato familiar. Foram três os homens que, então, orientaram seus primeiros passos na vida pública: seu pai, Virgílio de Melo Franco; seu tio, Néelson Pimentel; e seu primo Eduardo Pimentel; todos de Paracatu. Afonso Arinos reconhece que esta era a mais legítima tradição oligárquica da política brasileira, pois Eduardo Pimentel continuava a política *“benfazeja e solícita”* de Virgílio em relação à terra natal, da mesma forma que este continuava a ação dos seus antepassados, tios, avô e bisavô:

“Eduardo Pimentel se filiara naturalmente à tradição do seu parente, Virgílio de Melo Franco, cuja longa vida pública e política se coroava agora numa espécie de senatoria estadual vitalícia. Virgílio ausente, em Belo Horizonte, tinha em Eduardo seu representante e continuador. E Eduardo teve em Afrânio seu discípulo e seguidor. A tradição da política familiar, política patriarcal, tão típica da formação brasileira, transmitia-

²³⁸ op. cit. p. 189.

se, assim, em Paracatu, do Império à República, como já se transmitira da Colônia ao Império".²³⁹

Em nota, Afonso Arinos ressalta que esta política familiar “*é um fato de nossa formação*”.²⁴⁰ No momento em que o autor escrevia estas páginas, era justamente esta tradição oligárquica e aristocrática das elites do passado que precisava ser superada. Ele ainda hesitava em subjugar-la, em romper com este passado ibérico como Sérgio Buarque tinha proposto em *Raízes do Brasil*. Por isso, Afonso Arinos ofereceu a esta elite uma nova identidade, para que ela pudesse continuar atuando na política brasileira.

Embora Afrânio preservasse em seu espírito o “*requinte*”, a “*polidez intelectual e social*” dos homens das regiões mineradoras no século XVIII (diferenciando-se, assim, da “*linha rígida e intolerante dos políticos da Mata*”), ele apresentava sempre sugestões inovadoras e progressistas para a política do período.²⁴¹ As suas posições liberais e modernas eram explicadas por sua vivência em outros meios. Antes de se tornar deputado estadual, Afrânio já havia atuado como secretário de legação do Brasil no Uruguai e na Bélgica, assim, “*a passagem pela diplomacia, os contatos com o meio e o pensamento estrangeiros, tinham acentuado as tendências naturais do seu espírito*

²³⁹ op. cit. p. 304.

²⁴⁰ ibidem.

²⁴¹ Um recurso muito utilizado por Afonso Arinos para dar identidade à personalidade de Afrânio foi o estabelecimento de um jogo de contrastes com outras personalidades do mesmo meio. Para muitos críticos, Afonso Arinos soube desviar a atenção para as demais personagens históricas, ampliando o seu mural histórico e evitando a acusação da exaltação apologética, explicável pela sensibilidade filial (ver MONTELLO, Josué. *Um político profissional: Rodrigues Alves*. Jornal do Brasil. RJ, 30/10/1973; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Um Estadista para a República*. Folha da Tarde. Porto Alegre, 10/02/1977 e BARBOSA, F. Afonso Arinos, historiador da República. In Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates. Brasília, 1981). Entretanto, não se pode negar que Afonso Arinos desfigurou e deformou pessoas e fatos do tempo de seu pai para melhor destacar a sua figura singular. Oswaldo Aranha, em correspondência enviada ao autor em 23 de julho de 1955, o acusa de escrever a sua obra com a técnica de contrafação da realidade: “o seu livro pinta um Brasil tão deprimido, triste, pequeno e medíocre e uma época tão insignificante, marcada por homens aventureiros, ignorantes e insensatos que, em verdade, meu caro, não seria difícil, nele e entre eles, destacar-se um homem que, com v. diz, ‘sua qualidade maior era mesmo a inteligência’ ” (Carta de Oswaldo Aranha a Afonso Arinos em 23/07/1955).

aberto e progressista, contrastando com a prudência excessiva daquele grupo político mineiro, mal saído do invólucro colonial de Ouro Preto".²⁴²

Afonso Arinos dirigia suas críticas aos tipos “*autoritário*” e “*semiditatorial*” que representavam o ruralismo brasileiro. Estes políticos “*matutos*” possuíam uma “*retórica provinciana*” e propunham soluções arcaicas para os problemas políticos. Era esta a própria elite que ele defendia nos anos 1930 e que agora queria modernizar. Afrânio era o “*intelectual*”, o “*bacharel da cidade*”, cujas propostas revelavam um acerto apenas teórico, pois o tempo “*do café, soberano único, do latifúndio, da monocultura na grande propriedade*” ainda não permitia a aceitação das teses daquele “*incessante precursor*”. Afrânio tomava a dianteira política na fase provincial da sua trajetória pública: “*Afrânio se dirigia ao futuro; a um futuro que ainda não chegou*”.²⁴³

Para Afonso Arinos, este futuro era, sobretudo, urbano e democrático. As divergências entre Afrânio e a maioria de seus colegas deputados se explicavam porque

“Um era o bacharel urbano, habitante da capital, antigo diplomata, deputado que chegara à Câmara sem ter sido vereador, nem presidente do Legislativo local, nem agente executivo; sem ter atravessado, em suma, os pontos de escala mais ou menos forçados para a ascensão política. Os outros, senão na totalidade pelo menos em enorme maioria, chegavam a Belo Horizonte com seus ternos de cerimônia ainda vincados pelas dobras, ainda cheirando à naftalina das arcas e baús. Residiam nos pequenos burgos municipais, quando não em fazendas dos distritos. Suas vidas, sua moral, sua cultura, estavam intimamente

²⁴² op. cit. p. 358.

²⁴³ op. cit. p. 443.

misturadas com os interesses, os preconceitos, as paixões locais”.²⁴⁴

Afrânio estaria nos antípodas da posição ruralista, embora economicamente se identificasse com ela: “*era o jurista, o teórico, o intelectual sempre afastado do contato direto com o eleitor rural*”. Entretanto, ele possuía um espírito capaz de dar forma aos “*impulsos desordenados que subiam do povo*”.²⁴⁵ Era preciso satisfazer as necessidades do corpo coletivo dos eleitores e, na Câmara federal, Afrânio de Melo Franco propôs vários projetos que atendiam as demandas populares. Ele colocou em discussão projetos como o da assistência à infância abandonada e da punição de delitos sexuais, especialmente o do tráfico de mulheres; votou favoravelmente ao projeto de lei que definia a carga horária dos trabalhadores operários em 8 horas diárias e proibia o trabalho noturno nas fábricas; preocupou-se com a situação jurídica dos índios e se empenhou na realização de reformas eleitorais apoiando, inclusive, o voto feminino. Embora muitas vezes o suporte a estas reformas não tenha passado de mera formalidade, e entrado em seu discurso como um artifício retórico e demagógico para conciliar diferentes interesses, para Afonso Arinos o pai possuía uma particular sensibilidade para perceber as mudanças que o presente impunha. Aos poucos ele se convenceu da necessidade de uma transformação das instituições brasileiras. Esta convicção o faria participar, mais tarde, da movimentação varguista em 1930. Afrânio notava que a estrutura política oligárquica não resistiria aos novos agentes econômicos e que era preciso conciliar os interesses das elites em jogo garantindo o equilíbrio dos estados:

²⁴⁴ op. cit. p. 447.

²⁴⁵ op. cit. p. 449.

*“A diversificação da economia nacional tornava impossível a manutenção da estrutura política, apoiado no tradicional binômio mineiro-paulista, que era, afinal, o binômio do café. A industrialização, embora incipiente, a imigração, a urbanização e outros fatores exigiam possibilidades maiores de intervenção nas decisões políticas, o que só se poderia dar com o aparecimento de um sistema eleitoral que assegurasse garantias de autenticidade ao sufrágio”.*²⁴⁶

Em *Um Estadista da República*, Afonso Arinos agencia aqueles episódios que são mais significativos para mostrar o “caráter jurídico”, o “liberalismo congênito” e o “republicanismo genuíno” das ações de seu pai. A “República ideal” para o Brasil, segundo o autor, era a norte-americana, pois havia conseguido lidar com o tema do relacionamento entre virtude e extensão geográfica através da fórmula do federalismo. Para Afonso Arinos, o esforço de Afrânio durante toda a sua carreira foi assegurar, juridicamente, a unidade política e econômica dos estados sem abafar a diversidade. A República Federativa, tal qual a norte-americana, bastava para garantir a homogeneidade política no meio da variedade dos interesses econômicos e das circunstâncias e costumes da população. A luta de Afrânio foi, segundo seu filho, para assegurar o desenvolvimento da pluralidade dos interesses dos estados e de suas elites dentro da legalidade das instituições, mantendo a imprescindível unidade nacional.

A “República real”, entretanto, era personalista, violenta, despreocupada da legitimidade do poder e atraída pela demagogia que imperava no espírito dos homens públicos (inclusive no de Afrânio, mas Afonso Arinos não queria ou podia perceber

²⁴⁶ op. cit. p. 1053.

isso). Afrânio era o “político ideal”, pois mesmo nos momentos de efervescência política e de tumultuosas transformações, conservava os traços do seu feitio “ordenado”, “claro”, “lúcido” e suas qualidades de líder parlamentar. Num ambiente hostil às leis, ele permaneceu coerente com seus princípios jurídicos, mesmo que para isso tivesse que se omitir. Estas características deram identidade à personalidade de Afrânio e, ao mesmo tempo, compuseram o conjunto de virtudes consideradas necessárias à classe dirigente da República brasileira. Afrânio de Melo Franco conseguiu reunir um conjunto de características morais que fez dele uma singularidade em sua época e, para Afonso Arinos, um verdadeiro “estadista” da República. Seu papel era o de transformar a sua verdade em vontade nacional, harmonizando os interesses elitistas sob o discurso de que “dava forma aos impulsos desordenados que subiam do povo”.

Ao escrever a biografia de seu pai, portanto, Afonso Arinos pretendeu ressaltar a trajetória de um político que soube se desprender das amarras de um partido oligárquico, no qual teve início a sua carreira, para alçar-se na vida política nacional em um momento que parecia ser de transformações. Ele abandonou aquela organização viciosa onde não havia oposição e o poder estava nas mãos de um grupo sem personalidade política. Seus companheiros na Câmara provincial eram figuras inexpressivas, que viviam no esteio da vontade da máquina pública e do mandonismo, representantes do patriarcalismo e do caudilhismo. Afrânio não queria comandar, mas conduzir; não queria discorrer, mas estudar; não queria ser um simples líder político, mas um parlamentar.²⁴⁷ Afrânio era o “estadista” da República na medida em que se ocupava da administração dos “interesses públicos”, que eram os interesses dos

²⁴⁷ op. cit. p. 383.

diferentes grupos elitistas. Ele conciliava a “*inauguração do futuro*” com o “*aproveitamento do passado*”, harmonizando as novas necessidades da economia nacional com os valores humanos do passado. Por “*aproveitamento do passado*” Afonso Arinos entendia o prestígio de homens como seu pai, cujo significado político estava na contribuição intelectual que poderia prestar. Com a expressão “*inauguração do futuro*” ele se referia à necessidade de políticas públicas que não restringissem os incentivos ao café e nem atentassem contra a liberdade industrial.²⁴⁸

Quando Afonso Arinos comparava a atuação política do pai com outros políticos de renome, como Rui Barbosa, Teixeira de Freitas e Joaquim Nabuco, era a capacidade de se ajustar ao seu tempo que os diferenciava: “*se ele não podia criar juridicamente o futuro, como Teixeira de Freitas, nem construí-lo politicamente, como Rui; se não lhe era dado reviver o passado, como Nabuco, mais do que os três pôde compreender o presente. Daí o seu constante ajustamento ao tempo em que viveu*”.²⁴⁹ O “estadista” ideal de Afonso Arinos, encarnado na figura do pai, é um homem afinado com o seu presente: “*precisa ser realista, agir seguindo a linha predominante no seu tempo*”.²⁵⁰ Apesar de Afrânio de Melo Franco ter se formado no campo tradicional e conservador da política estadualista, Afonso Arinos enfatizava que ele nunca foi uma expressão dela, embora defendesse o seu interesse. Todo o seu livro procura mostrar como seu pai foi uma figura marginal, diferente nos hábitos e discordante nas opiniões dos padrões vigentes. Esta característica explica “*a fácil sinceridade com que aderiu, apesar de*

²⁴⁸ op. cit. p. 468.

²⁴⁹ op. cit. pp. 1617-1618.

²⁵⁰ op. cit. p. 771.

idoso, aos propósitos renovadores dos mais jovens, dos homens da geração do filho".²⁵¹

Era esta força plástica que Afonso Arinos procurava oferecer à elite dirigente de sua época. Se a história não era mais a conservação e repetição de um passado que se queria preservar, as qualidades do político ideal seriam também atualizadas de acordo com a situação presente. É preciso ressaltar que Afonso Arinos não estava à procura de um “novo Afrânio de Melo Franco”. A tendência do seu presente era de ruptura com a política personalista e caudilhista de Getúlio Vargas. As qualidades do “estadista” eram antes as de uma elite, as disposições que a elite deveria e precisaria ter. Segundo Lattman-Weltman, “*é no enfrentamento com o sentido estratégico do papel das elites que a ativação dos atributos do líder irão se mostrar mais urgentes do que nunca, em que sua eventual não-emergência irá detonar o alarme da incongruência entre o desejo e sua efetivação, entre o que é e o que deveria ser*”.²⁵²

A proposta modernizadora de Afonso Arinos para as elites tradicionais era que elas se arregentassem em torno de uma identidade partidária – a UDN – que soubesse conciliar os seus interesses com os da nova elite em ascensão (as “classes médias”). Afonso Arinos definiu a UDN como “*o partido com a cabeça na cidade e o corpo no campo*”.²⁵³ A legenda reunia tanto os coronéis conservadores, nas áreas rurais, quanto a classe média liberal, nas cidades. O programa do partido era decidido nos gabinetes, mas na hora do voto, quem decidia era o sertão.²⁵⁴ A UDN conseguiu fazer com que as elites aristocráticas do passado se harmonizassem com as classes médias. Como Afrânio de Melo Franco, ela proporcionou a unidade das elites na sua própria diversidade. A

²⁵¹ op. cit. p. 1372.

²⁵² LATTMAN-WELTMANN, op. cit. pp. 48-49.

²⁵³ BENEVIDES, op. cit. p. 213.

²⁵⁴ *ibidem*.

tese sustentada por Benevides e outros estudiosos da história do partido é a das “várias UDNs”. Para esta autora,

*“A UDN pode ser considerada ‘partido das classes médias’ no sentido de que era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias – nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares – sobretudo através das denúncias de ‘proletarização’ e da corrupção administrativa. Era o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais das classes médias na história brasileira. Mas, em termos de defesa de interesses econômicos a UDN expressava, também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terras e da indústria aliada ao capital estrangeiro”.*²⁵⁵

Daí a UDN contar, em seus quadros parlamentares, com uma maioria de proprietários rurais. Como Afrânio de Melo Franco, a UDN se caracterizaria pela sintonia com o avanço histórico, pela sensibilidade para perceber as necessidades do presente:

*“A principal qualidade da UDN como agremiação política reside na sua extrema liberdade de movimento, que permite ao partido, sempre que se faça conveniente, adaptar seu programa às necessidades do povo brasileiro, sem os desajustamentos que ocorrem aos partidos presos a ideologias ou doutrinas rígidas, e sem compromissos de apoio incondicional ou de oposição sistemática ao governo estabelecido”.*²⁵⁶

²⁵⁵ op. cit. p. 217.

²⁵⁶ Convenção Nacional da UDN, 1946. In BENEVIDES, op. cit.

As qualidades extraordinárias que Afonso Arinos atribuiu à Afrânio de Melo Franco (que poderíamos considerar bem próximas ao carisma pessoal), mesmo quando estendidas a um corpo político mais amplo (e transformadas em “carisma de função” que, na definição de Weber, seria uma derivação institucional do carisma pessoal), como um partido, não conseguia romper a propensão demagógica da sua idéia de democracia e de liberalismo e, além disso, reforçava o elitismo característico do seu pensamento. Mais do que uma figura retórica, as “aspirações liberais-democráticas” da UDN eram um artifício para *“fazer corresponder convicções liberais (abstratas) com propósitos democráticos (concretos), independentemente dos interesses reais – secretos que sejam – de seus porta-vozes”*.²⁵⁷ Ao atribuir a Afrânio de Melo Franco a qualidade de se antecipar aos “anseios populares”, Afonso Arinos reiterava a tese da “presciência das elites”, revelando os limites da sua revisão histórica.

²⁵⁷ FRANCO, A. A. *Um Estadista da República...* op. cit. p. 247.

CAPÍTULO IV

A MARCHA PARA O POVO, CONTRA O POVO

Os grandes movimentos históricos do Brasil foram, invariavelmente, controlados, orientados e inspirados pelas elites, que souberam compreender com generosidade as necessidades populares e canalizar com sabedoria o seu desenvolvimento.

Afonso Arinos, 1965.

Afonso Arinos e os anos 1960/70: a “falência das elites” e a evasão da História

Em 1958, Afonso Arinos foi eleito para o Senado como o candidato mais votado da história do Rio de Janeiro até então. Este sucesso nas urnas foi o resultado de uma aproximação com os eleitores inédita na sua carreira pública. Do “caminhão do povo” ele discursava para centenas de pessoas, que conheceram a sua oratória famosa e, até aquele momento, restrita aos salões da Câmara. Respondendo aqueles que achavam inesperado que um aristocrata da sua estirpe usasse os artifícios populistas que tanto havia combatido, Afonso Arinos dizia que esta campanha tinha sido uma das maiores alegrias da sua vida, pois nunca havia experimentado uma coisa tão estimulante como

este contato com o povo.²⁵⁸ Ele percorreu toda a periferia do Rio de Janeiro, subiu os morros, freqüentou botequins e até rodas de samba! Uma atitude impensável 30 anos antes.

Esta mudança de estratégia política se relacionava com o advento do “povo” como sujeito histórico, e que já havia dado provas da sua força, principalmente com a mobilização a serviço da “soberania nacional”.²⁵⁹ Além disso, desde os anos 1950 ninguém duvidava da existência da nação brasileira, já não era mais necessário investigar os seus sinais na “psicologia” ou no “caráter” da população. Foi neste esquema nacional-popular que dominou até o início da década de 1960 que Afonso Arinos “ajustou” o seu discurso político.

Sua proposta, entretanto, não manteve uma identificação imediata com a produção das principais instituições e movimentos que levaram adiante a “marcha para o povo”, como o ISEB, os marxistas nacionalistas ou a esquerda católica. Para Afonso Arinos, estes movimentos eram expressões do “mito libertário da sociedade civil”. Ao Estado brasileiro ainda cabia o dever de modelar a nação e “domesticar” as atitudes políticas do povo. Contraditoriamente, pois o “povo” visto como sujeito histórico é capaz de se organizar em função daquilo que almeja, Afonso Arinos acreditava que os

²⁵⁸ “Esta campanha foi uma das maiores alegrias que já tive na vida. Nunca vivi uma coisa tão estimulante, tão fantástica. A noite com que encerramos a campanha foi uma das coisas mais embriagadoras. Saímos do subúrbio e, quanto chegamos aqui na zona sul, Copacabana estava iluminada, aqueles edifícios cheios de gente, as janelas abertas, o pessoal gritando e acenando para nós. Uma coisa impressionante! Ganhei em toda parte. Tive a maior votação que o Rio de Janeiro já tinha dado até aquela data. Foram quase 500 mil votos, mais do que Getúlio” (Entrevista concedida a Aspásia Camargo. In CAMARGO, Aspásia et alli. *O intelectual e o político...* op. cit. p. 155). Nesta mesma entrevista, Afonso Arinos reconheceu o estranhamento causado pela sua participação nesta campanha e contou que uma caricaturista do jornal *Última Hora* brincou com o insólito viés populista do aristocrata: “[Ela] me botou com um barrigão, descendo de um Cadillac enorme, um chofer abrindo a porta e dizendo para mim: ‘Deputado, pode subir no caminhão’” (op. cit. p. 156).

²⁵⁹ Para Pécaut, “dois episódios marcam simbolicamente a conjunção do nacionalismo com a participação popular: a campanha que culminou na criação da Petrobrás, a companhia nacional de petróleo, em outubro de 1953, e a emoção desencadeada pelo suicídio de Vargas” (op. cit. p. 99).

políticos deveriam assumir o papel de redirecionar as aspirações dos movimentos populares e representar o que havia de “mais elevado no espírito do povo” e dar a eles um corpo e uma voz.

A historiografia de Afonso Arinos nas décadas de 1940 e 1950 tentou responder os desafios que o seu presente impunha às elites aristocráticas do passado. Como historiador e militante político, ele propôs uma nova identidade para este grupo, mais condizente com o momento histórico em que se vivia. Afonso Arinos teve força plástica para rever a sua posição autoritária e fascista dos anos 1930 e se transformar em um dos representantes mais autênticos da ambígua liberal-democracia brasileira. Ele propôs a associação das elites agrárias tradicionais com o escol urbano e industrial emergente através de uma legenda política única, a União Democrática Nacional.

Entretanto, na década de 1960, a UDN se defrontou com as suas contradições intrínsecas e originárias. Afonso Arinos percebeu neste momento que a sua unidade partidária era puramente ilusória e formal. Uma instabilidade política e social foi gerada pela renúncia de Jânio Quadros, mas ela não decorria da luta ideológica dos partidos uns contra os outros, e sim dos conflitos dentro dos próprios partidos. A divisão da UDN revelava a impossibilidade da conciliação das elites em um meio democrático, pois elas haviam perdido a sua coerência interna. Afonso Arinos lamentava que o partido sucumbisse aos interesses minoritários e mais retrógrados da sociedade e se tornasse um veículo de reação cada vez mais antidemocrático, pois não conseguia conciliar os interesses divergentes das elites. Então, qual seria a nova fórmula, o novo instrumento que garantiria o equilíbrio das estruturas políticas históricas no momento em que as elites degeneravam?

Diferentemente dos anos 1940 e 1950, quando a historiografia de Afonso Arinos buscou dar uma identidade partidária à elite aristocrática do passado através da conciliação de seus interesses com as novas elites urbanas, ignorando a participação popular no jogo democrático, nos anos 1960 e 1970 o seu pensamento procurou pesar o “povo” como uma entidade sociológica que se apresentava sob as formas da instituição jurídica do eleitorado. O dever das elites neste momento em que havia um alargamento das bases populares da democracia era se juntar ao povo e realizar os seus desejos de reforma social atentando para que não incorressem nas radicalizações esquerdistas. As elites deveriam “*incorporar-se ao esforço de preservação dos valores democráticos, através da única forma possível, que é a da colaboração no progresso social*”.²⁶⁰

História do povo brasileiro: fase nacional (1967) e *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973) foram as principais obras historiográficas de Afonso Arinos publicadas neste período e que selecionamos para análise nesta quarta e última parte de nossos estudos. Paralelamente, citaremos também *A alma do tempo*, seu livro de memórias publicado em 1961 e alguns de seus artigos escritos para o *Jornal do Brasil* entre 1963 e 1965 e publicados em *Evolução da crise brasileira* (1965). Estes artigos refletem as posições assumidas pelo autor no momento em que se desenrolavam os acontecimentos mais convulsivos da história política brasileira.

Nos primeiros anos da década de 1960, Afonso Arinos encontrou o equilíbrio mais profícuo entre o intelectual e o político. Ao mesmo tempo em que foi chefe das delegações do Brasil às Assembléias Gerais das Nações Unidas (1961 e 1962) e à Conferência do Desarmamento (1963), e Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, ele foi também um pensador, um teórico histórico-jurídico dos

²⁶⁰ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965. p. 99.

fundamentos das relações entre os países, tornando-se uma referência incontestada da diplomacia brasileira. Ele defendeu a autodeterminação dos povos, a descolonização, a solidariedade continental e o desarmamento. Numa palavra, a sua política externa foi impressa com a marca da independência. Era comparando e contrastando o perfil nacional com outras nações que o Brasil poderia construir a sua identidade mais autêntica.

Enquanto Afonso Arinos esteve à frente da chancelaria, o Brasil abandonou o alinhamento automático com as posições norte-americanas e estabeleceu relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas. Foi com esta visão autônoma da política externa que o governo de Jânio Quadros reconheceu o governo de Fidel Castro em Cuba e se posicionou nos foros internacionais contrário à invasão deste país pelos contingentes anti-castristas apoiados pelos Estados Unidos. Afonso Arinos considerou a Revolução Cubana *“uma das grandes páginas da história continental”*. Reconheceu que ela expressava a vontade e a soberania popular, o que a tornava legítima: *“Foi um movimento lididamente popular, sem o habitual caráter militarista das revoluções dos outros países latinos e, ao mesmo tempo, nacional, porque visava libertar a ilha da incontestável dominação política e econômica dos Estados Unidos, vinda desde a guerra da independência, em fins do século passado”*. Ele ainda atribuiu à desastrosa política norte-americana a aproximação da ilha com o mundo comunista.²⁶¹

Em agradecimento à posição do Brasil, o ministro da economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, promoveu uma visita à Brasília e foi condecorado pelo presidente Jânio Quadros com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A repercussão deste ato foi

²⁶¹ *“Porque, com efeito, na sua primeira fase, ela procurou, nitidamente, tender para a democracia social e a independência nacional, sendo, aí, extremamente graves os erros da política norte-americana, francamente influenciada pelos interesses econômicos que dominavam a ilha, e que se julgaram feridos pelos esforços de recuperação nacional do governo revolucionário”* (op. cit. p. 122).

extremamente negativa nos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Afonso Arinos chegou a ser convocado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre a sua atuação no Itamarati frente às relações com Cuba. Quem diria, na década de 1930, que aquele aristocrata de tendências fascistas, anti-semita e anticomunista seria suspeito, anos mais tarde, de contemporizar com o socialismo?

A política exterior do governo Jânio Quadros representou nos palcos estrangeiros o que Afonso Arinos acreditava que o seu governo propunha para a política nacional: a colocação do Estado de Direito como instrumento do progresso social. Ele chamou de “*revolução brasileira*” a ascendência desse governo, pois, embora Jânio não tenha sido um udenista, a sua eleição foi interpretada como a chegada dos princípios mais autênticos da UDN ao poder aliado ao complexo coletivo das massas.²⁶² Não teria havido, no pleito de 1960, nenhuma barganha eleitoral-partidária e o povo teria demonstrado a sua maturidade eleitoral:

“No caso de Jânio, houve, de fato, uma revolução total, nacional, sem sectarismos nem prevenções, através do voto. Por isto mesmo a eleição de Jânio marca mais a revolução brasileira, no sentido global, e no sentido legal, que a eleição de Vargas. Foi este tesouro de maturidade do povo que a renúncia do Presidente jogou fora”.²⁶³

No “quadro primoroso” que a administração de Jânio Quadros representava para Afonso Arinos (não nos esqueçamos que neste período ele assumiu pela primeira vez um alto posto do Executivo federal, o que tornava a sua avaliação do governo bastante

²⁶² Afonso Arinos, filho conta que, antes do pleito, Afonso Arinos teria definido Jânio Quadros, publicamente, como “*a UDN de porre*” (AFONSO ARINOS, filho, op. cit. p. 182)

²⁶³ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 85.

parcial), estava desenhada a aliança interna das elites udenistas e destas com o povo. Em *História do povo brasileiro*, ele também lamentou a renúncia do presidente e destacou a sua profunda representatividade popular, afirmando que

*“Sua declaração de renúncia, embora algo enigmática, autorizada a suposição de pressões insuportáveis sobre a execução dos planos de reforma democrática que haviam promovido tão espetacular mobilização do povo em seu favor. Como reagiria esse povo, ao anúncio de que o presidente abandonava o poder por se sentir impedido de levar avante as idéias e processos que tinham conquistado tão esmagadora maioria eleitoral? O futuro era uma inquietante incógnita”.*²⁶⁴

A subida de “*um jovem e imaturo demagogo*”, como o autor classificava o vice-presidente eleito João Goulart, suscitou uma atmosfera de dúvidas e temores nos meios conservadores civis e militares. A solução parlamentarista viria para amenizar os riscos de tal ascensão e evitar a ditadura militar, cujos movimentos já se esboçavam. Afonso Arinos foi um dos principais articuladores da emenda parlamentarista que, contraditoriamente, foi justificada como um instrumento necessário para assegurar a “normalidade constitucional”. Garantida a posse de Jango sob o ato adicional parlamentar, Afonso Arinos esperava que o novo presidente cumprisse o programa com o qual Jânio Quadros tinha sido eleito, em respeito à democracia e ao “*povo ordeiro*” e “*soberano*” que participou do pleito.²⁶⁵ Mas, Jango teria promovido uma ação

²⁶⁴ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro; fase nacional*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967. p. 244.

²⁶⁵ “A mim, por exemplo, me parece que, se o presidente Goulart não é o responsável pela renúncia do presidente Quadros, também não o são os milhões de eleitores que asseguraram ao resignatário a sua grande maioria. Daí concluo que é um dever de consciência do atual presidente considerar muito a sério as linhas de motivação que puderam formar aquela verdadeira revolução nacional que foi o pleito de

deliberada para reintegrar a plenitude do poder pessoal de que se julgava despojado. A “*má fé*” de Jango foi a causa atribuída ao fracasso da experiência parlamentar no Brasil durante a República, pois a escolha de seus ministros harmonizava os interesses partidários do momento.²⁶⁶ Afonso Arinos afirmou que “*ele agiu não apenas com espírito partidário, mas faccioso, e mais que faccioso, personalista*”.²⁶⁷

Em 1963, um referendo popular decidiu pela volta do sistema presidencialista. Para o autor, o cumprimento da agenda de Jânio por Goulart não se imporia apenas por considerações de ordem ética, visto que este era o desejo do povo que o elegeu, mas também por uma questão prática de governabilidade. Para Lattman-Weltman, “*Arinos julgava ainda plenamente vigentes – e politicamente efetivos – os fatores históricos que teriam levado Jânio ao poder*”.²⁶⁸ Mas, as reformas de base pretendidas por Jango estavam desvirtuando as “*preferências do povo*”. Segundo Afonso Arinos,

“As dificuldades que o presidente Goulart tem encontrado no seu desejo de reformas e, também, no desempenho dos seus poderes normais reside principalmente no fato de seu governo parecer que está atuando em função das inclinações minoritárias dos que elegeram o vice-presidente e não, como seria lógico e acertado, em função das inclinações majoritárias das correntes que elegeram o presidente-resignatário”.²⁶⁹

1960 e governar tanto quanto possível de acordo com estas inspirações” (FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 87)

²⁶⁶ “Os ministros, quase todos parlamentares, representavam a união dos três maiores partidos na prática do regime. Só isso seria um elemento de êxito, se o presidente estivesse de boa fé. Mas não era o que ocorria” (FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 255).

²⁶⁷ op. cit. p. 251.

²⁶⁸ LATTMAN-WELTMAN, op. cit..

²⁶⁹ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 88.

Com este argumento, ele passou a atacar duramente as reformas de base pretendidas por Jango. Por trás do discurso da preservação da representatividade popular, e ignorando que a proposta do presidente para desapropriar os latifúndios improdutivos e estender ao trabalhador rural as leis trabalhistas era o que mais se aproximava dos anseios do povo, Afonso Arinos tentava preservar os interesses mais caros às elites tradicionais. Em uma série de artigos publicados nos principais jornais e revistas da época, ele se posicionava contrário à orientação do governo, caracterizando uma “*falência das elites*” e prevendo um colapso das instituições democráticas devido à “*incapacidade dos responsáveis*”.²⁷⁰ As elites se mostravam apáticas, desnorteadas e incapazes de retomar as rédeas dos destinos do país:

“A situação brasileira manifesta apesar de tudo, inequivocadamente, a existência de um amplo espaço inocupado pelo radicalismo. Neste espaço é que será possível o planejamento das reformas necessárias ao País e das soluções para os seus problemas básicos, reformas e soluções que só serão possíveis na medida em que representem a colaboração – e nunca a oposição, como agora – entre as forças mais vigorosas e atuantes da sociedade brasileira. Assim como observamos a existência do espaço inocupado, podemos constatar igualmente a inexistência, até o momento, do líder ou grupo de líderes com as condições necessárias (inclusive uma clara consciência de seu papel) para ocupar o espaço referido, levando avante as tarefas que se impõem. Mas, se a democracia é de fato o regime de expressão das necessidades e anseios da maioria, então aqueles homens

²⁷⁰ BELOCH, op. cit.

têm de aparecer, dado que a maioria das opiniões se situa ainda fora das faixas radicais".²⁷¹

Afonso Arinos quis acreditar, ingenuamente, que a população legitimaria e perpetuaria a tradição elitista da história brasileira: *"o povo tem sempre sensibilidade para discernir e compreender o esforço sincero das elites na conquista progressiva da justiça"*.²⁷² Ele menosprezou a capacidade popular para se mobilizar em favor de seu próprio benefício e para perceber que os seus interesses eram inconciliáveis com os das elites tradicionais do passado. No seu diagnóstico social, a crise que o Brasil atravessava naquele momento não era de *"decadência histórica"*, nem de dissolução do Estado, nem de mudança de regime. A crise era de *"transformação sócio-econômica"* e por isso ela intimidava muito mais aos setores das elites do que ao povo.²⁷³ Estas mudanças estavam se traduzindo pela participação das camadas mais amplas da população nas áreas de decisão política e de fruição dos benefícios da produção econômica. Por isto esta transformação inquietava profundamente *"aqueles setores que não se dispõem à diminuição dos privilégios, diminuição é que o resultado fatal do alargamento da partilha de oportunidades"*.²⁷⁴ E, antes que a população radicalizasse este processo de transformação, Afonso Arinos propunha que as elites se unissem às massas para garantir a realização das reformas dentro da ordem democrática.²⁷⁵

²⁷¹ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 91.

²⁷² op. cit. p. 100.

²⁷³ *"Dentro da tormenta, as elites, seja por se sentirem mais culpadas, seja por terem mais consciência dos riscos, se agitam ou se apavoram, enquanto as massas populares se mantêm muito mais tranqüilas"* (op. cit. p. 1).

²⁷⁴ op. cit. p. 5.

²⁷⁵ *"No Brasil, como em todo o Ocidente, a democracia só se consolidará na medida em que for o regime capaz de conter nos seus quadros a obra ingente de transformação, imposta pela nossa época. E, para que tal aconteça, é necessário que, em todos os países, as elites nacionais tomem a sua posição de direção e controle dessa obra"* (op. cit. p. 100).

Mas, para o desespero do autor, as elites não foram capazes de se organizar de maneira eficaz na busca de soluções para os problemas do país. Cometeram o mais grave erro em face da crise: omitiram-se. Ele observou que apenas a hierarquia católica demonstrava a sua afinidade com as “*imposições do tempo*” e com os “*deveres da cidadania*”:

*“As atitudes de certos altos prelados, denunciando fanatismos e explorações radicais e tomando posição em favor das reformas populares é reconfortadora, e constitui um dos mais fortes indícios de resistência verdadeiramente democrática. Apenas se desejaria que tal atitude fosse mais coordenada e com manifestações mais freqüentes, porque a autoridade e influência dela só tenderiam a crescer”.*²⁷⁶

A ineficácia das elites tradicionais e a radicalização dos movimentos sociais fizeram com que Afonso Arinos apoiasse o comando do Exército para o “restabelecimento da ordem”. Ele atuou como secretário de governo de Magalhães Pinto, então governador mineiro e principal líder civil do movimento, e recebeu a função de negociar o reconhecimento internacional do estado de beligerância caso a rebelião se transformasse numa guerra civil prolongada.

Considerando a identidade liberal-democrata que Afonso Arinos projetou em sua imagem pública, o “mito” construído em torno do seu personagem, a sua iniciativa do *Manifesto dos Mineiros*, a sua defesa da legalidade do Partido Comunista, a sua lei anti-racista, a sua defesa dos direitos sociais, a sua política externa independente, a sua defesa do Estado de Direito e da representatividade popular, parece contraditório que

²⁷⁶ *ibidem*.

ele tenha apoiado o movimento militar de 1964 e sido um dos fundadores da ARENA e do PDS, partidos que sustentaram os militares no poder. Mas, o movimento militar de 1964 teria significado para ele uma continuação daquela busca pela harmonia e o equilíbrio dos grupos políticos antagônicos. A interpretação que ele fez do movimento era a de uma intervenção como último recurso para conter um processo subversivo das estruturas sociais. Era uma tentativa de rearticular os grupos sociais nacionais para conter o modelo de desenvolvimento econômico e social sustentado por Jango. Neste momento, ele cedeu ao seu autoritarismo dos anos 1930, quando propôs a contenção das massas populares através da força.

Mas, o movimento de oposição ao presidente não foi homogêneo. As “elites modernas”, que reuniam os setores que detinham a hegemonia dos meios de produção, e as “elites tradicionais”, que arregimentavam os setores das classes produtoras e latifundiárias que não estavam integrados às necessidades de acumulação, lutaram juntas pela deposição do presidente, principalmente porque temiam a “comunização” e a desarticulação das suas alianças políticas. Entretanto, estas elites divergiam acentuadamente quanto à política econômica a ser seguida. A facção mais conservadora da UDN, os “udenistas históricos”, bem como outros grupos partidários, e os governadores estaduais mais influentes, compunham a base daquele conjunto de forças “tradicionalistas”. Lutando “contra o comunismo” e em defesa das “garantias constitucionais”, eles tiveram um papel político decisivo na deflagração do movimento.

Economicamente, entretanto, este grupo “tradicionalista” não tinha a representatividade dos “modernizadores”. Por isto, os “tradicionalistas” deram o golpe mas os “modernizadores” ficaram com o poder. Com o desfecho do movimento, sobretudo a partir do Ato Institucional nº 2 em 1965, a elite política tradicional acabou

perdendo o controle do seu próprio destino. Ela esperava que os militares permanecessem no poder apenas o tempo suficiente para remover a “ameaça” representada por João Goulart e seus apoiadores. Ela se desapontou profundamente quando os oficiais radicais do Exército estabeleceram sua própria marca de continuísmo, escolhendo um militar para presidente. Segundo Michael Conniff, *“durante os anos militares, a elite política continuou a existir, ocupando muitas posições no governo, mas ela mudou de composição e não mais controlava o acesso, as relações interelites ou inclusive o grau de poder exercido”*.²⁷⁷ Às elites tradicionais do passado restavam as migalhas que caíam das mesas dos militares. As novas elites urbanas e a classe média é que aproveitariam o banquete.

Neste momento de desprestígio público, uma parcela dos militares propôs a suspensão dos direitos políticos de Afonso Arinos em represália à sua atuação como Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros. Em 1966, ele chegou a participar da redação da Constituição que seria promulgada no ano seguinte, mas não concorreu à reeleição e se afastou do regime em janeiro de 1967. Como político aposentado, Afonso Arinos se dedicou exclusivamente às atividades intelectuais. Com a ditadura militar, ele e o povo foram expulsos da História.

²⁷⁷ CONNIFF, Michael. A elite nacional. In HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 116.

Tempo e verdade histórica de um *historiador-literato*

Afastado das responsabilidades políticas, o tempo de Afonso Arinos se desacelerou. O seu presente se ampliou e ele se desinteressou do futuro, já que não poderia mais intervir em seu curso. Ele passou a mergulhar nas fontes da história brasileira com o olhar e as reflexões de quem estava “de fora”. Esta condição lhe permitiu imprimir em sua historiografia uma unidade que se poderia mesmo dizer “artística”. Se, nas suas obras anteriores, o historiador tinha a companhia do político vigilante, agora o acompanhava o literato, permitindo que as suas obras dessem um colorido novo à velha papelada inerte do testemunho documental. O passado se reinscreveu no presente através de um discurso que substituiu o acontecido e se abriu à imaginação.

Para Raymundo Faoro, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* possui uma “qualidade artística” que faz com que esta obra esteja situada no quadro dos pontos altos das ciências humanas no Brasil. Ela se alinha “na tradição dos grandes estudos de nossa literatura, desde *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, passando por *Euclides da Cunha* e *Paulo Prado*, até *Sérgio Buarque de Holanda*, para não mencionar os autores vivos”.²⁷⁸ Mas, esta linhagem nem sempre foi bem conceituada. Faoro lembra que foi o historiador Pereira da Silva que, ainda no século XIX, divulgou o preconceito contra os escritores-historiadores brasileiros, acusando-os de serem escritores excelentes e maus historiadores. Naquele tempo, o documento cru

²⁷⁸ FAORO, Raymundo. *Rodrigues Alves: o enigma decifrado?* In: FRANCO, A. A. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 13.

ainda era a glória do historiador acadêmico e científico, e não se contava um episódio sem enfiar os leitores de obras literárias. Para Faoro, a obra de Afonso Arinos se alinhava à daqueles historiadores destacados por Hayden White – Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt – que eram ao mesmo tempo historiadores e artistas.²⁷⁹

De fato, a historiografia de Afonso Arinos a partir dos anos 1960 se aproximou muito da historiografia atual em relação ao estilo e à preocupação estética. Sua veia literária e poética, resguardada nos graves ensaios de história e política da década de 1930, invadiu sua historiografia nesta terceira fase. Afonso Arinos fez uso da imaginação criadora para intensificar a realidade histórica, oscilando entre a ciência e a arte:

*“Na historiografia, como nas memórias, a imaginação é indispensável, e não se confunde com a fantasia. A imaginação é que dá grandeza aos ambientes, sem tirar a sua verossimilhança (...) A imaginação e a generosidade são condições necessárias para a interpretação, força que faz da História uma arte literária”.*²⁸⁰

Se em suas primeiras publicações ele classificou a História como uma “*super ciência*”, impermeável a qualquer sentimento, nos anos 1960 ela se enche de dramaticidade e colorido. A verdade histórica não estava mais no documento autêntico ou na crítica do método, mas variava com a subjetividade do historiador. Ele reconheceu que a narrativa histórica implicava recortes, acréscimos e omissões e se apresentava como uma construção do presente: “*na medida em que a História depende do historiador, isto é, da sua formação cultural, das suas tendências intelectuais e da*

²⁷⁹ FAORO, op. cit.

²⁸⁰ FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 224.

sua sensibilidade de artista, os livros de História variam, como qualquer outro trabalho literário, ainda que correspondam ao espírito da sua época".²⁸¹ A sua historiografia ganhou um estatuto literário e o discurso construído sobre o passado se relativizou, pois tudo o que ocorreu poderia vir a ser contado de uma outra forma, em outras versões.²⁸²

Ao pressupor o estatuto da história como uma narrativa verídica (no sentido de lidar com o que aconteceu, o "verdadeiro"), mas fazendo o passado reviver em um discurso que realiza escolhas, seleciona de acordo com o presente de cada historiador, Afonso Arinos não separou a verdade moral das ações humanas. Fábio Lucas o aproximou da velha corrente histórica europeia – Chateaubriand, Cousin, Guizot e Thierry - que procurou combinar a ação visível, representada pelos fatos, a um dado abstrato (o fato moral), no qual a política aparecia em relevo.²⁸³ Por isso, nas memórias de Afonso Arinos é tão difícil estabelecer uma fronteira entre o que é histórico e o que não é. Por mais que ele negue que esteja escrevendo História, que a seu ver não se livra do aparato documental, suas memórias são as razões de um político acompanhadas do levantamento do quadro social em que elas se projetam.²⁸⁴ Para Afonso Arinos, a reflexão histórica dependia sempre da localização das lembranças.

Os estudos historiográficos no Brasil na década de 1960 já haviam atingido uma evolução que possibilitava a composição de um grande painel da formação e do desenvolvimento nacionais. Já era possível a elaboração das visões de conjunto sobre o

²⁸¹ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 15.

²⁸² "No Brasil, a História tem sido, até agora, preferentemente, uma Literatura e uma Ciência feita para consumo de eruditos. Na verdade, vasto é o público que consome os manuais escolares de História, mas estes livros não se enquadram, propriamente, dentro da História, nem como Ciência, nem como Arte; constituem, antes, um dos ramos de vasta árvore da divulgação didática e educativa. Portanto, se pusermos de lado, como se impõe, os manuais escolares, ficamos, no Brasil, diante de obras, individuais ou escritas em colaboração, que se dirigem principalmente a outros historiadores, no máximo a reduzido público erudito" (op. cit. p. 15).

²⁸³ LUCAS, Fábio. O efêmero e o fundamental: Notas às Memórias de Afonso Arinos de Melo Franco. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. 25/26, Julho, 1968 / Janeiro, 1969.

²⁸⁴ *ibidem*.

Brasil, pois as minúcias da pesquisa historiográfica já tinham sido feitas. Mas, Afonso Arinos criticava os historiadores que padeciam da “doença da exatidão”, da “doença da perfeição” do conhecimento histórico que acabava por retardar constantemente o trabalho de síntese do saber histórico:

*“Pode-se dizer que, assim como existe, em certos historiadores, a ‘doença da inexatidão’, que impede, pela sede constante de novas certezas, a construção da obra histórica, toda ela, necessariamente, imperfeita. Aliás, no dia em que uma geração pudesse realizar uma obra histórica perfeita, sem mais evolução, acabar-se-ia a Ciência Histórica”.*²⁸⁵

Era esse o objetivo da obra *História do povo brasileiro*. Os autores dispensaram o documento primário como fonte privilegiada e apostaram na boa condução da narrativa para dar inteligibilidade à evolução histórica brasileira. Esta obra pretendeu ser “a História de um povo, escrita para esse povo” e, como tal, abriu mão da chamada “erudição historiográfica”:

*“O livro não aspira a ser obra de alta erudição, embora exprima honesto esforço, fundado em largas leituras e demorada meditação sobre a matéria. Não pretende resolver dúvidas quanto a fatos obscuros ou contestáveis; nem se preocupa em oferecer fontes de primeira mão, manuscritas ou outras. Não as recusa, quando delas disponha naturalmente, mas não visa a exercer pesquisas especiais para consegui-las. Nossas fontes principais são a grande massa de obras impressas”.*²⁸⁶

²⁸⁵ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 14.

²⁸⁶ op. cit. p. 15.

O “*movimento pendular da história*”, ao qual Afonso Arinos se refere algumas vezes, é a consciência de que o presente deriva do passado ao mesmo tempo em que a perspectiva sobre o passado deriva do presente. O historiador vai e vem do presente ao passado, realiza dois movimentos contrários e complementares: do presente à origem, da origem ao presente. Esta situação de ambivalência suporta julgamentos contrários e igualmente pertinentes, permitindo que uma mesma pessoa, situação ou proposição comportem uma pluralidade de pontos de vista e sentimentos. A recuperação “verdadeira” do acontecido, tarefa do seu empreendimento historiográfico até bem pouco tempo, foi substituída pela restauração literária desse passado. A veracidade se relativizou e a subjetividade invadiu o discurso histórico. Em consequência, a sua reordenação do mundo também deveria se relativizar, implicando a coexistência de distintas temporalidades, o que não ocorreu efetivamente.

Categorias de análise histórica: povo e nação

A vitória do presidente Jânio Quadros em 1960 desencadeou uma crise do poder e uma crise de representatividade. Posicionando-se acima da sociedade política e livre de vinculações partidárias, Jânio Quadros foi buscar o apoio direto do povo. Nos anos 1960, o povo era, de fato, uma nova categoria histórica, protagonista eminente do processo político. Se antes não havia o “povo” no Brasil como sujeito político, a partir dos anos 1960 a sua existência se concretizava e demandava seu conhecimento histórico. A obra *História do povo brasileiro*, escrita por Afonso Arinos em co-autoria com o próprio presidente Jânio Quadros, foi publicada em 6 volumes no final dos anos

1960 (demorou certa de cinco anos para ser escrita) e pretendeu marcar a trajetória do povo brasileiro na construção da nossa nação. Os autores queriam ampliar a compreensão dos vários aspectos da realidade humana e, segundo ele, a própria escolha do título do livro indicaria esta orientação. Entretanto, este povo apareceu nesta obra mais como uma figura retórica que propriamente um sujeito político. Vale definir as concepções de Afonso Arinos acerca destas duas categorias históricas: *povo e nação*.

Para o autor, no Brasil, o Estado contribuiu fundamentalmente para formar a nação, ao contrário de outros casos em que a nação vai formando o Estado. A unidade nacional foi uma obra do Estado na sua primeira fase. Foi o monopólio do comércio do pau-brasil e dos demais produtos de exportação, ainda no primeiro século da colonização, que fez com que os portugueses cuidassem da costa. Este foi o princípio da unidade nacional. O Estado existiu antes de existir o povo e, antes de existir a nação, era ele que garantia a união do território.

A concepção de nação de Afonso Arinos é herdeira de uma aceção francesa iniciada com Rousseau que identifica a nação com a vontade política consciente de uma dada população. Ele parece concordar com a definição de Renan para quem a nação é o depósito de lembranças e esperanças de um futuro comum.²⁸⁷ Entretanto, o Brasil, antes de ser uma nação era, historicamente, um “*império interno*”. Esta definição não estava ligada à concepção europeia da metrópole submetendo populações além mar. No Brasil-império, a colônia era seu próprio povo.

A partir de meados dos anos 1960, esta estrutura imperial de poder se agravou com a estrutura militar de poder extremamente forte, com uma burocracia muito

²⁸⁷ MERQUIOR, José Guilherme. Império e Nação: reflexões a partir de Afonso Arinos. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit.

poderosa e com uma “*falta de capilaridade*”, que fez com que as reivindicações e as necessidades populares não subissem até o alto. O período era caracterizado pela ausência de políticos que representassem a vontade popular. Se o modelo de historiador que Afonso Arinos defendia nos anos 1930 era Varnhagen, agora é Capistrano de Abreu, o “historiador do povo”, o “*verdadeiro renovador dos estudos históricos entre nós*”.²⁸⁸ Afonso Arinos resgata também a proposta de metodologia histórica de Von Martius por este ter ressaltado “*a importância que nela devia ter o povo*”, “*a realidade da nossa miscigenação*” e “*o valor que índios e negros deveriam assumir para quem quisesse compreender a nossa formação*”.²⁸⁹ Segundo ele, Von Martius já visualizava com lucidez o problema da “*conseqüente capilaridade social, em benefício do Brasil*”. Ele citou uma passagem onde o historiador alemão advertiu para a inevitável situação em que o povo mestiço influiria poderosamente sobre as elites e lhes indicaria a atividade histórica necessária. Para Afonso Arinos, “*as palavras de Martius, adaptadas naturalmente às concepções modernas, devem valer, ainda hoje, como programa e incitamento aos historiadores brasileiros*”.²⁹⁰

Assim, a historiografia de Afonso Arinos nas décadas de 1960 e 1970 se preocupou não em mostrar uma história na qual o povo brasileiro fosse o ator – afinal, já na introdução da *História do povo brasileiro* os autores advertem que “*os povos são raramente atores da história; pouquíssimas vezes surpreendemos as grandes massas em ação direta, submergindo ou apagando a ação dos líderes e condutores*”²⁹¹ – mas em fixar os “grandes homens” que, supostamente, obtiveram o reconhecimento da população por agir de forma virtuosa. Esta era a orientação da *História do povo*

²⁸⁸ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 14.

²⁸⁹ op. cit. p. 11.

²⁹⁰ op. cit. p. 12.

²⁹¹ op. cit. pp. 16-17.

brasileiro: “Como historiadores, reconhecemos e proclamamos as lideranças individuais no encaminhamento dos fatos históricos; mas, por igual, não esquecemos o quanto os homens, mesmo os maiores, são expressões e produtos do seu meio e do seu tempo”.²⁹²

Para Afonso Arinos, o povo teria uma “*sabedoria natural*” que o faria reconhecer como exemplos os verdadeiros líderes. Na sua simplicidade, o povo se deixaria guiar por eles e, quando solicitado, saberia legitimar a política feita com “virtude”. A virtude seria o elemento de ligação entre a elite e o povo. O juízo popular não se deixaria enganar pelas aparências ou demagogias. O político que mantém genuínos valores virtuosos teria assegurado o seu reconhecimento no coração do povo.²⁹³ O povo brasileiro aceitaria o destino indicado pelos “*espíritos mais preparados*”. A sua ação política se limitaria à legitimação de seus representantes, o que, para o autor, já seria o suficiente para afirmar que

“Os povos não são somente espectadores da história, marginalizados na contemplação de cenas criadas diante dele. Os povos são a história, a sua vida é a vida dela, e as personagens culminantes não o seriam se não correspondessem, no sentido positivo ou negativo, às forças que dentro deles se desencadeiam”.²⁹⁴

História do povo brasileiro e *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* pretenderam mostrar como os povos influenciam a história e são seus agentes. No primeiro, a evolução histórica do povo brasileiro se fez notar no reconhecimento cada vez mais “maduro” de seus líderes. No segundo, uma proposta de

²⁹² op. cit. p. 16.

²⁹³ LATTMAN-WELTMAN, op. cit.

²⁹⁴ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 17.

ação para a elite dirigente através da vida de um político que teria sido a “expressão máxima” da identidade com o povo e da própria democracia. Veremos no próximo tópico como esta visão do governo de Rodrigues Alves traduziu bem as ambigüidades e os limites do discurso elitista em relação ao povo.

Rodrigues Alves e a “conciliação” das elites com o povo

Afonso Arinos acreditava que era preciso “*pensar o Brasil para salvá-lo*”, isto é, traçar um “*plano mínimo global que fosse a resultante do encontro pacífico das forças sociais em divergência*”.²⁹⁵ A sua historiografia se prestava a oferecer este plano para as elites que, mais uma vez, seriam as responsáveis pela direção dos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970. Em suas obras escritas neste período, ele pretendeu mostrar como a história brasileira até aquele presente foi conduzida “*com sucesso*” pelas elites, principalmente nos momentos em que ela soube avançar em direção às reformas sociais que a massa populacional reivindicava. Ele afirmava que “*os grandes movimentos históricos do Brasil foram, invariavelmente, controlados, orientados e inspirados pelas elites, que souberam compreender com generosidade as necessidades populares e canalizar com sabedoria o seu desenvolvimento*”.²⁹⁶ No mundo em que Afonso Arinos vivia, a escravidão no Brasil tinha sido “doce”; a aversão aos mestiços e o despreço pela cultura brasileira era para o próprio “bem” desta; o

²⁹⁵ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 90.

²⁹⁶ op. cit. p. 96.

Império tinha sido “liberal”, a exclusão que ele patrocinou era “generosa”; as ditaduras civil e militar eram para garantir a ordem “democrática”, eram para o “benefício futuro” do próprio povo, eram “inevitáveis”. O seu lugar era o de uma elite cruel, mesquinha e violenta, cujo poder se garantia pelas leis, supostamente objetivas e racionais. Apenas nesse mundo elitista impassível, a história do Brasil poderia lida como o desenvolvimento pacífico e conciliatório das elites com o povo.

Segundo Afonso Arinos, a história brasileira dava grandes exemplos de representantes das elites nacionais que souberam incorporar às suas ações as reformas que a população reclamava. Às elites de sua época, bastava conservar a mesma capacidade de suas antecessoras para encontrar “*o homem que represente as tendências equilibradas de conservação e mudança, cujo oportuno reconhecimento propiciou o êxito da nossa marcha no passado*”.²⁹⁷ Durante a Independência, as elites e o povo se fizeram representar através da figura de José Bonifácio, que teria traçado as normas de uma política unitária nos campos externo e interno, e edificado uma nação “tendo por base o trabalho livre e a igualdade das raças que constituem a amálgama brasileira”.²⁹⁸ Resta saber qual a ação específica de Bonifácio teria sido feita em benefício do povo, já que a abolição dos escravos só foi oficialmente decretada em 1888 e a tão falada “igualdade das raças” nunca tenha resultado na incorporação dos negros à cidadania até hoje. O autor provavelmente se referia ao bando de brasileiros convocados para morrer combatendo as tropas portuguesas, caso fosse necessário, em defesa dos interesses das elites políticas, sem que houvesse distinção racial para tamanha honra!²⁹⁹

²⁹⁷ op. cit. p. 101.

²⁹⁸ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 93.

²⁹⁹ “O povo, que participava das agitações de rua, era recrutado entre os agregados das fazendas e a escravaria da cidade, onde se formavam os capoeiras (...) Esse contingente humano seria aproveitado, com os negros forros ou mesmo com os escravos, como soldados e marinheiros, na reorganização do

Mas, foram nos primeiros anos da República que as elites e o povo teriam contado com a maior expressão de seus interesses: o presidente Rodrigues Alves. Para Afonso Arinos, faltava às elites de sua época descobrir “*o homem que seria o Rodrigues Alves do nosso tempo*”.³⁰⁰ O avô da sua esposa era o grande exemplo a ser seguido. Nos dois volumes da sua biografia, publicada em 1973, o autor se beneficiou da utilização dos arquivos e da biblioteca do próprio Rodrigues Alves, cedidos pela família do presidente, para narrar a trajetória deste político desde os bancos da Faculdade de Direito até a sua morte em 1919, que o impediu de exercer pela segunda vez a presidência do Brasil. Pela publicação desta obra, ele conquistou o título de “Intelectual do Ano”, numa promoção da União Brasileira de Escritores e da Folha de S. Paulo, e recebeu a sugestiva estatueta “Juca Pato”, que era o símbolo do “homem do povo” nas caricaturas de Belmonte, na década de 1940. Nas homenagens, Afonso Arinos foi saudado por ter cumprido em Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo seus compromissos como escritor e historiador.

Nesta obra, como em *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*, o autor pretendeu caracterizar o seu personagem como um conciliador em um contexto de luta política entre grupos antagônicos. Mas, como o chefe máximo do Executivo brasileiro, ele não só sofria as conseqüências das forças latentes de transformação que pressionavam a sociedade brasileira, como também as provocava. Diferentemente da sua visão nos anos 1930, estas transformações eram “novas correntes espontâneas que procuravam abrir caminho pelos condutos esclerosados que o Império

exército e da marinha, unindo-se aos corpos milicianos já existentes e aos reforços mandados de São Paulo (...) e Minas Gerais” (op. cit. pp. 96-97).

³⁰⁰ FRANCO, A. A. *Evolução da crise brasileira*. op. cit. p. 101.

havia deixado”.³⁰¹ Elas se revelavam através de novas políticas (o projeto do Código Civil, de Clóvis Beviláqua), da literatura (Os Sertões, de Euclides da Cunha, o Canaã, de Graça Aranha, a série de obras-primas de Machado de Assis, as poesias de Olavo Bilac), da imprensa (o Correio da Manhã, de Edmundo Bittencourt), da ciência (o ensino médico de Miguel Couto) e das novas tecnologias (os balões dirigíveis de Santos Dumont). O século XX estava na sua alvorada e, segundo Afonso Arinos, *“para felicidade sua, a República havia levado à presidência o homem mais capaz de coordenar, sob forte liderança, essas forças naturais”*.³⁰²

O desafio de Rodrigues Alves era orientar, pacificamente, a “revolução burguesa do progresso”.³⁰³ Ele era a expressão exata dos interesses do tempo ao qual pertenceu, pois não se afastou da base agrária e cafeeira da economia e, ao mesmo tempo, se tornou o porta-voz da burguesia progressista de São Paulo, com o culto conservador das reformas. Rodrigues Alves era um “conservador progressista”:

“Ele representava, acima de qualquer dúvida, a base agrária e cafeeira dominante na economia e nas finanças, apesar dos protestos do Norte e do Sul; representava o legalismo da Faculdade de Direito de São Paulo; era o porta-voz autorizado da burguesia progressista do grande Estado, nos seus ideais de reforma, de soluções técnicas, de paz política, de predomínio civil, de imigração, transporte e povoamento, de conservadorismo econômico e social”.³⁰⁴

³⁰¹ FRANCO, A. A. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. RJ: José Olympio, 1973. p. 246.

³⁰² *ibidem*.

³⁰³ *“Em exata síntese histórica pode-se, com efeito, dizer isto do governo de Rodrigues Alves: foi a revolução da burguesia nacional, que abriu para o Brasil as portas do século XX”* (op. cit. p. 246).

³⁰⁴ op. cit. p. 236.

Além disso, Rodrigues Alves chegou ao poder com 90,9% dos votos, o que para Afonso Arinos indicava a enorme popularidade da sua candidatura e a legitimidade do seu governo. Mas, é preciso lembrar que os votantes na República Velha não chegavam a 4% da população. O seu “curral eleitoral” era em Guaratinguetá, cidade onde ele nasceu em 1848. O sucesso eleitoral de Rodrigues Alves não era devido, na realidade, à sua identificação com o povo. Na República Velha, o que valia era o apoio daqueles chefes rurais que levavam a população “no cabresto” até às urnas.

Todavia, para Afonso Arinos, a eleição de Rodrigues Alves à presidência em 1902, assim como a de Jânio Quadros em 1961, teria representado uma “*revolução autêntica na história republicana*”. Poderíamos perguntar que “revolução autêntica” seria essa, restrita a obras urbanísticas, sanitárias e portuárias do Rio de Janeiro. O autor responderia que as reformas empreendidas por Rodrigues Alves fizeram com que a história se acelerasse, pois ofereceram ao Brasil “*largas perspectivas de trazê-lo para o novo século XX, que aqui não despontara ainda*”.³⁰⁵ A ampla reforma urbana estava de acordo com os interesses da economia de exportação e atendia plenamente às novas elites agrárias.³⁰⁶ Segundo ele,

“Os observadores menos informados, ou mais ligeiros, não deixam de comparar o pequeno centro da dramática ação governativa com o imenso território do país, para

³⁰⁵ op. cit. p. 245.

³⁰⁶ *É inevitável lembrarmos, aqui, o juízo que Afonso Arinos fez da urbanização brasileira em suas obras da década de 1930. Em Conceito de civilização brasileira, publicado 37 anos antes de Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo, ele atribuía a urbanização à uma expressão do “espírito ingênuo de ostentação e de amor ao brilhante” das “raças de cor de que descendemos”. A urbanização era um “resíduo afro-índio”. Ele propunha um estudo para “fazer uma aproximação entre as grandes obras urbanas do Brasil e a mestiçagem dos seus empreiteiros”, mas se recusava a efetivar esse paralelo “para não ferir, ainda que justamente, sensibilidades sempre respeitáveis, posto que excessivas. O leitor que complete este trecho que deixo apenas indicado” (FRANCO, A. A. Conceito... op. cit. p. 201). Naquela obra, ele hesitou em fazer essa comparação, pois imaginava que demonstrar a origem afro-indígena dos líderes republicanos seria desmoralizador. E, se efetivasse tal empreendimento, acabaria por desmoralizar Rodrigues Alves, o avô da sua esposa (e ela própria).*

*concluir daí que Rodrigues Alves foi uma espécie de grande prefeito municipal. Essa concepção restritiva deve ser rejeitada, e o será seguramente, por quem avaliar com objetividade os aspectos mais gerais e profundos dos fatos históricos e não a sua aparência imediata e visual”.*³⁰⁷

Afonso Arinos se referia à importância que as cidades marítimas e os transportes adquiriram naquela economia agro-exportadora, e reclamava o reconhecimento da situação calamitosa em que o Rio de Janeiro se encontrava, com doenças infecciosas que espantavam não só os brasileiros, mas também os estrangeiros: *“a morte reinava sobre a extensa capital, e ela aparecia à imaginação dos brasileiros e estrangeiros como uma enferma miserável, estendida num luxuoso leito natural”.*³⁰⁸ Todos acreditavam que, sem o saneamento do Rio, o país não se desenvolveria, não se “civilizaria”. Era preciso aliar a ciência com a administração:

*“As ruas e becos sem sol, os casarões úmidos e sombrios, as praias cheias de detritos, tornavam impossíveis o transporte rápido, o comércio limpo, a iluminação e aeração adequadas dos logradouros públicos e ambientes fechados. Portanto, ao higienista do futuro deveria juntar-se o futuro demolidor e construtor, ambos prestigiados e defendidos por um estadista capaz”.*³⁰⁹

Mas, para a renovação do Rio de Janeiro, Rodrigues Alves assinou uma lei que teria horrorizado o “legalista Afonso Arinos”, caso este acreditasse verdadeiramente na lei como instrumento de controle dos governos personalistas. Ao indicar o engenheiro Francisco Pereira Passos para o governo do Distrito Federal, este exigiu total autonomia

³⁰⁷ FRANCO, A. A. *Rodrigues Alves...* op. cit. pp. 307-308.

³⁰⁸ op. cit. p. 309.

³⁰⁹ op. cit. p. 310.

de ação. O presidente, então, solicitou ao Congresso uma lei que permitisse o exercício de um poder forte na capital e foi prontamente atendido. Esta lei começava por adiar por seis meses as eleições para a Câmara Municipal, deixando o prefeito com as mãos livres de qualquer algema oposicionista. Além disso, o prefeito governaria com as leis novas, que superavam as posturas locais, e as autoridades judiciárias não poderiam revogar as suas medidas, impossibilitando qualquer reclamação de particulares. Entre outros absurdos jurídicos e morais, esta lei estabelecia ainda que as demolições (que começavam a ser feitas com as pessoas ainda dentro das casas), os despejos (que seriam feitos pela polícia) e as interdições poderiam ser feitas com apenas um auto afixado no local, prevendo penalidades contra as desobediências.

Afonso Arinos reconhecia o comprometimento dos direitos processuais, civis e políticos desta lei. Concordava com os opositores de Passos na época, que afirmavam que ele governava a cidade como um ditador. Mas, cinicamente, ele afirmava que era uma “ditadura legal”, pois os poderes de que dispunha o prefeito tinham origem na lei. A única dúvida estaria, segundo ele, e como se esta fosse uma questão menor, “*na compatibilidade dessa lei, votada pelo Congresso, com a Constituição*”³¹⁰. Ele exaltava o caráter “revolucionário” da medida, que a desculpava de qualquer preciosismo legal:

“Poucas são as leis, em toda a história do nosso direito, tão profundamente revolucionárias. Por meio delas, os interesses privados, por mais subsistentes e arraigados que fossem, ficavam submetidos ao interesse público, ao interesse da saúde, do bem-estar, do progresso de um povo. E isto foi feito com instrumentos legais, por um presidente moderado e mesmo conservador, por um

³¹⁰ op. cit. p. 318.

político civil que nunca havia sido exaltado ou radical".³¹¹

Atingindo o ápice de seu elitismo conservador, Afonso Arinos escreveu que “*a rebeldia contra a lei, que influiu na revolução de 14 de novembro [Revolta da Vacina], é que não se justificava*”.³¹² Ou seja, os desmandos promovidos por Rodrigues Alves e Pereira Passos, que resultaram nas centenas de pessoas que foram desabrigadas e sumariamente enxotadas das ruas do Rio, como os ratos que eles pretendiam exterminar, se justificavam pelo “*interesse público*”, pelo “*interesse da saúde e do bem estar*” e pelo “*progresso de um povo*”. Mas, a resistência da população em aceitar essa lei foi vista pelo autor como uma “*aberração dos republicanos*”, dos “*demagogos radicais*”, que “*atirariam o povo, em nome da liberdade, contra o progresso; em nome da República, contra o governo que estava tentando abrir as portas do futuro. Paixões e interesses pessoais levariam elementos da elite das forças armadas, da imprensa e do Congresso a uma tremenda contradição histórica*”.³¹³

Para Afonso Arinos, as resistências às reformas urbanas e higienistas eram uma “*contradição histórica*”, pois, segundo ele, “*tudo se coordenava na empresa do progresso*”. O povo estava sendo conduzido ao erro pela “*elite prejudicada*”, a “*elite extraviada*”, os grupos de magnatas, cujas fortunas se concentravam em imóveis. Não era este o tipo de “*conciliação*”, desordeira, que ele pretendia que as “*verdadeiras elites*” fizessem com o povo. Mas, a massa revoltosa teria se acalmado quando as obras públicas começaram a “*entrar pelos olhos*” e eles perceberam a grandiosidade e o valor das reformas:

³¹¹ *ibidem*.

³¹² *ibidem*.

³¹³ *op. cit.* p. 319.

*“A população principiou a acreditar no que via. E o que via, o que viu, não tinha precedentes nem paralelo, na história da cidade nem do país. Foi um rejuvenescimento, um desatar de energias sopitadas, o fim do temor público e da humilhação nacional, o levantamento de uma espécie de orgulho popular pela consciência da vitória, que era de todos, e a transformação da mentalidade das elites, que começava a se desprovincianizar. Foi, principalmente, a demonstração da capacidade brasileira, às vezes esquecida por nós mesmos, não raro negada nos nossos momentos de cólera ou depressão, mas que, tantas vezes, e com tantas faces diferentes, ressalta fresca e vigorosa, quando se encontram fatores e circunstâncias favoráveis”.*³¹⁴

Na visão de Afonso Arinos, pouco sensível à realidade popular e do país, as reformas do Rio de Janeiro tiveram um caráter nacional, demonstrado *“com a grande afluência de congressistas federais e outras nacionalidades, que enchiam o recinto do Conselho da cidade para ouvir e aplaudir Passos”*. Elas se transformaram em uma experiência que *“orgulhava e comovia toda a nação”*.³¹⁵ A ação de Pereira Passos foi por Afonso Arinos comparada a de um “velho Hércules”, que teria sacudido não só uma cidade, mas toda uma geração. Por isso, a sua passagem pelo governo do Distrito Federal entraria não apenas para as páginas dos livros de história, mas, o que seria mais significativo, para a *“memória de um povo”*:

“Desde o dia em que terminou o seu governo, Francisco Passos deve ter tido a confortadora impressão de que deixara a prefeitura consagrado pelo povo como o maior

³¹⁴ op. cit. p. 322.

³¹⁵ ibidem.

*governador que a cidade já tivera. A manifestação popular que lhe foi feita era das que não podiam enganar, pela espontaneidade, pelo calor, pela afluência de enorme multidão”.*³¹⁶

Afonso Arinos quis acreditar que toda a população usufruía os “*benefícios da modernidade*”: “*Instalações modernas de luz, de sanitários, de assistência, foram postas à disposição do povo. A instrução foi estimulada, escolas abertas (entre elas a que levou o nome do presidente, vizinha do Catete), o monumental Teatro Municipal erguido e quase externamente concluído antes do fim do governo*”.³¹⁷ Ele ignorou que a massa negra e mestiça, tendo sido despejada de seus cômodos, se instalou nas favelas, que começavam a se formar neste período, sem luz ou saneamento básico. Esta mesma massa nasceu e morreu analfabeta, pois não podia freqüentar a “Escola Estadual Rodrigues Alves”, nem outra qualquer e, menos ainda, o Teatro Municipal, reduto da elite carioca.

Se, no início da sua carreira republicana, Rodrigues Alves sofria com as desconfianças daqueles que o acusavam de ser um “republicano de 16 de novembro” (o que de fato era), com a derrubada das infectas casas de cômodo (“*cortiços, hospedarias, estalagens, pardieiros*”) que abrigavam o vasto contingente de ex-escravos (“*restos vivos de um passado morto*”), ele levava abaixo também a vida imperial na qual tinha se formado (“*Foi-se a cidade dos imperadores, do rei e dos vice-reis. Delineou-se a metrópole republicana*”³¹⁸). A “cidade chiqueiro” dos pretos e mulatos se transformou

³¹⁶ op. cit. pp. 325-326.

³¹⁷ op. cit. pp. 324-325.

³¹⁸ op. cit. p. 234.

na “cidade maravilhosa” da elite branca e aculturada. Esta continua defendendo o “amor brasileiro” pelo Rio através das campanhas contra a violência dos favelados.

Afonso Arinos deveria pensar que esta reforma urbana era a própria “revolução brasileira” de que falava Sérgio Buarque, seu interlocutor. A renovação material significou para ele o abandono completo das nossas raízes ibéricas, como um golpe de mágica. Ele considerou como a compreensão exata e importante daquela transformação o testemunho de um velho carioca morador do “Rio antigo” e do “Rio moderno” que dizia que *“abandonamos hábitos portugueses, despedimo-nos de vários preconceitos e convenções vindas do tempo em que éramos colonos, criando, dessa forma, ambiente melhor e mais consentâneo com o meio americano em que sempre vivemos. Mudamos tudo, chegando até o ponto de mudar, por completo, a nossa mentalidade, peada por longos anos de casmurrice e rotina”*.³¹⁹

A produção historiográfica de Afonso Arinos durante os anos de 1960 e 1970 ficou marcada pela denúncia dos vícios do sistema presidencialista de governo. Tanto em *História do povo brasileiro*, quanto em *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, aparece uma interpretação da República brasileira como um teatro de vícios: *“a evolução do presidencialismo brasileiro, do marechal Deodoro ao marechal Castelo Branco, não foi senão a aplicação dos mesmos vícios a situações diferentes, atravessadas pelo país”*. Para o autor, estes vícios *“são uma constante da nossa maneira de ser, irredutível à evolução dos processos sociais”*.³²⁰ O único intervalo que permitiu à República florescer foi o de 1902-1906, com a presidência de Rodrigues Alves.

³¹⁹ op. cit. p. 326.

³²⁰ FRANCO, A. A. *História do povo brasileiro*. op. cit. p. 313

Com esta biografia, Afonso Arinos não se limita à narrativa da vida do presidente, mas faz um estudo minucioso do que ele chama de “apogeu” e “declínio” do presidencialismo no Brasil. Na sua interpretação, o presidente exerceu o poder da maneira mais perfeita e equilibrada, pois soube traduzir e harmonizar as necessidades das elites de seu tempo com os anseios do povo. Por isso ele foi o melhor presidente que a República jamais teve! Afonso Arinos justifica a sua atuação enfatizando que Rodrigues Alves era um “*político profissional*”, era “*político até a medula dos ossos*”, “*político dos bancos da Faculdade de Direito ao leito de morte, na hora da morte*”.³²¹

Para o autor, Rodrigues Alves se identificava com o povo: nunca tinha saído do Brasil, não tinha cultura literária nem artística. Mas, ao contrário da hipótese sustentada por ele, de que o presidente teria conseguido conciliar os interesses das elites brasileiras com o povo, implantando reformas que atendiam a ambos, o seu governo foi um dos mais avessos à participação política da população, vista como desordeira em potencial. A própria reforma do Rio de Janeiro obedeceu a esta inspiração de separar o povo das elites. A metrópole se dividiu em duas: a europeia, com seus bairros brancos e elegantes a moda francesa, e a favelada, dos pretos, pardos e pobres. Faoro destaca que

“É difícil justificar a probabilidade de Rodrigues Alves encarregar as forças emergentes – o mundo operário e a quebra da oligarquia patrocinada por São Paulo e Minas. Nenhuma demonstração deixou de que seria sensível às reivindicações trabalhistas, nem à quebra da oligarquia (...) De outro lado, a revolta da vacina, com sua repressão, destoa de sua flexibilidade social, na qual não

³²¹ FRANCO, A. A. *Rodrigues Alves...* op. cit.

*condescendeu com o que se chamava o ‘populacho’, o povo privado de cidadania”.*³²²

O fato de Rodrigues Alves ter sido reeleito doze anos depois de ter concluído o primeiro mandato, fato único na história do Brasil, fez Afonso Arinos confiar ainda mais na sua hipótese. Entretanto, o presidente faleceu antes de iniciar o segundo mandato. Para Afonso Arinos, se o quadriênio 1902-1906 significou o apogeu do presidencialismo, a sua morte representava o declínio deste mesmo sistema:

*“Em face de um mundo que renascia dos destroços do prussianismo e das incógnitas do marxismo, o Brasil ficou, de repente, sem um condutor capaz de guiá-lo no caminho a ser percorrido, e que pela sua experiência e sua autoridade, pudesse conservar a estrutura política tradicional, adaptando-a às contingências das novas realidades. Ficou sem a liderança do conservador progressista, que era Francisco de Paulo Rodrigues Alves. Naquela desorientação geral dos espíritos, ninguém pôde atentar que outra morte vinha de ocorrer, sem ser percebida pelos contemporâneos. Em 16 de janeiro de 1919 morria, com Rodrigues Alves, a República de 15 de novembro de 1889”.*³²³

Identificada a morte da República presidencialista, Afonso Arinos propôs para a Constituição de 1988 o parlamentarismo como solução para manter a “estabilidade democrática”. Ele afirmou que “a face permanente do Legislativo é a de centro de confrontação, de redução dos impulsos sociais”, e acrescentou: “Redução no duplo

³²² FAORO, op. cit. pp. 38-39.

³²³ FRANCO, A. A. *Rodrigues Alves...* op. cit. pp. 865-866.

sentido de diminuição de tais impulsos e de simplificação deles".³²⁴ Nos anos 1980, aqueles "impulsos primitivos" atribuídos à população brasileira nos anos 1930 parecem ter voltado para justificar a contenção do povo pela elite política parlamentar, demonstrando que, na sua interpretação da cultura brasileira, eles nunca estiveram longe.

³²⁴ Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB...* op. cit. p. 77.

CONCLUSÃO

Amo o meu tempo, que é o da ascensão das novas classes... Isto não me impede de acentuar a finura ou a graça de certos atos estimados e praticados pelas elites desaparecidas.

Afonso Arinos, 1959.

É verdade que a historiografia brasileira mais tradicional sempre tendeu a magnificar o papel das elites na condução dos processos históricos. Mas, ao contrário do que dizem alguns historiadores, não é desejável apenas que a história seja modificada para que a historiografia se transforme. As obras históricas não estão isentas da responsabilidade de nos ajudar a superar os problemas do presente, na medida em que são o resultado compreensivo dos seus impasses. Ao longo desta dissertação, vimos como a historiografia de Afonso Arinos buscou responder as questões que o seu presente lhe impunha. As exigências da sua vida prática foram satisfeitas na medida em que ele soube configurar a sua realidade através do conhecimento dela, afastando os “fantasmas” que impediam a sua ação. Entretanto, vimos também como as necessidades morais, políticas, econômicas, estéticas e intelectuais, que a sua historiografia satisfazia, faziam parte de uma realidade elitista e excludente, cujas resoluções resultaram em um afastamento cada vez maior da maioria da população das tomadas de decisão que afetavam toda a sociedade.

Durante os anos 1930, Afonso Arinos falava abertamente em nome de uma elite

aristocrática rural, de formação europeia e sangue branco. Ele evocou o passado imperial brasileiro que, através da monarquia parlamentarista, conseguiu manter em seus quadros dirigentes uma elite homogênea, culturalmente branca e afastada da pressão popular. Era o “antigo regime brasileiro”. A sua historiografia, através de um discurso cientificista, se mostrou profundamente reacionária: ele propôs o retorno sentimental àquele passado idealizado através da conservação e do restabelecimento dos seus valores. A República seria a grande responsável pela decadência do seu mundo aristocrático, pois a população mestiça ascendeu aos cargos públicos e os seus “resíduos culturais” significaram uma ameaça à ordem estabelecida por aquela tradição agrária e escravocrata. Aterrorizado pela emergência destes “monstros”, cuja cultura ele desprezava, Afonso Arinos propôs uma solução de inspiração fascista para garantir a estabilidade do poder e da autoridade daquelas elites aristocráticas do passado: uma “revolução nacional-socialista” que preservasse esta tradição e eliminasse, através da força, a influência que a cultura afro-indígena exercia sobre o Estado brasileiro.

Mas, a partir dos anos 1940 e, principalmente, após o fim do Estado Novo, Afonso Arinos percebeu que era preciso sair do seu estado de contemplação erudita da história para a ação efetiva. Este período marca a sua entrada para a vida política brasileira. Se o tempo não era mais o da conservação e repetição de um passado que se queria preservar, as elites aristocráticas precisavam de novas estratégias de engajamento na história. Afonso Arinos teve flexibilidade o bastante para rever a sua interpretação autoritária e racista da história brasileira e propor a construção de um futuro democrático e conformado com a especificidade da nossa cultura mestiça. A sua historiografia se dirigiu ao passado republicano brasileiro para procurar os modelos estratégicos de ação das elites aristocráticas diante da ascensão de novos agentes

políticos. Este modelo de ação ele encontrou na biografia de seu pai. Afonso Arinos propôs que as “elites tradicionais” se concilhassem com as “elites modernas” através de uma identidade partidária que harmonizasse seus interesses: a UDN.

Entretanto, nos anos 1960, a UDN se defrontou com as suas contradições intrínsecas e originárias. Afonso Arinos percebeu que a identidade partidária que tentava conciliar os interesses das elites aristocráticas do passado com os das novas elites urbanas era puramente ilusória e formal. As bases populares da democracia se ampliavam e já não era possível para as elites garantir o seu poder sem o apoio do povo. A sua historiografia se propôs a pesar o “povo” como uma entidade sociológica que se apresentava como eleitorado. Afonso Arinos quis que a elite realizasse as reformas sociais que a população reivindicava para que pudessem permanecer ativas em seu tempo. Mas, as elites tradicionais não foram capazes de traduzir os anseios do povo e, logo após o movimento militar de 1964, acabaram expulsas da vida política e vencidas pelas novas elites urbanas, a “classe média”.

A historiografia de Afonso Arinos, neste período, assumiu um viés literário, despreocupado com as bases documentais. Ele também procurou no passado republicano brasileiro exemplos de políticos que teriam sabido efetivar as reformas que a população desejava, sem abrir mão da condição elitista. Encontrou o presidente Rodrigues Alves, promotor da autoritária reforma urbana e sanitária do Rio de Janeiro. Para Afonso Arinos, ele se distinguia de todos os presidentes que já tinham governado o Brasil: tinha a capacidade de ver os fatos com “realismo” e cuidava para que a ambição e a vaidade não os deformassem. Perseguiu o poder sem se rebelar contra os poderosos. Era o “homem de todos os governos”: assumiu posições na monarquia e na república,

no Partido Conservador e no Partido Republicano Paulista. Soube, enfim, se adequar ao tempo em que viveu.

Esta plasticidade que Afonso Arinos perseguiu ao longo da sua vida pública, a necessidade de se adequar ao presente, de não perder o “trem da História”, revelava o seu imenso apego ao poder. As elites tinham que se flexibilizar e forjar os meios da mudança, sem os quais elas não possuíam os meios da conservação e da estabilidade. A mudança era uma necessidade das elites, não uma escolha.

Mas, as necessidades de acomodação que a vida lhe impunha, mesmo quando feitas com um certo atraso, não puderam ser realizadas sem que a sua “alma” reclamasse a ausência do passado. A plasticidade era uma exigência das elites políticas, uma característica da sua imagem pública, não da sua íntima personalidade. Talvez por isso, quando em março de 1967, Afonso Arinos foi afastado da política pelos militares, foi acometido por crises contínuas de depressão. Aos 62 anos, o afastamento da política suscitou em seu espírito o “medo da vida”. Ele perdera o que, desde os anos 1940, lhe garantia a certeza do seu pertencimento à história e buscava, como nos anos 1930, reencontrar-se no tempo através da revivência do passado:

“Anah insiste em que devo evitar o passado, porque ainda existe futuro, diante de mim (...) Mas não creio que evitar o passado seja o remédio. Quem sabe se revivê-lo seria o melhor caminho? Não o passado pessoal e sentimental, mas o passado coletivo e cultural que nós, brasileiros (pelo menos alguns de nós) reencontramos na Europa, nascente perene da nossa formação (...) Cada um de nós tem de encontrar a sua própria receita. Ainda não estou certo da minha, mas inclino-me a crer que ela se exprime, sobretudo, por meio de uma sempre maior autenticidade.”

*Percebo que a reconquista do meu completo equilíbrio interior será garantido na medida em que eu me ajustar o mais possível ao que realmente sou; ou, pelo menos, à parte mais estável do meu espírito. Não devo renegar os valores em que me formei e que são essenciais à minha vida; porque estão sendo contestados pelos jovens e falsos jovens. Não devo recear que me situem fora do meu tempo, porque não há tempo meu, nem de outros; mas apenas a passagem cuja duração não teria sentido se não fosse o Fim que é também o seu Princípio”.*³²⁵

As tentativas de revisão da história efetuadas por Afonso Arinos a partir da década de 1940, trouxe-lhe dificuldades e hesitações que se transformaram numa tensão interna, um drama de natureza moral. Afonso Arinos teve clarividência bastante para sentir o novo, mas os arquétipos enraizados não o deixaram abandonar o antigo. Ele revelou-se perplexo, indeciso diante de seu tempo; incapaz de se conduzir como seus antepassados, atores de um mundo estável e detentores de um poder indisputado, e impotente para realizar todas as transformações que a sua época lhe exigia. Ele agiu e pensou dentro de limites institucionais, respeitou o enquadramento social. Apesar de ter assumido posições progressistas e até mesmo lutado por elas, nunca assumiu um compromisso com o futuro; conservou sempre a sua reverência para com o passado. A sua filosofia de ação apenas brandamente se dirigiu à transformação da realidade.³²⁶

A sua cultura aristocrática teria incutido no seu espírito não apenas um estilo de vida, mas sobretudo um estilo de direção política que se viu ameaçado com a ascensão das novas classes. Em sua historiografia, Afonso Arinos nunca deixou de dar uma

³²⁵ FRANCO, A. A. *Alto mar, maralto...* op. cit. p. 4.

³²⁶ LUCAS, op. cit.

identidade, de indicar estratégias de ação para as elites de sua época. Mesmo quando propôs a aproximação com o povo, o fez com um espírito demagógico, um interesse meramente eleitoral. Ele soube, é verdade, abandonar sua perspectiva reacionária, que buscava trazer o passado de volta e se opor aos novos tempos. Mas, esse abandono foi em nome de um conservadorismo sem intermitência, que defendeu a herança material, política e cultural de um grupo que, historicamente, sempre menosprezou a cultura brasileira e tratou com indiferença a sua população. O seu reformismo sempre atuou dentro do limite do pensamento conservador.

A historiografia de Afonso Arinos deu identidade a uma elite política que sempre necessitou de fundamentos históricos para garantir a sua pertença ao poder. Mais que um “intelectual orgânico” das elites brasileiras, Afonso Arinos foi responsável pela síntese que, mesmo em constantes reestruturações, atribuiu a esta elite valores essenciais para exercer uma missão tutelar em relação ao povo brasileiro, visto como incapaz de exercer funções dirigentes e políticas. Vacilante entre passado e futuro, Afonso Arinos assumiu um compromisso maior com o primeiro. Não sem razão ele afirmou, em 1961, que nos anos 1930, “*eu era então o que hoje sou, e que as linhas fundamentais do meu espírito jovem podem ser seguidas na minha vida posterior de político, parlamentar e escritor*”.³²⁷ Nos anos 1930, Afonso Arinos ainda não tinha iniciado a construção do seu “eu autobiográfico” e colocado a máscara democrática, humanista e liberal da sua imagem pública.

³²⁷ FRANCO, A. A. *A alma do tempo...* op. cit. p. 322.

FONTES**OBRAS DE AFONSO ARINOS**

- FRANCO, A. A. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.
- _____. *Preparação ao nacionalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- _____. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. 1ª ed. 1937. RJ: Topbooks, 2000.
- _____. *Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- _____. *Homens e temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944a.
- _____. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 1ª ed. 1944. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1971.
- _____. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. RJ: José Olympio, 1955. 3v.
- _____. *A alma do tempo: formação e mocidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- _____. *História do povo brasileiro; fase nacional*. Em colaboração com Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967.
- _____. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. RJ: José Olympio, 1973.

OUTRAS OBRAS DE AFONSO ARINOS CONSULTADAS

- FRANCO, A. A. *Síntese de história econômica do Brasil*. Salvador: Progresso, 1958.
- _____. *Algunos aspectos de la literatura brasileña*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1945.
- _____. *Estudos e Discursos*. São Paulo: Comercial, 1961b.
- _____. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.
- _____. *Alto-mar, maralto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- _____. *Diário de bolso seguido de Retrato de noiva*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS E DISCURSOS DE AFONSO ARINOS

Meu depoimento. In CAVALHEIRO, Edgar (org.). *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1944b. p. 39-49.

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1959.

Afonso Arinos por ele mesmo. In *Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates*. Brasília, 1981.

Entrevista concedida a Aspásia Camargo. In CAMARGO, Aspásia et alli. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. 1983.

ARTIGOS

FRANCO, A. A. de Melo. Resposta a um crítico. *Boletim de Ariel*. Ano VI, nº 5, fev./1937. p. 136-137.

_____. Atualidade de João Pinheiro. *Revista de Ciência Política*. v. 23. nº 3. set./out. 1980. p. 9-18.

_____. A vida de Tancredo Neves. *Revista de Ciência Política*. v. 29. nº 3. jul./set. 1986. p. 1-6.

_____. O “entulho democrático”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20/12/1987.

CORRESPONDÊNCIAS

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas

Carta de Oswaldo Aranha à Afonso Arinos em 23/07/1955 (crítica à *Um Estadista...*).

Resposta de Afonso Arinos à Oswaldo Aranha em 30/07/1955.

Carta de Anísio Teixeira a Afonso Arinos em 5 de janeiro de 1965 (crítica às memórias).

Arquivo Afonso Arinos – Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras

Cartas de Ribeiro Couto a Afonso Arinos entre 1958 e 1967.

ARTIGOS SOBRE AFONSO ARINOS PUBLICADOS EM JORNAIS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Um Estadista para a República. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 10/02/1977.
- ANDRADE, Theóphilo de. Um modelo tupiniquim. *Jornal do Comércio*. RJ, 03/03/1977.
- ARROYO, Leonardo. Alma do tempo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 09/08/1961.
- ATHAÍDE, Austregésilo. Afonso Arinos: talento e honradez. *Jornal do Comércio*. RJ, 30/08/1990.
- ATHAÍDE, Tristão. Afonso Arinos II. *Jornal do Brasil*. RJ, 07/02/1974.
- BARBARA, Dionísia. Afonso Arinos, constitucionalista: “Precisamos definir o poder militar. Definir para limitar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16/01/1979.
- BARBOSA, Dom Marcos. A porta dos humildes. *Jornal do Brasil*. RJ, set./1971.
- _____. Rua Dona Mariana 63. *Jornal do Brasil*. RJ, 06/09/1990. p. 11.
- BERABA, Marcelo. Apreensivo, jurista defende parlamentarismo. *Folha de S. Paulo*. SP, 27/11/1985.
- BURNETI, Lago. O memorialista Afonso Arinos. *Jornal do Brasil*. RJ, 09/01/1966.
- CALMON, Pedro. Glória de Rodrigues Alves. *O Jornal*. RJ, 21/10/1973.
- CAMBARÁ, Isa. 70 anos de Afonso Arinos, um intelectual na política. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24/11/1975.
- CARVALHO, Daniel de. O senado mineiro no livro de Afonso Arinos. *O Diário*. BH, 22/08/1961.
- CHACON, Vamireh. O último mito. *Correio Braziliense*. Brasília, 29/08/1990.
- _____. A alma de Arinos. *Correio Braziliense*. Brasília, 18/10/1990. p. 7.
- _____. Vozes de Minas. *Correio Braziliense*. Brasília, 28/01/1991. p. 7.
- CHAGAS, Carlos. Mestre Afonso e a última das viagens. ?
- CHAMILETE, José. Em memória de um grande homem. *Jornal do Comércio*. RJ, 29/08/1990.
- CORREA, Wilson. Rodrigues Alves. *Tribuna da Imprensa*. RJ, 26/10/1973.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Uma exposição para Arinos*. Brasília, 28/11/1985.
- CORREIO BRAZILIENSE. *País mais pobre. Morre Afonso Arinos*. Brasília, 29/08/1990.

- CORREIO DA BAHIA. *Senado comemora centenário de nascimento de Afonso Arinos*. Salvador, 24/11/2005.
- COSTALLAT, Benjamim. O acadêmico e o cronista. *Jornal do Brasil*. RJ, 26/07/1958.
- COUTINHO, Afrânio. Vocaçãõ africana. *Correio Paulistano*. SP, 13/02/1962.
- _____. Literário e social. *Correio Braziliense*. Brasília, 17/10/1979.
- _____. Afonso Arinos. *Zero Hora*. Porto Alegre, 02/01/1986.
- COUTINHO, Edilberto. Memórias revelam Arinos autêntico e por inteiro. *O Jornal*. RJ, 03/09/1961.
- COUTTO, Pedro do. O Brasil de Afonso Arinos. *Correio Braziliense*. Brasília, 14/08/1987.
- DEODATO, Alberto. Afonso Arinos. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte, 16/03/1969.
- DIÁRIO DA NOITE. *Afonso Arinos: paz e luta contra o pauperismo*. RJ, 02/08/1961.
- DIÁRIO DA NOITE. *Arinos não quer mulheres na Academia*. Recife, 24/11/ 1972.
- DIÁRIO DA TARDE. *Afonso Arinos: a história brasileira perde um grande humanista*. Belo Horizonte, 29/08/1990.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Memórias de Afonso Arinos*. Porto Alegre, 15/01/1966.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Brasil tem sua síntese no pai, sogro e Afonso*. RJ, 01/05/1969.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Afonso Arinos quer a institucionalização da Revolução*. RJ, 12/09/1973.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Arinos lembra Freyre: passional e inovador*. Recife, 26/07/1987.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO. *Explicação sobre a formação brasileira*. São Paulo, 28/09/1967.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO. *Uma história do povo brasileiro em que o herói é o próprio povo*. São Paulo, 21/03/1967.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO. *Afonso Arinos morre no Rio aos 85 anos*. São Paulo, 29/08/1990.
- DIÁRIO POPULAR. *Afonso Arinos recebe o “Juca Pato-73”*. São Paulo, 4 de maio de 1973.
- DIÁRIO POPULAR. *Ensaio de Afonso Arinos analisa a personalidade de Rodrigues Alves*. São Paulo, 23/09/1973.
- DUTRA, Osório. Espelho de três faces. *Boletim de Ariel*. Ano VII, nº 5, fev/1938. p. 132-133.
- FIGUEIREDO, Wilson. Afonso Arinos aos 60 anos. *Jornal do Brasil*. RJ, 28/11/1965.

- FOLHA DA TARDE. *Memórias de Afonso Arinos*. Porto Alegre, 15/08/1961.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Arinos faz defesa do parlamentarismo e ataca Sarney*. SP, 31/10/1987.
- FRANCO, Francisco M. de Melo. Meu velho Afonso. *Jornal do Brasil*. RJ, 11/09/1990. p. 11.
- FRANCIS, Paulo. Que diabo deu no Arinos! *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 04/10/1986. p. 92.
- FREYRE, Gilberto. Mestre Afonso Arinos no Seminário de Tropicologia do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01/05/1971.
- _____. Afonso Arinos II e eu. *Jornal do Comércio*. Recife, 08/04/1979.
- _____. Meu caro Afonso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/03/1983.
- GIUDICE, Victor. Rodrigues Alves de Melo Branco. *Tribuna da Imprensa*. RJ, 19/10/1973.
- GUIMARÃES, Ulysses. Afonso Arinos: alguns testemunhos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/09/1990, seção Tendências e Debates, p. 3.
- HOLLANDA, Guy de. A situação presente dos estudos de história social no Brasil. *Boletim de Ariel*. Ano III, nº 4, jan./1938. p. 118.
- INOJOSO, Joaquim. *O maior estadista*. Correio Braziliense. Brasília, 30/10/1973.
- JORNAL DE BRASÍLIA. *Para Arinos, trabalho vai refletir povo*. Brasília, 02/12/1987.
- JORNAL DO BRASIL. *Arinos distribui seu novo livro ao completar 60 anos*. RJ, 26/11/65.
- JORNAL DO BRASIL. *Médici e Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro, 20/10/1973.
- JORNAL DO BRASIL. *O setentão Afonso Arinos*. Rio de Janeiro, 28/11/1975.
- JORNAL DO BRASIL. *Academia Brasileira de Letras - Recepção do Sr. Afonso Arinos, a 19 de julho de 1958*. Rio de Janeiro, 20/07/1958.
- JORNAL DO BRASIL. *Afonso, testemunho e poesia*. Rio de Janeiro, 28/11/1975.
- JORNAL DO BRASIL. *Bibliotecas particulares do Rio estão em extinção*. RJ, 17/06/1979.
- JORNAL DO BRASIL. *Nas cartas e diários de Afonso Arinos, o Brasil dos anos 20 e 70*. Rio de Janeiro, 01/09/1979.
- JORNAL DO BRASIL. *O homem que simbolizou a lei e a história*. RJ, 29/08/1990.
- JORNAL DO COMÉRCIO. "A alma do tempo" de Afonso Arinos de Melo Franco. RJ, 02/09/1961.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *As Memórias de Arinos*. Rio de Janeiro, 23/02/1969.

- JUPIARA, Aloy. Acervo de Arinos continua inacessível. *O Globo*. RJ, 07/08/1994.
- LACOMBE, A. Jacobina. Vida de Rodrigues Alves. *Boletim de Ariel*. RJ, vol. 1, nº 5, 1973.
- LIMA, Rubem Azevedo. Arinos morre preocupado com o futuro da democracia. Escritor deixa mais de 60 obras. *Jornal de Brasília*. Brasília, 29/08/1990.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Afonso Arinos. *Jornal do Brasil*. RJ. 02/09/1990. p. 15.
- LINHARES, Temístocles. Desabafos de um homem de Estado. *Suplemento Literário*. 31/05/1969.
- LITRENTO, Oliveiros. A infância perdida. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1973.
- _____. Legalidade e legitimidade. *Diário de São Paulo*. SP, 04/07/1976.
- _____. Afonso Arinos: uma vida. *Jornal do Comércio*. RJ, 02/09/1990.
- MACEDO, Nertan. O fuzilante ex-jurista. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28/12/1986.
- MACIEL, Marco. Afonso Arinos, um intelectual notável. *Folha de S. Paulo*, 28/11/2005.
- MADEIRA, Marcos Almir. Afonso Arinos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 30/08/1990.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. Discurso. *Correio da Bahia*. Salvador, 24/11/2005.
- MARTINS, Wilson. Os mortos de sobrecasaca. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 09/12/1973.
- MAUL, Carlos. Memórias também são histórias. *Jornal do Comércio*. RJ, 08/03/1969.
- MENEZES, Carlos. Afonso Arinos: obra de juventude de volta, quase 40 anos depois. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/04/1976.
- _____. “Um estadista da República” volta em nova edição vinte e dois anos depois. *O Globo*. Rio de Janeiro, 07/02/1977.
- MENEZES, Geraldo Bezerra. Afonso Arinos, memorialista. *Jornal do Brasil*. RJ, 08/03/1980.
- _____. O mineirismo de Arinos. *Jornal do Brasil*. RJ, 08/07/1991. p. 9.
- MIRANDA, Valdemir. Afonso Arinos, um estilo de vida. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28/10/1990.
- MONTELLO, Josué. Um político profissional: Rodrigues Alves. *Jornal do Brasil*. RJ, 30/10/1973.
- _____. O memorialista Afonso Arinos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05/02/1980.
- _____. O companheiro exemplar. *Jornal do Brasil*. RJ, 04/09/1990. p. 11.

- MORAES, Santos. Os discursos da Academia. *Jornal do Comércio*. RJ, 10/05/1967.
- MOUTINHO, Nogueira. O “Rodrigues Alves” de Afonso Arinos. *Folha de S. Paulo*. SP, 13/01/1974.
- NAPOLEÃO, Aluizio. A mineiridade de Arinos. *Correio Braziliense*. Brasília, 02/07/1987.
- NISKIER, Arnaldo. Cultura e nação. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04/06/1982.
- _____. Um grande mestre. *Correio Braziliense*. Brasília, 18/09/1990. p. 7.
- NOBLAT, Ricardo. O discreto e aflito apoio de d. Anah. *Jornal do Brasil*. RJ, 31/10/1987, p. 3.
- O ESTADO DE MINAS. *Um livro de Minas*. Belo Horizonte, 14/10/1961.
- O ESTADO DE MINAS. *Afonso Arinos: a morte do último dos liberais*. BH, 29/08/1990.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *O modelo de Arinos é o de 64*. São Paulo, 15/06/1986. p. 9.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *Arinos diz que em 46 o espírito liberal venceu*. São Paulo, 18/09/1986.
- O GLOBO. *Ao transpor os umbrais da academia Afonso Arinos faz elogios a Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro, 19/07/1959.
- O GLOBO. *Afonso Arinos de Melo Franco. Aos 70 anos, na força da idade*. RJ, 27/11/1975.
- O GLOBO. *Arinos ganha prêmio no INL*. Rio de Janeiro, 17/06/1977.
- O GLOBO. *1977: a cultura e seus vencedores*. Rio de Janeiro, 03/04/1978.
- O GLOBO. *O elogio do liberalismo*. Rio de Janeiro, 24/06/1979.
- O GLOBO. *Afonso Arinos*. Rio de Janeiro, 04/12/1983.
- O GLOBO. *Tendência de Arinos é parlamentarismo à francesa*. Rio de Janeiro, 01/12/1985.
- O GLOBO. *No adeus ao senador, aplausos do povo*. Rio de Janeiro, 29/08/1990.
- O GLOBO. *Afonso Arinos morre aos 84 anos. Em 37, desilusão com o presidencialismo. Para todos, o Brasil perde um notável intelectual*. Rio de Janeiro, 29/08/1990.
- O JORNAL. *Afonso Arinos quer repetir a experiência de Teófilo Ottoni*. RJ, 23/07/1958.
- O JORNAL. *Diferença entre o político e o acadêmico Afonso Arinos*. RJ, 22/07/1958.
- PADILHA, Tarcísio Meireles. Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990): Historicidade e História. *O Globo*. Rio de Janeiro, 31/08/1990.
- PIMENTA, Joaquim. Um nome com dois séculos de linhagem de sangue e de cultura. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 03/08/1958.

- PINTO, Luis. Rodrigues Alves. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 08/12/1973.
- PIRES, Ézio. Definições e confissões nas Memórias de Arinos. *Correio Braziliense*. Brasília, 09/05/1967.
- REIS, V. de Miranda. Bodes expiatórios. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, Ano VI, nº 4, jan./1937.
- REVISTA VISÃO. *Afonso Arinos de Melo Franco: Um intelectual na política*. 05/09/1990.
- RODRIGUES, José Honório. Afonso Arinos de Melo Franco (I). *Jornal do Comércio*. RJ, 20/11/1985.
- SEGISMUNDO, Fernando. Afonso Arinos e o Colégio Pedro II. *Jornal do Comércio*. RJ, 29/08/1990.
- SOUSA, Edson Luiz André de. O índio brasileiro e a Revolução Francesa, Afonso Arinos de Mello Franco. *Jornal da Tarde*, 10/03/2001.
- SILVA, H. Pereira da. Afonso Arinos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28/05/1978.
- THORMES, Jacinto de. Esses irmãos famosos. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14/08/1958.
- ÚLTIMA HORA. *Ideário político do candidato aristocrata Afonso Arinos*. RJ, 24/09/1958.
- ÚLTIMA HORA. *Afonso Arinos: novo imortal*. Rio de Janeiro, 24/05/1958.
- ÚLTIMA HORA. *Cassiano e Arinos*. Rio de Janeiro, 24/12/1960.
- VALENTINO SOBRINHO, Raphael. Saudades da sabedoria. *Jornal do Brasil*. RJ, 01/09/1990.
- VASCONCELOS, Arnaldo. De Euclides a Afonso Arinos. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 01/07/1960.
- _____. A alma do tempo. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 21/09/1961.
- VIANNA, Hélio. A alma do tempo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21/01/1962.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA SOBRE AFONSO ARINOS

I CICLO DE MEMÓRIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 96/99. Tema: Afonso Arinos de Melo Franco. 28 de Julho de 1998.

AFONSO ARINOS, filho. *Ribeiro Couto e Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

_____. *Diplomacia Independente. Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ALBERTI, Verena. Idéias e fatos na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ: FGV, 1994.

BARBOSA, F. Afonso Arinos, historiador da República. In *Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates*. Brasília, 1981.

BELOCH, I.; ABREU, A. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. RJ: Forense-Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. p. 203-209.

BONAVIDES, Paulo. Afonso Arinos de Melo Franco, um liberal da segunda metade do século XX. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará*, vol. 31/32, nº 1/2, jan./dez. 1990/1991. p. 75-83.

CALMON, Pedro. Parecer sobre a tese nº 7. *Anais do 3º Congresso de História Nacional – IHGB*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, outubro de 1938. p. 206-209.

CAMARGO, Aspásia et alli. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. 1983.

CARDIM, Elmano. Rodrigues Alves – Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Um grande livro de História Contemporânea. *Revista Brasileira de Cultura*. RJ, Ano V, nº 18, out./dez. 1973. p. 41-50.

CARVALHO, José Murilo. Prefácio à 3ª edição. In: FRANCO, A. A. de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CAVALCANTE, Berenice de Oliveira. A retórica de um liberal. Em torno dos escritos de Afonso Arinos. In: RIBEIRO, Jorge Martins (Org.). *Estudos em homenagem a Luis Antonio Oliveira Ramos*. Porto, 2004, v. 2, p. 421-428.

_____. De volta para o futuro: História e Política em Afonso Arinos. *Varia História*, Belo Horizonte, 2002.

_____. (Org.). *Estudos sobre Afonso Arinos e Câmara Cascudo*. Rio de Janeiro: Access, 2001. v. 1, 90 p.

- _____. Memória e Biografia. Afonso Arinos e a moral da História. In: *XIII ENCONTRO NACIONAL ANPUH, 2003, João Pessoa. XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: Universidade federal da Paraíba, 2003. v. 1, p. 76-76 (resumo).
- _____. Roteiro Lírico de Ouro Preto: memórias de viagem e metáforas da nação. *Letterature D'america, Roma-Italia*, n. 75-76, p. 115-136, 2000.
- CORREA, Nereu. Poesia e Crítica. *Província de São Pedro*. Porto Alegre, nº 12, p. 48-52.
- DEL PRIORE, Mary. In FRANCO, A. A. de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- FAORO, Raymundo. Rodrigues Alves: o enigma decifrado? In: FRANCO, A. A. de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GUIDE, Mario Luiz. *Democracia, partidos e parlamentarismo em Afonso Arinos*. Dissertação de Mestrado em Filosofia Política – Universidade de São Paulo, 1994.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LEITE, Dante Moreira. As raças e os mitos. In *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LUCAS, Fábio. O efêmero e o fundamental: Notas às Memórias de Afonso Arinos de Melo Franco. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. 25/26, Julho, 1968 / Janeiro, 1969.
- MARANHÃO, Jarbas. Notícia sobre Afonso Arinos. *Revista Forense*, vol. 82, nº 295, jul./set. 1986. p. 415-416.
- _____. Afonso Arinos. *Revista de Informação Legislativa*, v. 28, nº 109, jan./mar. 1991. p. 15-18.
- MENEZES, Djacir. O intelectual e o político: Afonso Arinos. *Revista de Ciência Política*, v. 27, no 3, set/dez 1984.
- MERQUIOR, José Guilherme. Império e Nação: reflexões a partir de Afonso Arinos. In *Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates*. Brasília, 1981.
- NAVA, Pedro. Afonso. In: CAMARGO, Aspásia et alli. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Função Getúlio Vargas. 1983.
- RAMOS, Guerreiro. A ideologia da “Jeunesse Dorée”. In: *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- REIS, José Carlos. Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do “Monstro da Lagoa brasileira”. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 9, nº 2, 2003. p. 9-43.

ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio: O índio e a revolução. In: FRANCO, A. A. de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SANTOS, Alessandra Soares. Afonso Arinos (1905-1990): Civilização Brasileira e Modernidade. *Iniciação à História*. Montes Claros, v. 2, nº 1, 2003. p. 145-161.

S/ AUTOR. Perfis mineiros: Afonso Arinos de Melo Franco. *Indicador*, v. 8, nº 34, out./dez. 1990. p. 1647-1654.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 151-160.

_____. Introdução. In: FRANCO, A. A. de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. RJ: Topbooks, 2000.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1991. p. 66-81.

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (org.). *Intérpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. SP: UNESP, 1994.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Quadrata, 2003.

- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, 1984. p. 5-28.
- CANÇADO, José Maria. *Memórias videntes do Brasil. A obra de Pedro Nava*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARDOSO, C. F. ; MALERBA, J. (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- CARDOSO, C. F. ; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.
- CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 37, p. 21-35, Nov./1993.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CHARTIER, R. *História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CONNIFF, Michael. A elite nacional. In HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CROCE, Benedetto. *A história pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1993.
- _____. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

- _____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. SP: EDUSC, 2002.
- DUJOVNE, Leon. *El pensamiento histórico de Benedetto Croce*. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1968.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, C. F. ; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p. 91-125.
- FERNANDES, Heloísa. O intelectual, um personagem histórico. *Debate&Crítica*. nº 5, março/1975.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil: elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FINLEY, Moses. O progresso na historiografia. In *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 3-10.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega, Passagens, 1992.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2000.
- HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 1ª ed. 1936. SP: Companhia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. A propósito da historiografia brasileira. *Debate & Crítica*. nº5, março/75.
- _____. *Historiadores do Brasil*. RJ : Nova Fronteira, BH : UFMG, 2000.

- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 134-146, 1992.
- _____. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LA CAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and reading texts*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1995.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2(4): 153-172, set. 1982.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. *Je est un autre. L'autobiographie de la littérature aux médias*. Paris: Seuil, 1980.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996. p. 142-184.
- LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. SP: Contexto, 2003.
- MARCUS, G. Elite as a concept, theory and research tradition. In *Elites: ethnographic issues*. Albuquerque, University of New Mexico Press, School of American Research, 1983.
- MALERBA, Jurandir. *A velha história. Teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. Em busca de um conceito de historiografia. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 27, p. 27-47, Jul./2002.
- _____. (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Editorial, 1983. p. 557-596.
- MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 3, 2002.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. In: *Debate & Crítica*. nº 5, março/1975.

- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. *Inteligência Brasileira*. SP: Brasiliense, 1986. p. 9-26.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A narrativa pendular: as fronteiras simbólicas da história e da literatura. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. *Civilização e exclusão*. SP: Boitempo, 2001.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. RJ: FGV, 2000.
- _____. (org.) Dossiê: Teoria da história e historiografia. *Varia História*. BH, nº27, Jul./2002.
- _____. *História&Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. RJ: FGV, 2003a.
- _____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: EDUEL, 2003b.
- _____. *As identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa – A Tríplice Mimese. In: *Tempo e Narrativa*, Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. p. 85-131.
- _____. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- _____. Objetividade e Subjetividade em História. In: *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RIZO, Gabriela. Da compreensão histórica: idéias de interpretação em Droysen, Buckhardt e Weber. *Locus*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 107-119, 2001.
- RODRIGUES, J. Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- _____. *História da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, v. I, II/1 e II/2: 1978-1988.

- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- SILVA, Helenice Rodrigues. Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio a uma situação histórica. *Cadernos de História*. BH, v. 1, nº 1, p. 45-49, out. 1995.
- SILVA, Rogério Forastieri. *História da Historiografia, capítulos para uma história da história da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. New York: Oxford University Press, 1967.
- TODOROV, Tzvetan. Testemunhas, historiadores, comemoradores. In *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002.
- TRINDADE, Héglio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. RJ: Zahar, 1981.
- VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da História: algumas questões. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p. 147-169.
- _____. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói: UFF, 1994.
- _____. Historiografia e epistemologia histórica. In MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: a escrita das biografias de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1994 (Tese de doutorado em Literatura Brasileira).
- ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

